



IEO Independent
Evaluation
Office
United Nations Development Programme



unicef 
for every child

JOINT INDEPENDENT COMMON COUNTRY PROGRAMME EVALUATION:

AVALIAÇÃO DO CCPD DE CABO VERDE

ANEXOS

ÍNDICE

ANEXO 1. TERMOS DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO	2
ANEXO 2. MATRIZ DE AVALIAÇÃO.....	29
ANEXO 3. PESSOAS CONSULTADAS.....	40
ANEXO 4. DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	43
ANEXO 5. LISTA DE PROJETOS CONSIDERADOS PARA REVISÃO.....	49
ANEXO 6. ESTATUTO DO DOCUMENTO DO PROGRAMA DO PAÍS (CPD) MATRIZ DE INDICADORES DE RESULTADOS E PRODUÇÕES	56
ANEXO 7. TEORIA DA MUDANÇA DO CCPD.....	83
ANEXO 8. ANÁLISE DETALHADA DAS PRODUÇÕES E RESULTADOS.....	93
ANEXO 9. RESPOSTAS DO INQUÉRITO A PARCEIROS NACIONAIS	118
ANEXO 10. CRONOGRAMA DO CCPD.....	128
ANEXO 11. FERRAMENTAS DE PLANEAMENTO UTILIZADAS PELAS TRÊS AGÊNCIAS NO JO	130
ANEXO 12. NOTA TÉCNICA DO REFERENCIAL TEÓRICO	133
ANEXO 13. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FINANCEIRO E DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CCPD.....	136

ANEXO 1. TERMO DE REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Escritório de Avaliação Independente (IEO) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório de Avaliação do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF) e o Escritório de Avaliação do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) realizarão conjuntamente uma Avaliação de Programa de País Comum (CCPE) do Programa de País Comum de Cabo Verde para capturar e demonstrar provas avaliativas das contribuições do Escritório Comum para os resultados do desenvolvimento a nível nacional, bem como a eficácia da estratégia das suas organizações para facilitar e alavancar os esforços nacionais para alcançar os resultados do desenvolvimento. Em Cabo Verde, estas três agências operam numa modalidade de Escritório Comum, que implica um único Documento de Programa de País Comum (CCPD), entregue conjuntamente pelas três agências.

O actual CCPD de Cabo Verde abrange o período 2018–2022 e foi aprovado durante a primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD e do UNFPA em janeiro de 2018 e na primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do UNICEF em fevereiro de 2018. O programa do país foi desenvolvido em colaboração com parceiros de desenvolvimento em apoio aos ODS e alinhado com o UNDAF 2018–2022.

Os componentes do Programa respondem diretamente às prioridades estratégicas do Plano Estratégico Nacional (PEDS, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, 2017–2021) destacadas nos pilares social, económico e de soberania, e aos resultados do UNDAF. O CCPD 2018–2022 busca quatro prioridades, em apoio aos parceiros do governo na consecução dos ODS

CONTEXTO NACIONAL

A República de Cabo Verde é constituída por dez ilhas e várias ilhotas localizadas no Oceano Atlântico Central. A terra arável cobre apenas 10 por cento do território¹. Com uma população estimada em 556.000 habitantes em 2020², a população de Cabo Verde é jovem, com 28,1 por cento abaixo dos 14 anos e 26,2 por cento entre 10 e 24 anos³.

Apesar da sua vulnerabilidade económica estrutural devido ao seu território isolado e fragmentado, Cabo Verde apresentou um sólido desempenho socioeconómico durante a última década. Em 2008, Cabo Verde

¹Country Brief, Cabo Verde, FAO. <http://www.fao.org/giews/countrybrief/country.jsp?code=CPV>

²Dados da ONU, Cabo Verde. <https://data.un.org/en/iso/cv.html>

³Painel da População Mundial, Cabo Verde, UNFPA. <https://www.unfpa.org/data/world-population/CV>

graduou-se na categoria de países menos desenvolvidos, tornando-se um país de rendimento médio⁴. No entanto, no período 2009–2015, o crescimento económico do país desacelerou devido à crise financeira global⁵. Desde 2016, a economia de Cabo Verde começou a recuperar. Em 2019, o país atingiu uma renda nacional bruta per capita de US⁶ \$ 3.527 e foi classificado na categoria de desenvolvimento humano médio (classificado 126^o de 189 países)⁷.

Cabo Verde tem uma economia orientada para os serviços, com dependência do turismo, comércio, transportes e serviços públicos, representando cerca de três quartos do seu PIB. Em virtude da sua atividade económica, Cabo Verde alcançou um crescimento real do PIB de 5 por cento em 2019⁸. Apesar dos seus avanços económicos, a pobreza, o desemprego, a diversificação económica insuficiente, o investimento direto estrangeiro e as remessas de migrantes constituem um desafio para o país. Aproximadamente 30,3 por cento da população é pobre, e 10,2 por cento é extremamente pobre⁹. Em 2020, o desemprego era de aproximadamente 12 por cento da força de trabalho,¹⁰ afetando particularmente os jovens (25,7 por cento) e as mulheres (11,9 por cento)¹¹. Além disso, em 2019 Cabo Verde registou um desenvolvimento humano médio com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,665 em 2019, um aumento marginal em relação ao seu valor de 0,660 em 2017¹². A desigualdade diminuiu de acordo com o índice de Gini de 53 em 2001 para 42 em 2015¹³. A esperança de vida é de 73 anos, a mais elevada na África Subsariana e a par das Maurícias e Seychelles¹⁴.

Considerando esses desafios, o governo está apoiando micro, pequenas e médias empresas e promovendo o empreendedorismo por meio de programas de start-ups direcionados à população jovem e feminina¹⁵. Além disso, o governo implementou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS, 2017–2021) e a Estratégia Nacional Ambição 2030, que visam transformar o país numa economia circular de base oceânica no Médio Atlântico através da diversificação das suas atividades económicas e do acesso aos mercados de exportação¹⁶.

⁴Cabo Verde, Uma História de Sucesso, Banco Africano de Desenvolvimento, 2012.

⁵Visão geral de Cabo Verde, The World Bank. <https://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview>

⁶Dados da ONU, RNB per capita a preços correntes (US \$), Cabo Verde.

<http://data.un.org/Data.aspx?q=Cape+Verde&d=SNAAMA&f=grID%3A103%3BcurrID%3AUSD%3BpcFlag%3A1%3BcrID%3A132>

⁷PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento Humano, 2019.

⁸Perspectivas Económicas de Cabo Verde, Banco Africano de Desenvolvimento. <https://www.afdb.org/en/countries/west-africa/cabo-verde/cabo-verde-economic-outlook>

⁹Instituto de Estatística de Cabo Verde (INECV), Projeções Demográficas 2010-2030, 2019

¹⁰Dados da ONU, Cabo Verde. <https://data.un.org/en/iso/cv.html>

¹¹Relatório Anual do Escritório do País 2019, Cabo Verde, UNICEF. [https://www.unicef.org/about/annualreport/files/Cabo-Verde-2019-COAR\(1\).pdf](https://www.unicef.org/about/annualreport/files/Cabo-Verde-2019-COAR(1).pdf)

¹² <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506>

¹³The World Bank, Gini Index. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=CV>

¹⁴The World Bank, Life Expectancy. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=CV-MU-SC>

¹⁵Relatório Nacional Voluntário sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde, Junho de 2018.

¹⁶Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS, 2017-2021), Governo de Cabo Verde.

<https://caboverde.un.org/sites/default/files/2020-02/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

As mulheres enfrentam desafios adicionais no contexto da desigualdade económica e social, incluindo estereótipos de género, pobreza, violência e participação política. O Índice de Desigualdade de Género classifica Cabo Verde na 89.^a posição entre 162 países¹⁷. No Relatório Global de Lacunas de Género 2020, o país está classificado em 52 de 153 países¹⁸. A violência é uma questão sistémica em Cabo Verde. A violência entre parceiros íntimos, o assédio sexual, o feminicídio e o tráfico de mulheres e meninas têm sido as principais formas de violência nos últimos anos. Além disso, as mulheres em Cabo Verde estão politicamente sub-representadas. Em 2020, apenas 25 por cento dos assentos foram ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais¹⁹. No campo da saúde, para cada 100.000 nascidos vivos, 58 mulheres morreram por causas relacionadas à gravidez²⁰ e a mortalidade infantil foi de 13 em 2019²¹. A população cabo-verdiana é jovem, com uma média de 28,3 anos em 2016²², destacando a necessidade de se concentrar na saúde dos adolescentes e jovens, particularmente na saúde sexual e reprodutiva. Além disso, persistem desigualdades sociais e regionais no acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo assistência pré-natal e perinatal. Em consideração a essas questões, o governo desenvolveu o Plano Nacional de Igualdade de Género (2019–2021) e o Marcador de Género para o Orçamento do Estado²³.

Em 28 de março de 2020, devido ao surto da pandemia da COVID-19, o governo de Cabo Verde declarou um Estado de Emergência, que decretou a cessação de todos os serviços, viagens, reuniões e idas a escolas não essenciais. Tendo em conta a ligação entre o desenvolvimento económico de Cabo Verde e a globalização, o país é um dos mais afetados pela pandemia da COVID-19. Prevê-se que o PIB real em 2020 diminua entre 5 e 8 por cento devido a um declínio de 61,6 por cento nas receitas do turismo, perdas de lucro nas pescas e atividades passivas de manufatura, transporte e logística²⁴. A redução do investimento doméstico privado, a diminuição do investimento direto estrangeiro e a redução das remessas também afetaram a economia²⁵. Como resultado, estima-se que a taxa de desemprego aumentará para 19 por cento, afetando principalmente o setor informal e as mulheres²⁶. O governo estima que o país precisa de pelo menos US\$ 150 milhões para superar os efeitos da pandemia²⁷. Neste contexto, o governo apelou à comunidade internacional. O Fundo Monetário Internacional²⁸, o Banco Mundial e a União Europeia responderam a este apelo²⁹. O sector da saúde tem sido vulnerável devido à escassez de pessoal e equipamento médico. As despesas atuais de saúde de Cabo Verde são 5,2 por cento do PIB perto da média

¹⁷PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade de Género, 2019.

¹⁸Fórum Económico Mundial, Global Gender Gap Report 2020. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf

¹⁹Proporção de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais, Cabo Verde.

<https://data.worldbank.org/indicador/SG.GEN.PARL.ZS?locations=CV>

²⁰PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade de Género, 2019.

²¹Grupo Interinstitucional das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil, 2019. Número por mil nascidos vivos

²²Governo de Cabo Verde e ONU. UNDAF 2018-2022. [https://caboverde.un.org/sites/default/files/2020-](https://caboverde.un.org/sites/default/files/2020-01/UNDAF_FINAL_En.pdf)

[01/UNDAF_FINAL_En.pdf](https://caboverde.un.org/sites/default/files/2020-01/UNDAF_FINAL_En.pdf)

²³Relatório Nacional de Cabo Verde, Pequim+25 sobre a implementação da Declaração de Pequim e da Plataforma de Acção, República de Cabo Verde, Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, abril de 2019.

²⁴Suplemento Perspectivas Económicas Africanas 2020, Em meio à COVID-19, Banco Africano de Desenvolvimento.

²⁵Avaliação de Impacto Socioeconómico, COVID-19 PCNA+, Fase 1, Governo de Cabo Verde, Nações Unidas Cabo Verde.

²⁶Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional Relatório do País n.º 20/297, novembro de 2020

²⁷Escritório Regionaldo PNUD para África, Cabo Verde, Apoio à Resposta Nacional para Conter o Impacto da COVID-19

²⁸Fundo Monetário Internacional, Cabo Verde. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/04/22/pr20184-cabo-verde-imf-exec-board-approves-us-32m-disbursement-to-address-the-covid19-pandemic>

²⁹PNUD Cabo Verde, Apoio à Resposta Nacional para Conter o Impacto da COVID-19

de África (5,3 por cento)³⁰. Um total de 13.897 casos confirmados e 131 mortes foram relatadas no país até o final de janeiro de 2021³¹.

Dado o impacto desproporcional da pandemia, as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia realizaram uma avaliação conjunta das necessidades pós-crise (PCNA+) em apoio ao governo. O PCNA+, tecnicamente liderado pelo PNUD, baseou-se no quadro de avaliação das necessidades pós-desastre (PDNAs) e metodologia adaptada a uma crise de saúde³². O PCNA+ fornece uma visão geral do contexto do país na fase pré-COVID-19 e apresenta conclusões e recomendações preliminares sobre o impacto da crise. As constatações sob quatro pilares (económico, social, ambiental e governação) destacam a necessidade de criar uma sociedade mais resiliente e inclusiva para "Reconstruir Melhor" ou "Construir para Frente" por meio de mudanças institucionais, financiamento sustentável, descentralização e diversificação setorial³³. O projeto zero do PCNA+ tem sido a base para o Plano Nacional de Resposta e Recuperação do país, que inclui uma visão e objetivos de longo prazo alinhados aos ODS, e ações de curto e médio prazo apoiadas pelo governo, pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial³⁴.

Cabo Verde é uma democracia estável, com instituições democráticas fortes e transparência na governação pública³⁵. Em 2016 o *Movimento para Democracia*, da oposição, assumiu o governo, após os 15 anos de governo sob o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde*. As próximas eleições serão realizadas no primeiro semestre de 2021³⁶. De acordo com o Índice de Percepções de Corrupção de 2019 da Transparency International, Cabo Verde marcou 58 pontos/100 e ficou em 41.º de 180 países em 2019³⁷. O governo tem sido pioneiro na governação eletrónica desde 1990 para melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos aos cidadãos e empresas³⁸. Para fazer avançar a sua digitalização e aumentar a sua conectividade global, Cabo Verde lançou a sua Estratégia Digital (EDCV) em 2019. Por outro lado, a cobertura e a qualidade dos serviços de justiça para mulheres, jovens e crianças ainda são inadequadas³⁹. A descentralização é uma área importante devido à fragmentação territorial de Cabo Verde. A descentralização através da regionalização do PEDS e dos Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável visa garantir a participação das partes interessadas locais para alcançar a distribuição efetiva de oportunidades económicas em todo o país⁴⁰.

³⁰Suplemento Perspectivas Económicas Africanas 2020, Em meio à COVID-19, Banco Africano de Desenvolvimento.

³¹Painel COVID-19, Governo de Cabo Verde, Instituto Nacional de Saúde Pública, PNUD, 29 de janeiro de 2021.

<https://covid19.cv/>

³²Avaliação de Impacto Socioeconómico, COVID-19 PCNA+, Fase 1, Governo de Cabo Verde, Nações Unidas Cabo Verde.

³³Ibid.

³⁴Plano Nacional de Resposta e Recuperação, COVID-19, Governo de Cabo Verde, Nações Unidas Cabo Verde.

³⁵Documento de Estratégia por País de Cabo Verde (2019-2024), o Banco Africano de Desenvolvimento.

³⁶Visão geral, O Banco Mundial em Cabo Verde. <https://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview>

³⁷Transparência Internacional a coligação global contra a corrupção. <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/index/cpv>

³⁸Cabo Verde, The Mid-Atlantic Gateway to the world 's economy, Techub CV Sector, The Government of Cape Verde.

<https://peds.gov.cv/caboverdef4dev/wp-content/uploads/2018/12/TECHUB-CV-Sector-web.pdf>

³⁹Documento do Programa de País Comum para Cabo Verde, 2018–2022

⁴⁰Perspectivas Económicas de Cabo Verde, Banco Africano de Desenvolvimento. <https://www.afdb.org/en/countries/west->

Cabo Verde é considerado um dos 11 centros de biodiversidade marinha mais ameaçados a nível global⁴¹. Como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) de origem vulcânica, Cabo Verde apresenta um sistema ambiental vulnerável. O país está exposto a riscos naturais, incluindo condições climáticas extremas, inundações, deslizamentos de terra, terremotos e erupções vulcânicas⁴². Além disso, as mudanças climáticas, as chuvas, as secas e a degradação do solo impactam negativamente a biodiversidade, o acesso à água, a agricultura, a segurança alimentar e a nutrição. Como resultado, Cabo Verde importa mais de 80 por cento dos produtos alimentares⁴³. Além disso, a disponibilidade, a acessibilidade e a sustentabilidade da água e da energia dificultam o avanço socioeconómico⁴⁴. Considerando esses desafios, o governo está em transição para uma economia azul, que constitui um modelo de desenvolvimento económico transversal e em evolução para a preservação ambiental e a resiliência às mudanças climáticas⁴⁵.

No que se refere à saúde da criança, observa-se redução da mortalidade infantil de 24,9 (2008) para 15,8 (2017). As infeções perinatais continuam a ser as principais causas de mortalidade infantil, seguidas por anomalias congénitas, infecciosas e parasitárias que também sofreram pequenos aumentos no período.

A redução da mortalidade na faixa de 0 a 1 ano é um avanço por ser o principal componente em termos de mortalidade infantil (menores de 5 anos), respondendo por cerca de 85 por cento das mortes nessa faixa etária, principalmente em áreas rurais. Com isso, houve uma grande redução na probabilidade de uma criança de 1 ano morrer antes dos 5 anos em Cabo Verde, com a mortalidade entre 0-5 anos caindo de 28,1 em 2008 para 17,0 em 2018.

Por outro lado, a mortalidade materna tem oscilado ao longo dos anos. Cabe ressaltar que a pequena população do país não permite um melhor dimensionamento dos dados, considerando o denominador por 100.000. A melhoria desses indicadores de mortalidade está, em parte, relacionada ao livre acesso aos serviços de pré-natal e vacinação.

Na área da desnutrição, Cabo Verde fez progressos consideráveis, refletidos na redução da taxa de desnutrição aguda de 5,2 por cento (2009) para 4,4 por cento (2018) e desnutrição crónica de 13,3 por cento (2009) para 11,0 por cento (2018). Ainda assim, um dos maiores desafios enfrentados por crianças menores de 5 anos no campo da nutrição é a alta prevalência de anemia, que afeta 43 por cento das crianças.

No ano letivo de 2019/2020, devido à pandemia de COVID19, cerca de 24.644 pré-escolares, 83.499

africa/cabo-verde/cabo-verde-economic-outlook

⁴¹Cabo Verde, Blue Bond Note, Programa de Gestão das Áreas Costeiras da África Ocidental, Banco Mundial, julho de 2020

⁴²Prontidão de Emergência e Diagnóstico de Resposta a Cabo Verde: Construindo uma Cultura de Prontidão, O Banco Mundial.

⁴³Relatório Nacional Voluntário sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde, junho de 2018.

⁴⁴Documento do Programa de País Comum para Cabo Verde, 2018–2022

⁴⁵Cabo Verde, Blue Bond Note, Programa de Gestão das Áreas Costeiras da África Ocidental, Banco Mundial, Julho de 2020

primários e secundários inferiores e 28.543 secundários superiores, um total de 136.686, 67.727 meninas não estavam na escola entre 24 de março e 30 de setembro. Na capital do país, Praia, o regresso à escola ocorreu apenas em novembro. Os alunos tiveram dois trimestres com avaliação e o terceiro teve avaliação administrativa.

A finalização do documento da Política de Proteção da Criança e do Adolescente e o seu plano de ação (2020-2021), alinhado com o CRC constituem um importante resultado alcançado em 2019 e a formulação de um novo plano de ação nacional de prevenção e combate à violência sexual (2021 – 2023) em 2020. O reforço das capacidades das partes interessadas da ICCA e de outras partes interessadas na proteção infantil continuou em 2020.

ESTRATÉGIA DO PROGRAMA COMUM EM CABO VERDE

As relações entre o Governo de Cabo Verde e o sistema das Nações Unidas foram formalizadas em 1975. Cabo Verde tornou-se o primeiro Escritório Comum piloto do PNUD, UNICEF, UNFPA em 2006. O Escritório Comum é um modelo único para a integração das atividades programáticas e operacionais das Nações Unidas num contexto de país pequeno no âmbito da reforma das Nações Unidas, permitindo que cada agência desenvolva e complemente os pontos fortes dos outros; está em posição única para responder aos desafios da implementação da Agenda 2030 e o Programa de País Comum funcionaria sob um processo de governação estabelecido que preserva os mandatos/questões essenciais de todas as agências participantes⁴⁶. O sistema implementado garante, assim, que cada um dos mandatos dos Programas do UNFPA, UNICEF e PNUD sejam refletidos num único documento do Programa e garante que o governo anfitrião tenha acesso aos conhecimentos técnicos e serviços de cada agência⁴⁷.

O Escritório Comum, liderado pelo Coordenador Residente da ONU, tem uma estrutura organizacional que envolve as atividades e mandatos das três agências participantes (PNUD, UNFPA e UNICEF) e opera com um conjunto de processos de negócios, regras e regulamentos sob um acordo de "agência de apoio"⁴⁸. Foi acordado entre as agências que o PNUD forneceria regras e procedimentos administrativos, financeiros e programáticos ao Escritório Comum, criando economias de escala para a representação das três agências⁴⁹. O PNUD também presta assistência técnica aos parceiros nacionais e aos homólogos das suas agências em questões relacionadas com a administração pública, o emprego, a governação, o ambiente e as alterações climáticas⁵⁰. Enquanto isso, o UNFPA e o UNICEF fornecem conhecimentos técnicos em saúde sexual e reprodutiva, proteção social, igualdade de género e empoderamento das

⁴⁶Documento do programa nacional para Cabo Verde, 2018-2022 : Conselho Executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas para a População e do Escritório das Nações Unidas para os Serviços de Projectos, Conselho Executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância DP/FPA/OPS-ICEF/CCPD/2018/CPV/1

⁴⁷Resumo do modelo do Escritório Comum de Cabo Verde, Escritório de Coordenação das Operações de Desenvolvimento das Nações Unidas, Março de 2016

⁴⁸Ibid

⁴⁹Avaliação Final do Documento do Programa Comum por País do PNUD, UNFPA e UNICEF, Cabo Verde, Gesaworld S.A., 2016

⁵⁰Ibid

mulheres, violência baseada em género, educação e direitos das crianças⁵¹. Assim, a diversidade de atividades e projetos das três agências permite que o Escritório Comum atenda às necessidades da população vulnerável, incluindo crianças, mulheres e jovens.

Em posição única para responder aos desafios da implementação da Agenda 2030 através da articulação e simplificação das atividades, o Escritório Comum tem um único Documento Comum do Programa do País (CCPD) que serve como a principal unidade de prestação de contas aos Conselhos Executivos das três agências⁵². O CCPD, que reflete os mandatos de cada agência participante (PNUD, UNICEF e UNFPA) é guiado pelo Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) para o período 2018-2022 e está alinhado com os planos estratégicos das agências. O processo de governação do CCPD que preserva os mandatos de todas as agências participantes, garante que o governo de Cabo Verde tenha acesso aos conhecimentos técnicos e serviços de cada agência⁵³.

O CCPD responde às prioridades do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS 2017–2021), que está totalmente alinhado com os ODS e reflete uma “abordagem nacional, com foco em intervenções locais específicas em municípios selecionados, e uma abordagem de ciclo de vida, com adolescentes, jovens e mulheres como os principais grupos-alvo, juntamente com crianças e os seus cuidadores”⁵⁴.

O programa, conforme definido no CCPD 2018–2022, aborda cinco resultados, estruturados em torno das seguintes áreas temáticas⁵⁵:

a) Desenvolvimento sustentável do capital humano (ODS 1, 3, 4, 5, 8, 10): O programa aborda a pobreza multidimensional e a desigualdade seguindo o princípio de “não deixar ninguém para trás”. O programa promove a utilização e o acesso a serviços de educação, saúde, sociais e de protecção das crianças de elevada qualidade, sensíveis às questões de género, integrados e complementares. O programa também se concentra em melhorar a capacidade nacional e local para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo educação sexual abrangente para adolescentes e jovens. Além disso, o programa visa fortalecer o sistema nacional de informação de saúde para a saúde materna, infantil e adolescente, incluindo a SSR.

⁵¹Ibid.

⁵²Documento do Programa de País Comum para Cabo Verde, 2018–2022

⁵³Resumo do modelo do Escritório Comum de Cabo Verde, Escritório de Coordenação das Operações de Desenvolvimento das Nações Unidas, Março de 2016

⁵⁴CCPD para 19

⁵⁵O Documento de Programa de País Comum para Cabo Verde (2018–2022) tem 5 Resultados do UNDAF (1, 2, 3, 4.1, 4.2) incluídos no “Quadro de resultados e recursos para Cabo Verde (2018–2022)” (páginas 8-12 deste TdR) e 4 Prioridades do Programa: a) Desenvolvimento sustentável do capital humano; b) Gestão sustentável dos recursos naturais; c) Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo; d) Governação, políticas públicas, parcerias e justiça (páginas 5-6 deste TdR).

b) Gestão sustentável dos recursos naturais (ODS 1, 2, 3, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15): O programa concentra-se na implementação da estratégia nacional de redução do risco de desastres; no reforço dos mecanismos institucionais e das capacidades da comunidade para implementar as melhores práticas de adaptação e mitigação das alterações climáticas; e na aplicação da integração da conservação da biodiversidade e no apoio ao crescimento económico verde e azul.

c) Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo (ODS 1, 2, 5, 8, 9, 10): O programa apoia o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas sensíveis ao género e centrados na criança que promovam a inclusão, o crescimento económico e a criação de empregos decentes. O programa visa gerar evidências desagregadas através da análise aprofundada da dinâmica populacional para informar a formulação de políticas públicas, incluindo as implicações de aproveitar o potencial da sua população jovem na condução dos esforços de desenvolvimento do país.

d) Governação, políticas públicas, parcerias e justiça (ODS 1, 5, 10, 16, 17): O programa se concentra em aumentar a capacidade da sociedade civil e da administração pública de apoiar o uso de recursos; promover a participação dos cidadãos nos processos de governação, incluindo jovens e adolescentes; combater as desigualdades de género e a violência baseada em género; e melhorar a resposta do sistema de justiça. Além disso, o programa apoia a integração da dinâmica populacional e estratégias para aproveitar o dividendo demográfico no desenvolvimento sectorial nacional seleccionado.

O foco principal do CCPD é apoiar o governo na consecução dos ODS e está alinhado com os princípios de igualdade de género, cumprimento dos direitos humanos e a premissa de "não deixar ninguém para trás". O principal foco do CCPD é apoiar o ambiente político propício à consecução dos objetivos nacionais prioritários, proteger os ganhos de desenvolvimento e reduzir os riscos que podem afetar os seus progressos em direção aos ODS. Abordagens intersetoriais para a realização dos ODS e sistemas aprimorados de planeamento, monitorização e avaliação são enfatizados neste programa. Em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, espera-se que o programa nacional 2018–2022 contribua para todos os ODS num contexto de “Entrega como um só”.

Veja a tabela 1 abaixo para orçamento e despesas de 2018 a abril de 2021, por agência e por resultado do UNDAF. Ver tabela no Anexo 1 para os recursos estimados para o CCPD de quatro anos que totalizaram \$ 41.050.800. Os dados indicam que o Escritório Comum mobilizou cerca de 67 por cento dos recursos financeiros estimados para entregar o programa de trabalho do CCPD.

Tabela 1 – Orçamento e Despesas 2018 – abril 2021

Resultado	Orçamento do PNUD	Despesas do PNUD	Orçamento do UNFPA	Despesas do UNFPA	Orçamento UNICEF	UNICEF Despesas	Orçamento Total	Total das Despesas
Resultado 1	\$ 75.633	\$ 75.072	\$ 1.474.278	\$ 1.080.744	\$ 2.956.013	\$ 2.143.116	\$ 4.505.924	\$ 3.298.932
Resultado 2	\$ 6.810.125	\$ 4.017.816	\$ 0	\$ 0	\$ 0	\$ 0	\$ 6.810.125	\$ 4.017.816
Resultado 3	\$ 8.252.744	\$ 7.090.614	\$ 269.646	\$ 179.153	\$ 872.731	\$ 593.727	\$ 9.395.121	\$ 7.863.494
Resultado 4	\$ 6.011.179	\$ 3.713.185	\$ 170.767	\$ 133.155	\$ 175.047	\$ 143.440	\$ 6.356.993	\$ 3.989.780
Resultado 5	\$ 190.413	\$ 131.009	\$ 126.275	\$ 75.531	\$ 80.000	\$ 53.580	\$ 396.688	\$ 260.120
Total	\$ 21.340.094	\$ 15.027.695	\$ 2.040.966	\$ 1.468.583	\$ 4.083.791	\$ 2.933.863	\$ 27.464.851	\$ 19.430.141

Fonte: Dados do PNUD, UNICEF e UNFPA fornecidos pelo Escritório Comum – abril de 2021

FINALIDADE, ÂMBITO, OBJETIVO E PRINCIPAIS QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação do programa do País Comum é duplo. Por um lado, determinar até que ponto o Programa Nacional alcançou os resultados pretendidos, de forma eficiente, bem coordenada, coerente e económica, mantendo a relevância; por outro lado, é sobre aprender se o Modelo de Escritório Comum tem sido um facilitador para apoiar a entrega efetiva e oportuna do CCPD, com maior eficácia e eficiência, bem como a capacidade de alavancar recursos. A avaliação visa compilar evidências das contribuições do Escritório Comum para os resultados do desenvolvimento, facilitando e alavancando o esforço nacional. O uso pretendido do CCPE é:

- Apoiar o desenvolvimento do próximo Documento do Programa de País Comum de Cabo Verde;
- Reforçar a responsabilidade do Escritório Comum perante as partes interessadas nacionais;
- Reforçar a responsabilidade do Escritório Comum perante os Conselhos Executivos das três agências.

O CCPE é uma avaliação independente realizada dentro das disposições gerais contidas na respectiva Política de Avaliação das agências.

A avaliação centrar-se-á no CCPD, incluindo as modalidades de execução tal como operacionalizadas na modalidade de Escritório Comum durante o seu atual ciclo de programas, 2018–2022, com vista a contribuir para a preparação do próximo programa de país comum a partir de 2023. O âmbito geográfico e temporal está alinhado com o CCPD 2018–21.

A pandemia global da COVID-19 apresentou ao Escritório Comum desafios consideráveis na implementação do seu programa de trabalho em curso, em conformidade com o CCPD. Ainda mais do que o habitual, a ONU foi obrigada a ser adaptável, reorientar e reestruturar o seu trabalho de desenvolvimento para responder aos desafios da pandemia e à necessidade do país de se preparar, responder e recuperar eficazmente da crise mais ampla da COVID-19, incluindo as suas consequências socioeconómicas. Assim, este CCPE também considerará o grau em que o Escritório Comum foi capaz de se adaptar à crise e apoiar a preparação e resposta do país à pandemia, e a sua capacidade de recuperação ao mesmo tempo em que enfrenta os novos desafios de desenvolvimento que a pandemia destacou, ou que podem ter surgido. Assim, os objetivos do CCPE são:

1. Identificar se os resultados do Programa Comum por País foram/são susceptíveis de ser entregues como planeado (tanto quantitativa como qualitativamente) e fatores explicativos para alcançar esses resultados ou não;
2. Identificar se o Programa de País Comum contribuiu para os resultados nacionais previstos e planeados, incluindo os resultados centrados nos ODS, no contexto dos resultados do UNSDCF;
3. Determinar até que ponto o Modelo de Escritório Comum alcançou coerência programática e operacional e o que pode ser melhorado no apoio aos parceiros governamentais;

4. Determinar em que medida o Escritório Comum foi capaz de se adaptar à pandemia da COVID-19, responder às necessidades da emergência e em que medida foi possível adaptar e implementar efetivamente o CCPD para minimizar o regresso dos resultados.

A avaliação conjunta incidirá no programa de país comum aprovado pelos conselhos executivos das três agências para o período 2018–2022, bem como nas modalidades de Escritório Comum. O CCPE Conjunto também prestará muita atenção à resposta comum das três agências à pandemia COVID19 no país para avaliar tanto a sua contribuição como o modo como a pandemia pode ter afetado a implementação do seu programa planeado para apoiar o desenvolvimento do futuro CCPD e como foi tratado pela modalidade de Escritório Comum.

Além disso, o CCPE cobrirá questões transversais, como direitos humanos; Não deixar ninguém para trás, igualdade de género; deficiência; e funções transversais, como coordenação, coerência, monitorização e avaliação (M&A); inovação; mobilização de recursos; parcerias estratégicas, etc.

O CCPE abordará as seguintes questões-chave de avaliação, que estão totalmente alinhadas com os objetivos da Avaliação Conjunta. Essas perguntas também orientarão a apresentação dos resultados da avaliação no relatório. As questões de Avaliação também se referem a vários critérios importantes, tais como: Eficácia, Relevância, Coerência, Coordenação, Sustentabilidade e Género, Equidade e Responsividade aos Direitos Humanos. Questões e subquestões mais detalhadas são apresentadas na matriz de avaliação em anexo.

1. Quais os resultados alcançados pelo CCP durante o período em análise e quais foram os factores ou obstáculos que o permitiram?
 - a. Em que medida é que o Escritório Comum conseguiu ultrapassar os obstáculos e/ou tirar partido dos factores facilitadores?
 - b. Até que ponto os resultados alcançados foram direitos humanos equitativos e integrados e houve igualdade de género em apoio à consecução dos ODS?
 - c. Até que ponto as necessidades das populações mais vulneráveis e marginalizadas, incluindo crianças, mulheres e adolescentes e pessoas com deficiência, foram abordadas e atendidas?
 - d. Até que ponto o trabalho conjunto do PNUD, do UNFPA e do UNICEF apoiou os sistemas nacionais de monitorização, avaliação e dados/estatísticas, especificamente sobre a integração dos ODS para apoiar a análise e o planeamento de políticas?
2. Até que ponto as Modalidades do Escritório Comum no contexto da reforma do UNDS garantem o avanço dos mandatos das 3 agências?
 - a. Até que ponto as operações (por exemplo, finanças, suprimentos e aquisições, TI, sistemas de monitorização e relatórios) foram integradas e conduzidas eficientemente?
 - b. Até que ponto cada agência conseguiu aproveitar a vantagem comparativa de cada um na entrega em conjunto?
 - c. Em que medida desenvolve o Escritório Comum actividades conjuntas de planeamento, acompanhamento, avaliação e elaboração de relatórios?
 - d. Até que ponto a coordenação entre o Escritório Comum e os Escritórios Regionais das três agências (PNUD, UNFPA e UNICEF) foi coerente, eficaz e oportuna?

- e. As responsabilidades foram claras e compreendidas pelo pessoal de todos os níveis das três agências?
3. Até que ponto a modalidade de coordenação do Escritório Comum tem sido rentável em relação às três agências UNDP, UNFPA e UNICEF?
- a. Até que ponto o Escritório Comum posicionou-se exclusivamente para implementar os componentes do CCPD, como estratégias, componentes do programa e atividades de apoio aos ODS, incluindo a mobilização de recursos?
 - b. Até que ponto o Escritório Comum geriu responsabilidades e riscos em toda a estrutura do Escritório comum e nas agências participantes da ONU, quando se trata de representação e de política, programa, trabalho de promoção ou construção de parcerias?
 - c. Em que medida foram integrados os sistemas de planeamento, acompanhamento e avaliação das três agências?
4. Até que ponto o PNUD, o UNFPA e o UNICEF foram capazes de se adaptar à pandemia da COVID-19, especialmente sob a modalidade de Escritório Comum, em apoio ao processo de preparação, resposta e recuperação do país?
- a. Até que ponto o Escritório comum foi flexível, inovador e ágil ao entregar seu programa para se adaptar à pandemia da Covid-19?
 - b. Como os atuais objetivos, abordagens e modalidades do Programa de País Comum podem ser mais relevantes e adaptados ao contexto do país pós-Covid-19 para o próximo Programa de País Comum?

METODOLOGIA

A metodologia de avaliação seguirá as Normas e Padrões do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).⁵⁶ A avaliação respeitará o princípio de "não causar danos" e abster-se-á de qualquer actividade que possa colocar um membro da equipa, uma parte interessada ou o inquirido em risco de ser infectado pelo vírus. O CCPE abrangerá todas as áreas de resultados.

A abordagem geral e a metodologia usarão uma abordagem baseada em teoria com metodologia quantitativa e qualitativa mista para abordar questões de avaliação como a implementação — conectando a contribuição da agência ao resultado — e o nível do resultado. Assim, uma abordagem de Teoria da Mudança (ToC) será usada em consulta com as partes interessadas, conforme apropriado, para definir os resultados, riscos e pressupostos pretendidos. As discussões do ToC se concentrarão no mapeamento e teste dos riscos e pressupostos por trás das mudanças desejadas do programa e as ligações entre a modalidade de entrega conjunta, a(s) intervenção(ões) e os resultados pretendidos do programa do país. No âmbito desta análise, será igualmente examinada a evolução do CCPD ao longo do período em análise. Na avaliação da evolução do CCPD, será revista

⁵⁶ <http://www.uneval.org/document/detail/1914>

a capacidade do Escritório Comum para se adaptar à evolução do contexto e dar resposta às necessidades e prioridades de desenvolvimento nacionais.

A pertinência e os resultados do programa de país comum serão analisados nas questões-chave 1 e 2. Tal incluirá uma avaliação dos resultados alcançados pelo CCPD e da medida em que essas produções contribuíram para os resultados pretendidos e são relevantes para as prioridades nacionais e para os beneficiários. Neste processo, também serão identificados resultados positivos e negativos, diretos e indiretos não intencionais.

As modalidades do Escritório Comum serão analisadas no âmbito das questões-chave 3 e 4, que analisarão mais aprofundadamente a coerência da intervenção e do apoio, bem como a coordenação e as modalidades eficazes, tal como previsto inicialmente e à luz da reforma da UNDS.

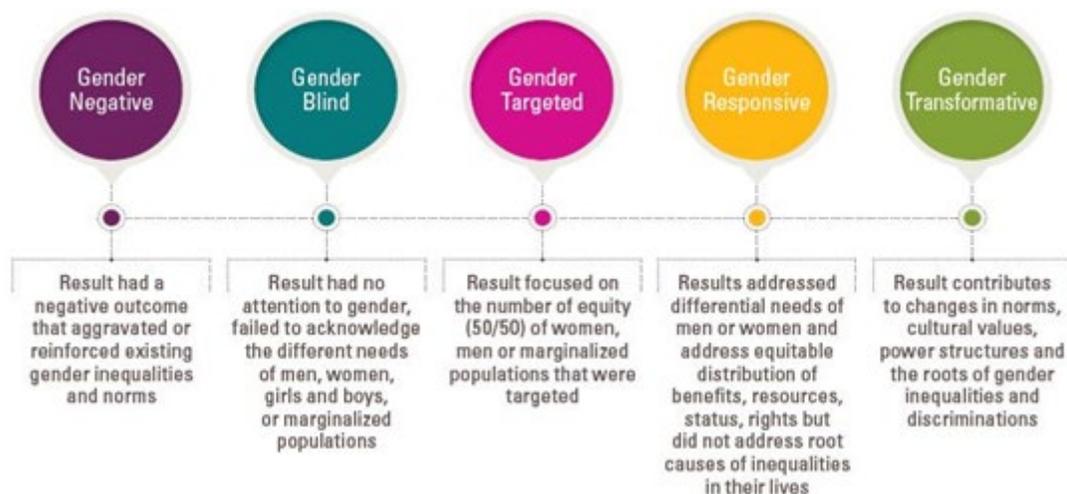
Por fim, o apoio ao processo de preparação, resposta e recuperação do país para a pandemia da COVID-19 será abordado na questão-chave 5, analisando a capacidade de resposta do programa do Escritório Comum à situação da COVID-19, a relevância do apoio do CCPD ao país, incluindo seu alinhamento com as políticas nacionais e outras agências da ONU e intervenções de doadores, bem como avaliando a eficácia do apoio fornecido e a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Para entender melhor o desempenho do CCPD e do mecanismo de Escritório Comum, os fatores específicos que influenciaram — positiva ou negativamente — o desempenho do CCPD e, eventualmente, a sustentabilidade dos resultados no país serão examinados na questão de avaliação 4. A utilização de recursos para produzir resultados (incluindo práticas de gestão); a medida em que o Escritório Comum promoveu parcerias e sinergias com outras agências e atores da ONU (ou seja, através da cooperação sul-sul ou triangular); e a integração da igualdade de género e empoderamento das mulheres e inclusão de deficiência na concepção e implementação do CCPD também são alguns dos aspectos que serão avaliados sob esta questão.

Será dada especial atenção à integração de uma abordagem de avaliação dos métodos de recolha de dados que responda às questões de género e seja intercultural. Neste contexto, a avaliação analisará em que medida o apoio do PNUD, da UNICEF e do UNFPA foi concebido e contribuiu para a igualdade entre homens e mulheres. Esta análise será realizada considerando o marcador de género⁵⁷ e potencialmente a escala de efetividade de resultados de género do IEO do PNUD (GRES). O GRES classifica os resultados de género em cinco categorias, conforme indicado no esquema abaixo. Além disso, questões relacionadas ao género serão incorporadas nos métodos e ferramentas de recolha de dados, como o questionário de entrevista e relatórios.

⁵⁷Uma ferramenta corporativa para sensibilizar os gestores de programa no avanço da GEWE, atribuindo classificações a projetos durante sua fase de criação para indicar o nível de contribuição esperada para a GEWE. Também pode ser usado para rastrear as despesas planeadas do programa na GEWE (não as despesas reais).

Espera-se que a equipa desenvolva e refine a metodologia e o plano de análise de dados em seu relatório inicial com base na consulta às principais partes interessadas e numa revisão preliminar.



RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Avaliação das restrições de recolha de dados e dos dados existentes. A avaliação reunirá e analisará todas as avaliações anteriores relevantes disponíveis nas três agências.

Os Resultados do CCPD, os Relatórios Anuais do PNUD, UNICEF e UNFPA e o sistema de planeamento corporativo (CPS) associado a ele fornecem indicadores, linhas de base e seu estado de progresso. Na medida do possível, o CCPE utilizará estes indicadores e dados, bem como outros indicadores alternativos que possam ter sido utilizados pelo Escritório Comum, para interpretar os objetivos do CCPD e para medir e avaliar os progressos realizados na consecução dos resultados pretendidos. No entanto, os indicadores do CCPD procuram avaliar aspectos do desempenho que estão bem fora da esfera de controlo directo das três agências e para os quais o programa tem uma influência limitada. Para mitigar essas limitações, a avaliação trabalhará com as Teorias da Mudança para tentar entender as metas e mapear os pressupostos em relação aos resultados esperados e alcançados. Devido às restrições de viagem induzidas pela Covid-19, a recolha de dados primários será realizada virtualmente. Em resposta a estas limitações, a equipa de avaliação irá expandir o número de entrevistas com informadores-chave, seleccionar uma equipa com experiência anterior no país e recorrer a um apoio alargado do Escritório Comum para organizar entrevistas.

Métodos de recolha de dados. A avaliação utilizará fontes de dados primárias e secundárias, incluindo revisão documental da documentação corporativa e do projeto, levantamentos de dados de partes interessadas e beneficiários, conforme relevante. Será seguida uma abordagem multissetorial e entrevistas por telefone/zoom incluirão representantes do governo, organizações da sociedade civil, representantes do setor privado, agências da ONU, organizações multilaterais, doadores bilaterais, Escritório Comum e Escritórios Regionais/Bureau e beneficiários do programa. Serão envidados esforços para recolher opiniões de uma gama diversificada de partes

interessadas sobre o desempenho do JO, bem como para chegar aos beneficiários, mantendo uma abordagem de não causar danos e uma recolha de dados ética responsiva no contexto da pandemia da Covid-19 e, assim, utilizando a recolha remota de dados. No início da avaliação, será realizada uma análise das partes interessadas com o apoio do Escritório Comum para identificar parceiros e beneficiários relevantes a serem consultados, bem como aqueles que podem não trabalhar diretamente com as três agências, mas desempenham um papel fundamental ou ajudam a avaliação a medir as contribuições do Escritório Comum para os resultados do CCPD. Esta análise das partes interessadas servirá para identificar informantes-chave para entrevistas durante a principal fase de recolha de dados da avaliação e para examinar quaisquer parcerias potenciais que possam melhorar ainda mais a contribuição do Escritório Comum para o país.

Os critérios propostos para a selecção de projectos podem incluir o seguinte e serão aperfeiçoados pela equipa de avaliação:

- Cobertura do programa (projetos que abrangem várias componentes/resultados, projetos conjuntos e áreas transversais);
- As despesas financeiras (projectos/intervenções de grandes dimensões, serão priorizadas);
- Cobertura Urbano-Rural;
- Maturidade (abrangendo projetos concluídos e ativos);
- Ciclo do programa (cobertura dos projectos/intervenção do ciclo actual);

O Grupo de Gestão de Avaliação (EMG) e o Escritório Comum identificarão uma lista inicial de documentos relacionados ao histórico e ao programa e a publicarão num site SharePoint do CCPE ⁵⁸. As revisões de documentos incluirão: documentos de base sobre o contexto nacional, documentos preparados por parceiros internacionais e outras agências da ONU durante o período em análise; documentos programáticos, como planos de trabalho e quadros; relatórios de progresso; monitorização de autoavaliações, como os relatórios anuais; e avaliações conduzidas pelas três agências e parceiros, incluindo relatórios de garantia de qualidade, quando disponíveis.

Todas as informações e dados recolhidos de várias fontes e por vários meios serão triangulados para garantir sua validade antes que a avaliação chegue a conclusões e recomendações. Uma matriz de avaliação será usada para orientar como cada uma das perguntas será abordada para organizar as evidências disponíveis por pergunta-chave de avaliação. Isso também facilitará o processo de análise e apoiará a equipa de avaliação na elaboração de conclusões e recomendações bem fundamentadas.

Em consonância com a Orientação da UNEG sobre a Integração dos Direitos Humanos e Igualdade de Género nas Avaliações, o CCPE examinará o nível de integração da perspectiva de género em todo o programa e operações. Os dados relacionados ao género serão recolhidos usando fontes corporativas disponíveis (por exemplo, o Marcador de Género) e fontes baseadas em programas/ projetos (por exemplo, por meio de revisões

⁵⁸Uma lista de projetos e documentos estratégicos do PNUD, UNFPA e UNICEF (por exemplo, Planos de Trabalho, Relatórios Anuais) foi carregada no SharePoint e no Teams do CCPE.

documentais de documentos e entrevistas), quando disponíveis, e avaliados em relação aos resultados do programa e ao GRES. Espera-se que o trabalho da equipa esteja em conformidade com o Código de Conduta Ética da UNEG⁵⁹.

ACORDOS DE GESTÃO

O Escritório de Avaliação Independente do PNUD, o Escritório de Avaliação do UNFPA e o Escritório de Avaliação da UNICEF: cada um designará um gestor de avaliação responsável pela avaliação conjunta. Os gestores e o pessoal associado formarão um Grupo de Gestão de Avaliação (EMG). Os Escritórios regionais do UNICEF e do UNFPA designarão igualmente um pessoal como parte do grupo de gestão, que será responsável por liderar a avaliação em consulta com as partes interessadas das respectivas agências. O IEO do PNUD servirá como ponto focal para fins administrativos relacionados à contratação, e o EMG coordenará a equipa de avaliação de consultores independentes e se envolverá com eles conforme necessário, fornecerá garantia de qualidade, revisará os resultados e os aprovará.

Escritório Nacional Comum em Cabo Verde: O Escritório Nacional Comum apoiará a equipa de avaliação para estabelecer contacto com os principais parceiros e outras partes interessadas, disponibilizar à equipa todas as informações necessárias sobre os programas, projectos e actividades das três agências no país e fornecer verificações factuais do projecto de relatório em tempo útil. Além disso, o Escritório Comum do País fornecerá apoio não-financeiro (por exemplo, agendamento de entrevistas com o pessoal do projeto, partes interessadas e beneficiários). O pessoal do Escritório Comum do País também será entrevistado. Para garantir a independência do exercício e o anonimato dos entrevistados, o pessoal do Escritório Comum do País não participará das entrevistas das partes interessadas. Uma vez elaborado um relatório final, o Escritório Comum preparará uma resposta de gestão às recomendações de avaliação, em consulta com os Escritórios nacionais e regionais das três agências. Apoiará a utilização e divulgação do relatório final do CCPE a nível nacional. O Escritório Nacional Comum e o EMG organizarão conjuntamente o debriefing final das partes interessadas, garantindo a participação das principais contrapartes governamentais, por meio de uma videoconferência, onde serão apresentadas as constatações, conclusões e recomendações da avaliação.

Consulta às partes interessadas

Os parceiros governamentais serão consultados, juntamente com outras partes interessadas, durante o marco fundamental desta avaliação, nomeadamente os TdR, a Fase Inicial e o projecto de relatório final. As consultas serão conduzidas pelo Grupo de Gestão de Avaliação, com o apoio do JCO.

Escritório Regional do PNUD para África e Escritórios Regionais do UNICEF e do UNFPA: apoiarão a avaliação através da partilha de informações e participarão na reunião final das partes interessadas.

⁵⁹⁵⁹ <http://www.unevaluation.org/document/detail/102>

Equipe de Avaliação: O EMG constituirá uma equipa de avaliação para realizar o CCPE, composta por um total de 3 consultores externos com experiência nas áreas do programa do CCPD, incluindo um Líder de Equipa, responsável pela coordenação geral do fluxo de trabalho da equipa na entrega de um relatório de avaliação consolidado e a quem cada membro da equipa se reportará. O EMG será responsável pela seleção da equipa de consultores, com prioridade dada aos consultores nacionais para a igualdade de competências, *ceteris paribus*.

Entregas: Sob a orientação do EMG, os consultores externos prepararão um **relatório inicial (1)** como primeira entrega. Este relatório também incluirá um design claro, e conceção baseada em matriz de avaliação a partir da finalidade, objetivos e questões-chave de avaliação que informarão as fases de recolha e análise de dados. Este relatório incluirá a análise dos principais riscos e uma estratégia de mitigação para garantir a entrega oportuna do relatório e a condução da recolha e análise de dados de acordo com o design e plano, abordagem e métodos para produzir o relatório de avaliação final incorporando comentários do EMG.

Após a conclusão das fases de recolha e análise de dados, a equipa preparará um **projecto de relatório final (2)**, documentando as constatações (o que encontrou); e analisando as principais constatações, transformando-as em conclusões (a resposta mais directa às questões de avaliação). O relatório conterá projectos de recomendações, indicando o que recomendam, a quem e até quando. Cada recomendação deve mencionar o que sem abordar o como, deve fluir logicamente das constatações, ser económica e fazer sentido por si só.

Ao receber os comentários do EMG e das partes interessadas, a equipa revisará o projeto do relatório final, indicará como eles abordaram os comentários, de uma forma ou de outra, e enviará o **relatório final (3)** ao EMG para aprovação.

Uma apresentação em PowerPoint (4): um PowerPoint independente será submetido ao EMG como parte dos resultados da avaliação

Todos os Conjuntos de Dados (qualitativos e quantitativos) (5) serão submetidos ao EMG como parte dos resultados da avaliação e, se necessário, impressas.

O pagamento será feito mediante aprovação do EMG para cada uma das três (5) entregas.

As funções dos diferentes membros da equipa de avaliação podem ser resumidas no Quadro 2 e serão aperfeiçoadas na fase inicial.

Tabela 2: Responsabilidades de recolha de dados (provisória)	
Resultado/Área	Recolha e relatório de dados
Resultado 1	Consultor 1
Resultado 2	Consultor 2
Resultado 3	Consultor 1
Resultado 4	Consultor 3
Resultado 5	Consultor 3
Igualdade de género e deficiência	Todos os membros da equipa
Questões de posicionamento estratégico	Todos os membros da equipa
Questões operacionais e de gestão	Líder da Equipa
Consolidação global do Relatório de Avaliação	Líder da Equipa

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Existem cinco fases-chave para o processo de avaliação, conforme resumido abaixo, que constituem a estrutura para a realização da avaliação.

Fase 1: Trabalhos preparatórios. Após a consulta inicial com o Escritório Comum, o EMG prepara os TdR e o design da avaliação, incluindo uma matriz de avaliação preliminar com possíveis questões e subquestões de avaliação. Uma vez aprovado pelos Escritórios de Avaliação do PNUD, UNICEF, UNFPA, serão recrutados membros adicionais da equipa de avaliação com competências e perícia relevantes nas diferentes áreas de resultados. O EMG, com o apoio do JO, recolhe todos os dados e documentação relevantes para a avaliação.

Fase 2: Fase inicial. Os membros da equipa de avaliação realizarão uma revisão preliminar e consulta com as principais partes interessadas, para identificar questões de avaliação refinadas, avaliar as lacunas de dados, desenvolver uma matriz e plano de avaliação. Com base nisso, a equipa preparará um relatório inicial, para o qual um modelo e orientação será fornecido pelo EMG. O relatório também identificará quaisquer riscos e limitações potenciais na condução da avaliação e proporá medidas de mitigação.

Fase 3: Recolha de dados. A equipa de avaliação se envolverá em atividades de recolha de dados virtualmente, ciente das restrições relacionadas à COVID-19, em respeito às orientações éticas e não prejudicará o princípio. A duração estimada do período de recolha de dados será de cerca de três semanas. Os dados serão recolhidos de acordo com a abordagem descrita no relatório inicial e na matriz de avaliação, com as responsabilidades descritas na Seção 7. No final da fase de recolha de dados, a equipa de avaliação pode proceder a uma apresentação informativa das principais conclusões preliminares ao Escritório Comum quando todas as lacunas de dados adicionais e os domínios de análise ulterior devam ser identificados para efeitos de acompanhamento.

Fase 4: Análise, elaboração de relatórios, revisão de qualidade e debriefing. Com base na análise dos dados recolhidos e triangulados, o Líder da Equipa realizará um processo de síntese para redigir o projeto de relatório do CCPE, com base nas contribuições dos membros da equipa. As contribuições individuais dos membros da equipa, bem como o projeto do relatório de avaliação, estarão sujeitas a revisão pelo EMG. O(s) projecto(s) de relatório será(ão) distribuído(s) ao Escritório Comum para correções factuais. O segundo projecto, tendo em conta eventuais correções factuais, será partilhado com as partes interessadas nacionais para mais comentários. Quaisquer correções adicionais necessárias serão feitas, e o Escritório Comum de Cabo Verde e outros Escritórios, conforme relevante, prepararão a resposta da gestão ao CCPE. O relatório será então compartilhado numa reunião final com as partes interessadas (via videoconferência), onde os resultados da avaliação serão apresentados às principais partes interessadas nacionais. Serão debatidos os caminhos a seguir, com vista a criar uma maior apropriação por parte das partes interessadas nacionais na prossecução das recomendações e no reforço da responsabilização nacional do Escritório Comum. Considerando a discussão no evento das partes interessadas, será produzido o relatório final de avaliação.

Fase 5: Publicação e divulgação. O relatório do CCPE, incluindo a resposta da gestão, e o resumo da avaliação serão amplamente distribuídos eletronicamente. O relatório de avaliação será disponibilizado ao PNUD, UNICEF e Conselho Executivo do UNFPA no momento da aprovação de um novo Documento de Programa de País Comum. Será distribuído pelos três Escritórios de avaliação e pelas unidades de avaliação de outras organizações internacionais, sociedades/redes de avaliação e instituições de investigação da região. O Escritório Comum de Cabo Verde divulgará o relatório às partes interessadas no país.

PRAZO PARA O PROCESSO DO CCPE

O prazo e as responsabilidades para o processo de avaliação são provisoriamente⁶⁰ os seguintes:

Tabela 3: Prazo para o processo de CCPE ir para o Conselho em setembro de 2021 (provisório)		
Atividade	Entidade responsável	Prazo proposto
Fase 1: Trabalhos preparatórios		
TdR – aprovação pelos Escritórios de Avaliação do PNUD, UNICEF, UNFPA	EMG	Junho de 2021
Seleção de outros membros da equipa de avaliação	EMG	Julho de 2021
Fase 2: Fase inicial		
Elaboração do <u>relatório</u> inicial	Equipa de Avaliação	Julho – agosto de 2021
Fase 3: Recolha de dados		
Fase de recolha de dados virtual	Equipa de Avaliação	Setembro de 2021
Fase 4: Análise, elaboração de relatórios, revisão de qualidade e debriefing		
Redação do relatório de Análise e Síntese	Equipa de Avaliação	Setembro de 2021
Projeto zero CCPE para liberação pela EMG	Líder da Equipa	Outubro de 2021
Primeiro projecto do CCPE para o Escritório Comum para comentários	Líder de equipa/EMG	Final de novembro de 2021
Segundo projecto partilhado com as contrapartes nacionais para comentários	Líder de equipa/EMG	Dezembro de 2021
Resposta da gestão	Escritório comum	Dezembro de 2021
Debriefing final com as partes interessadas nacionais	Escritório Comum/EMG/Líder da Equipa	Dezembro de 2021
Fase 5: Produção e Acompanhamento		
Edição e formatação	PNUD com revisão EMG	Janeiro de 2022

⁶⁰O prazo é indicativo de processo e prazos e não implica engajamento em tempo integral da equipa durante o período.

ANEXO 1 -⁶¹ Resultados do UNDAF para os quais o CCPD planeou contribuir no período 2018–2022⁶²

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de Países Comuns	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
<p>Resultado 1 do UNDAF: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, melhoraram o acesso e utilizam serviços de saúde e educação de mais qualidade e beneficiam mais da proteção social e infantil e da inclusão social, sensíveis ao género, ao longo de seu ciclo de vida.</p>	Produção 1.1. Capacidade nacional e local reforçada para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo saúde sexual e reprodutiva, especialmente para adolescentes e jovens.	PNUD: \$ 0	PNUD: \$ 0	PNUD: \$ 0⁶⁴
		UNFPA: \$ 990.000	UNFPA: \$ 900.000	UNFPA: \$ 1.890.000
		UNICEF: \$ 2.000.000	UNICEF: \$ 2.696.000	UNICEF: \$ 4.696.000
	Produção 1.2. Capacidade nacional e local para serviços de saúde materna, perinatal e infantil fortalecida			
	Produção 1.3. Resultados de aprendizagem educacional para meninas e rapazes aprimorados e relevantes para o potencial de desenvolvimento do país			
	Produção 1.4. Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos aprimorados			

⁶¹UNDAF para Cabo Verde 2018-2022. https://en.unesco.org/sites/default/files/undaf.cabo_verde.pdf

⁶²Fonte: PNUD, UNFPA, UNICEF CPD para Cabo Verde (2018–2022)

⁶³Recursos indicativos do quadro de resultados e recursos do CPD 2018–2022

⁶⁴Os recursos do PNUD foram alocados a este resultado para a resposta à COVID

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de País Comum	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
<p>Resultado 2 do UNDAF: Até 2022, a população de Cabo Verde, em particular a mais vulnerável, beneficiará de capacidade nacional e local melhorada para aplicar abordagens integradas e inovadoras à gestão sustentável e participativa de recursos naturais e da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e mitigação e redução do risco de desastres.</p>	<p>Produção 2.1. As instituições selecionadas fortaleceram as capacidades técnicas e operacionais para integrar a redução do risco de desastres sensível à criança e ao género nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais.</p> <p>Produção 2.2. Instituições governamentais selecionadas e comunidades locais aumentaram a capacidade técnica para implementar medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas</p> <p>Produção 2.3. Estruturas jurídicas, políticas e institucionais aprimoradas estão em vigor para conservação, uso sustentável e acesso e partilha de benefícios de recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas.</p>	<p>PNUD: \$ 1.020.000 UNFPA: \$ 0 UNICEF: \$ 225.000</p>	<p>PNUD: \$ 12.815.000 UNFPA: \$ 0 UNICEF: \$ 250.000</p>	<p>PNUD: \$ 13.835.000 UNFPA: \$ 0 UNICEF: \$ 475.000</p>

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de País Comum	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
<p>Resultado do UNDAF Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade ativa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam o trabalho digno através da transformação económica em setores-chave, levando a um desenvolvimento económico mais sustentável e inclusivo.</p>	<p>Produção 3.1. Os Ministérios das Finanças, Economia e Emprego fortaleceram a capacidade institucional para a formulação e implementação de políticas e programas que aproveitam o dividendo demográfico para o crescimento económico inclusivo e sustentável.</p> <p>Produção 3.2. Os jovens e as mulheres têm maior capacidade de garantir emprego, incluindo o auto-emprego.</p> <p>Produção 3.3. Os municípios fortaleceram as capacidades técnicas para desenvolver estratégias de desenvolvimento territorial integradas e alinhadas aos ODS que promovam oportunidades locais de emprego, especialmente para jovens e mulheres.</p> <p>Produção 3.4. O Ministério da Família e Inclusão Social reforçou a capacidade técnica para garantir o acesso ao sistema de proteção social por parte dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente mulheres e crianças.</p>	<p>PNUD: \$ 480.000</p> <p>UNFPA: \$ 200.000</p> <p>UNICEF: \$ 600.000</p>	<p>PNUD: \$ 5.000.000</p> <p>UNFPA: \$ 625.000</p> <p>UNICEF: \$ 250.000</p>	<p>PNUD: \$ 5.480.000</p> <p>UNFPA: \$ 825.000</p> <p>UNICEF: \$ 850.000</p>

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de País Comum	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
<p>Resultado 1 do UNDAF: Até 2022, os cidadãos cabo-verdianos beneficiam de um sistema de governação e administração pública democrática mais eficaz, transparente e participativo.</p>	<p>Produção 4.1. Jovens e mulheres têm capacidades aprimoradas para se envolver em questões críticas de desenvolvimento e processos de tomada de decisão.</p> <p>Produção 4.2. As administrações públicas a nível central e local estão equipadas com estratégias, capacidades e ferramentas inovadoras para implementar e monitorizar adequadamente os compromissos do país com o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Produção 4.3. O Governo reforçou a capacidade técnica para estabelecer e gerir um quadro de parceria para mobilizar recursos financeiros e técnicos e envolver a sociedade civil e o sector privado na implementação dos ODS.</p>	<p>PNUD: US \$ 550.000</p> <p>UNFPA: US \$ 500.000</p> <p>UNICEF: US \$ 300.000</p>	<p>PNUD: \$ 4.800.000</p> <p>UNFPA: \$ 400.000</p> <p>UNICEF: \$ 350.000</p>	<p>PNUD: \$ 5.350.000 UNFPA: \$ 900.000 UNICEF: \$ 650.000</p>

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de País Comum	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
<p>Resultado 2 do UNDAF: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente mulheres, jovens e crianças, beneficiam de uma maior segurança humana, melhor coesão social e um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduz ao cumprimento dos direitos humanos.</p>	<p>Produção 4.4. As instituições a nível central e local reforçaram a capacidade de aplicar eficazmente os instrumentos nacionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de combate à violência baseada no género.</p> <p>Produção 4.5. O sistema de justiça aumentou a capacidade de promover os direitos humanos, com foco em mulheres e crianças em contato com a lei e maior eficiência no processo judicial.</p>	<p>PNUD: \$ 450.000</p> <p>UNFPA: \$ 435.000</p> <p>UNICEF: \$ 300.000</p>	<p>PNUD: \$ 2.500.000</p> <p>UNFPA: \$ 700.000</p> <p>UNICEF: \$ 250.000</p>	<p>PNUD: \$ 2.950.000</p> <p>UNFPA: \$ 1.135.000</p> <p>UNICEF: \$ 550.000</p>
Apoio ao programa/custos intersectoriais		<p>UNFPA: \$ 375.000</p> <p>UNICEF: \$ 900.000</p>	<p>UNFPA: \$ 0</p> <p>UNICEF: \$ 189.800</p>	<p>UNFPA: \$ 375.000</p> <p>UNICEF: \$ 1.089.800</p>
Subtotal (por agência)		Regular		<p>PNUD: \$ 2.500.000</p> <p>UNFPA: \$ 2.500.000</p> <p>UNICEF: \$ 4.325.000</p>
		Outro		<p>PNUD: US \$ 25.115.000</p> <p>UNFPA: US \$ 2.625.000</p> <p>UNICEF: US \$ 3.985.800</p>

Resultado do UNDAF	PNUD, UNFPA, UNICEF Produções do Programa de País Comum	Recursos indicativos (\$) ⁶³		
		Regular	Outro	Total
Subtotal		Regular		\$ 9.325.000
		Outro		\$ 31.725.800
Total do Programa de País Comum				\$ 41.050.800

ANEXO 2. MATRIZ DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: RELEVÂNCIA

<p>EQ1 (Não em TdR): Em que medida os objetivos do CCPD são consistentes com as prioridades e políticas de desenvolvimento do país e foram alinhados ao longo do período do programa com os ODS e com as políticas e estratégias globais das agências, incluindo a adaptação às mudanças de políticas, incluindo a adaptação às mudanças de políticas?</p> <p>- Em que medida são os objetivos e a concepção do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • responde às necessidades do país? • responde às necessidades e orientações emergentes durante o período do CCPD? • alinhado com o Plano Estratégico Nacional e prioridades governamentais? • alinhado com as políticas e estratégias globais do PNUD, UNFPA e UNICEF, incluindo os ODS? <p>- Até que ponto o JO garantiu que as necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas sejam consideradas no planeamento de todas as intervenções apoiadas pelo JO?</p>	
Premissa a ser avaliada	A1.1: Os resultados do programa respondem às necessidades do país
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma avaliação exaustiva e exata das necessidades, identificando as diversas necessidades dos diversos grupos de partes interessadas antes da programação do CCPD e dos AWP • A seleção de grupos-alvo para intervenções apoiadas pelo JO nos cinco resultados do programa é consistente com as necessidades identificadas, bem como com as prioridades nacionais no CCPD e nos AWP • O JO considerou e aplicou o princípio de "não deixar ninguém para trás" usando dados desagregados para identificar mulheres, crianças, jovens e grupos vulneráveis e abordar as barreiras que os impedem de acessar serviços e oportunidades • Até que ponto as intervenções planeadas dentro dos AWP (em todos os componentes do programa) foram direcionadas aos grupos populacionais mais vulneráveis, desfavorecidos, marginalizados e excluídos de maneira prioritizada (escala de classificação de 5 pontos)
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • CCPD • AWP • Documentos nacionais de política/estratégia • Inquéritos e dados de censos • Outros estudos relevantes usados para entender o contexto, incluindo aqueles produzidos pelo governo, mecanismos nacionais de género ou direitos humanos, academia, Nações Unidas, incluindo a revisão periódica universal, relatórios produzidos pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), relatórios produzidos por organizações internacionais de direitos humanos e relatórios produzidos por organizações locais/comunitárias • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Grupos-alvo
Métodos de recolha de dados⁶⁵	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas/grupos focais com beneficiários finais • Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) • Inquérito aos parceiros de implementação

⁶⁵A análise dos dados foi discutida no item 4.4. Métodos de Análise no corpo do relatório.

	<ul style="list-style-type: none"> • FGD com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • FGD com beneficiários
--	--

Premissa a ser avaliada	A1.2: Os resultados do programa estão alinhados com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017–21) e prioridades governamentais
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Cada produção do CCPD está ligada a um resultado do PEDS 2017–21, ou a uma prioridade nacional delineada em planos sectoriais • Os objetivos e estratégias do CCPD são consistentes com as prioridades do PEDS e da Ambição 2030
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • CCPD • AWP • PEDS 2017-21 • Ambição 2030 • Documentos nacionais de política/estratégia • Parceiros Nacionais (Governo)
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com parceiros de implementação • Inquérito aos parceiros de implementação

Premissa a ser avaliada	A1.3 Os resultados do programa estão alinhados com as políticas e estratégias globais do PNUD, UNFPA e UNICEF, e com o UNDAF para Cabo Verde
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Cada produção do CCPD está explicitamente ligada a um resultado do Plano Estratégico do PNUD, do UNFPA ou da UNICEF • A ToC do CCPD é consistente com as prioridades globais e ToC do PNUD, UNFPA e UNICEF • Os objetivos e estratégias do CCPD e dos AWP nas componentes do programa estão em consonância com as metas e prioridades estabelecidas no UNDAF • Os princípios e a política de igualdade de género e de empoderamento das mulheres foram integrados no CCPD
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • CCPD • ToC do CCPD • Agenda 2030 • AWP • UNDAF • Planos Estratégicos do PNUD, UNFPA e UNICEF • Estratégia de Género do JO de Cabo Verde • Funcionários do JO • Escritórios Regionais • UNCT
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • FGD com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • FGD com a UNCT • Entrevistas com os Escritórios Regionais

EQ2 (nos TdR): Até que ponto o PNUD, o UNFPA e o UNICEF foram capazes de se adaptar à pandemia da COVID-19, especialmente sob a modalidade de Escritório Comum, em apoio ao processo de preparação, resposta e recuperação do país?	
<p>- Até que ponto o Escritório comum foi flexível, inovador e ágil ao entregar seu programa para se adaptar à pandemia da Covid-19?</p> <p>- Como os atuais objetivos, abordagens e modalidades do Programa de Países Comuns podem ser mais relevantes e adaptados ao contexto do país pós-Covid-19 para o próximo Programa de Países Comuns?</p>	
Premissa a ser avaliada	A2.1: O Escritório comum tem sido flexível, inovador e ágil na entrega de seu programa de adaptação à pandemia de Covid-19
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Grau em que o JO forneceu respostas rápidas às mudanças de saúde, políticas e sociais causadas pela pandemia de Covid-19 • Grau de flexibilidade na reorientação dos fundos e na adaptação dos objetivos e intervenções tendo em conta a evolução das prioridades nacionais • Até que ponto o apoio da COVID-19 forneceu a mulheres marginalizadas e crianças, jovens e outros grupos vulneráveis.
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Documentos de política/estratégia nacional relacionados à Covid-19 • Avaliação das necessidades pós-crise • Plano nacional de resposta e recuperação para Cabo Verde • Avaliação de Impacto Socioeconómico • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia)
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) • FGD com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde

Premissa a ser avaliada	A2.2: Os atuais objetivos, abordagens e modalidades do Programa de Países Comuns são relevantes e adaptados ao contexto nacional pós-Covid-19 para o próximo Programa de Países Comuns
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Até que ponto as estratégias e os AWP foram adaptados ao contexto do país pós-Covid-19 • Em que medida foram tomadas medidas para uma gestão de crises inclusiva e integrada e uma resposta multisectorial • Existência de ações tomadas para mitigar a VBG e a violência sexual no contexto da crise de saúde • Existência de ações tomadas para mitigar o impacto socioeconómico no contexto da crise de saúde • Existência de ações tomadas para mitigar a suspensão dos serviços de saúde e das atividades escolares, entre outras, no contexto da crise de saúde
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Documentos de política/estratégia nacional relacionados à Covid-19 • Avaliação das necessidades pós-crise • Plano nacional de resposta e recuperação para Cabo Verde • Avaliação de Impacto Socioeconómico • Funcionários do JO
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: EFICÁCIA

EQ3 (nos TdR): Quais os resultados alcançados pelo CCP durante o período em análise e quais foram os factores ou obstáculos que o permitiram?	
<ul style="list-style-type: none"> - Até que ponto e com que resultados o JO alcançou seus objetivos específicos (produções do CCPD), conforme definido no CPD? - Até que ponto os resultados alcançados contribuíram para os resultados do CCPD? - Em que medida foi o Escritório Comum capaz de ultrapassar os obstáculos à execução do programa e/ou tirar partido de factores contextuais? - Até que ponto os resultados alcançados foram direitos humanos equitativos e integrados e houve igualdade de género em apoio à consecução dos ODS? - Até que ponto as necessidades das populações mais vulneráveis e marginalizadas (incluindo crianças, mulheres e adolescentes e pessoas com deficiência), incluindo as principais violações dos direitos da criança, foram identificadas e atendidas? - Até que ponto o trabalho conjunto do PNUD, do UNFPA e do UNICEF apoiou os sistemas nacionais de monitorização, avaliação e dados/estatísticas, especificamente sobre a integração dos ODS para apoiar a análise e o planeamento de políticas? 	
Premissa a ser avaliada	A3.1: O JO entregou produtos e resultados conforme planeado e contribuiu para a consecução dos resultados do programa nacional de realização dos ODS (ToC)
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho dos indicadores de produções e resultados do CCPD • Evidências de produções directas resultantes das actividades empreendidas pelo CO. • Os grupos-alvo receberam os bens e serviços da intervenção do CCPD • Evidências de mudanças de capacidade no conhecimento, atitudes, habilidades, aspirações e oportunidades daqueles que receberam ou usaram os bens e serviços da intervenção do CCPD. • Evidência de mudanças comportamentais em práticas reais que ocorrem no grupo de alcance-alvo do CPD. • Evidências de benefícios diretos ou melhorias no estado dos beneficiários individuais. • Premissas de vínculo causal que identificam quais eventos e condições salientes devem ocorrer para cada vínculo no caminho causal para funcionar conforme o esperado (ToC).
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP's • Relatórios Anuais • Documentos nacionais de política/estratégia • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Beneficiários
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do JO • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas/grupos focais com beneficiários finais • Entrevistas com OSC - ONGs • Inquérito aos parceiros de implementação • Inquérito aos destinatários da formação • FGD com o pessoal do JO • FGD com beneficiários
Premissa a ser avaliada	A3.2: O Escritório Comum conseguiu superar barreiras na implementação do programa e/ou capitalizar factores contextuais facilitadores (ToC)
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de relacionamentos efetivos entre JO e parceiros nacionais (escala de 5 pontos) • Reforço da capacidade nacional (ambiente individual, organizacional e facilitador) para abordar as lacunas setoriais (escala de 5 pontos) • Existência de quadros regulamentares actualizados no mandato das três agências

	<ul style="list-style-type: none"> Existência de políticas públicas atualizadas no mandato das três agências
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> AWPs ROARs – Relatórios Anuais Documentos nacionais de política/estratégia Plano nacional de resposta e recuperação para Cabo Verde Pessoal de JO e pessoal de RO Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) Beneficiários
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental Entrevistas com o Escritório Comum de Cabo Verde e com o pessoal do Escritório Regional Entrevistas com parceiros de implementação Entrevistas/grupos focais com beneficiários finais Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) Inquérito aos parceiros de implementação Inquérito aos destinatários da formação FGD com o pessoal do JO FGD com beneficiários FGD com municípios

Premissa a ser avaliada	A3.3: Os resultados alcançados foram direitos humanos equitativos e integrados e igualdade de género em apoio à realização dos ODS (ToC)
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> Nível de Desempenho em relação à escala de eficácia de género Proporção de dados desagregados — incluindo sobre RH e GE — produzidos e disponíveis publicamente nos indicadores de produção e resultado do CCPD Número de planos nacionais e sectoriais que incorporam questões de género nas áreas relevantes do CCPD Existência de diretrizes inovadoras para o planeamento local para abordar as questões prioritárias de RH e Género por Resultado Porcentagem de resultados do CCPD ligados a mudanças nas normas, valores culturais, estruturas de poder e raízes das desigualdades de género e discriminação
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> AWPs ROARs – Relatórios Anuais Avaliação das necessidades pós-crise Avaliação de Impacto Socioeconómico Estratégia de Género do JO de Cabo Verde Funcionários do JO e do Escritório Regional, se for aplicável Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) Beneficiários
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde e com o pessoal do Escritório regional Entrevistas com parceiros de implementação Entrevistas/grupos focais com beneficiários finais Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) Inquérito aos parceiros de implementação FGD com beneficiários FGD com municípios

Premissa a ser avaliada	A3.4: As necessidades das populações mais vulneráveis e marginalizadas, incluindo crianças, mulheres e adolescentes e pessoas com deficiência, foram abordadas e atendidas
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • As populações vulneráveis participaram na conceção das atividades a que se destinam • AWP e resultados relatados em relatórios anuais sobre benefícios entregues a grupos vulneráveis • Até que ponto a abordagem de Não Deixar Ninguém para Trás (LNOB) foi integrada e aplicada na seleção de produções e atividades em cada resultado • Os principais parceiros e beneficiários em matéria de eficácia das intervenções do JO têm uma percepção positiva das intervenções do JO (escala de 5 pontos) • Comitês (incluindo interministeriais) sobre direitos das mulheres e igualdade de género estabelecidos e funcionando
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Avaliação das necessidades pós-crise • Plano nacional de resposta e recuperação para Cabo Verde • Avaliação de Impacto Socioeconómico • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Grupos-alvo
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas/grupos focais com grupos-alvo finais • Entrevistas com OSCs, incluindo organizações locais, que trabalham na mesma área de mandato que o JO, mas não parceiros do JO • FGD com o pessoal do JO • FGD com grupos-alvo

Premissa a ser avaliada	A3.5: O trabalho conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF apoiou sistemas nacionais de monitorização, avaliação e dados/estatísticas, especificamente sobre a integração dos ODS para apoiar a análise e o planeamento de políticas
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Dados desagregados produzidos, analisados e utilizados a nível nacional e sectorial, conforme planeado • O Relatório Nacional Voluntário do ODS foi apoiado pelo JO e disseminado e discutido com as partes interessadas relevantes (parceiros e beneficiários de implementação do CCPD) • Existência de grupos de trabalho intersectoriais/interministeriais sobre integração de dados apoiados pelo programa
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • Documentos nacionais de política/estratégia • ROARs – Relatórios Anuais • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Grupos-alvo
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com parceiros de implementação • Inquérito aos parceiros de implementação • Inquérito aos destinatários da formação

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: EFICIÊNCIA

EQ4 (nos TdR): Em que medida a modalidade de coordenação do Escritório Comum foi eficaz em termos de custos para o PNUD, o UNFPA e a UNICEF?	
<ul style="list-style-type: none"> - Qual é a vantagem comparativa do Escritório Comum para implementar os componentes do CCPD, como estratégias, componentes do programa e atividades de apoio aos ODS, incluindo a mobilização de recursos? - Até que ponto as operações (por exemplo, finanças, suprimentos e aquisições, TI, sistemas de monitorização e relatórios) foram integradas e conduzidas eficientemente? - Até que ponto o Escritório Comum geriu responsabilidades e riscos em toda a estrutura do Escritório comum e nas agências participantes da ONU, quando se trata de representação e de política, programa, trabalho de promoção ou construção de parcerias? - Em que medida foram integrados os sistemas de planeamento, acompanhamento e avaliação das três agências? 	
Premissa a ser avaliada	A4.1: O Escritório Comum posicionou-se de forma única para implementar os componentes do CCPD, como estratégias, componentes do programa e atividades de apoio aos ODS, incluindo a mobilização de recursos
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Até que ponto o JO facilitou uma resposta mais forte às necessidades nacionais • Até que ponto o JO reúne pontos fortes comparativos das três agências • Até que ponto os recursos foram recebidos em tempo hábil • Os resultados do CCPD são coordenados e se complementam de maneira coerente com a meta nacional (escala de 5 pontos) • Progresso na entrega de financiamento principal, previsível e plurianual entregue aos parceiros de implementação • Os recursos disponibilizados pelo JO desencadearam a disponibilização de recursos adicionais do governo • Os recursos fornecidos pelo JO desencadearam a disponibilização de recursos adicionais de outros parceiros, incluindo outros doadores ou ONGs • Evidências de mecanismos de coordenação entre as três agências para promover a igualdade de género
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Dados financeiros do JO • Funcionários do JO • Funcionários do RO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevista com o pessoal do RO • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) • Inquérito aos parceiros de implementação • FGD com funcionários do JO

Premissa a ser avaliada	A4.2: Operações conjuntas de Escritório (por exemplo, finanças, suprimentos e aquisições, TI, sistemas de monitorização e relatórios) integradas e conduzidas eficientemente
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos instrumentos de financiamento do JO, quadro regulamentar administrativo, pessoal, calendário e procedimentos para a implementação do CCPD • Evidências de processo de seleção de IP transparente

	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de adequação dos critérios de seleção de IP Total de recursos (principais e não principais) e taxas de entrega por ano de execução do CCPD para cada área de resultado Não há provas de estrangulamentos administrativos
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> ROARs – Relatórios Anuais Organograma do JO Dados financeiros e de RH do JO Procedimentos do JO Funcionários do JO Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental Entrevistas com o pessoal do JO Entrevista com o pessoal do RO Entrevistas com parceiros de implementação Entrevistas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) Entrevista com Escritórios regionais Inquérito aos parceiros de implementação FGD com funcionários do JO

Premissa a ser avaliada	A4.3: O Escritório Comum geriu responsabilidades e riscos em toda a estrutura do Escritório comum e nas agências participantes da ONU
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um sistema eficaz de gestão de riscos no JO O JO realizou as atividades de monitorização e mitigação dos riscos identificados Existência e uso de um organograma que reflita a estrutura operacional real O tamanho e a experiência da equipa do JO são compatíveis com a complexidade de execução de cada área temática/de resultado do CCPD Tipo e nível de comunicação sobre risco e responsabilidades entre o JO e o RO das três Agências Existem estratégias em vigor para evitar e mitigar os efeitos da sobrecarga de trabalho e da rotatividade de pessoal
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> AWPs ROARs – Relatórios Anuais Organograma do JO Dados financeiros e de RH do JO Funcionários do JO Funcionários dos Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental Entrevistas com o pessoal do JO Entrevistas com o pessoal do RO FGD com funcionários do JO

Premissa a ser avaliada	A4.4: Os sistemas de planeamento, de acompanhamento da execução e de avaliação das três agências foram integrados
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> Tarefa e processos não estão sendo replicados As ações e processos para a implementação do CCPD no âmbito do JO são claros para todas as principais partes interessadas envolvidas Até que ponto as abordagens, recursos, modelos, estruturas conceituais são compartilhadas e/ou

	<p>unificadas no JO</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de um sistema integrado de M&A onde as informações das três agências são inseridas, combinadas e apresentadas coerentemente
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> AWPs ROARs – Relatórios Anuais Organograma do JO Dados financeiros e de RH do JO Funcionários do JO Funcionários do RO Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental Entrevistas com o pessoal do JO Entrevistas com o pessoal do RO Entrevistas com parceiros de implementação Entrevistas com as OSC Entrevista com Escritórios regionais Inquérito aos parceiros de implementação FGD com funcionários do JO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: COERÊNCIA

EQ5 (nos TdR): Até que ponto as Modalidades de Escritório Comum no contexto da reforma do UNDS garantem o avanço dos 3 mandatos das agências?	
<ul style="list-style-type: none"> Até que ponto cada agência conseguiu aproveitar a vantagem comparativa de cada um na entrega em conjunto? Até que ponto a coordenação entre o Escritório Comum e os Escritórios Regionais das três agências (PNUD, UNFPA e UNICEF) foi coerente, eficaz e oportuna? As responsabilidades foram claras e compreendidas pelo pessoal de todos os níveis das três agências? 	
Premissa a ser avaliada	A5.1: Cada agência foi capaz de aproveitar a vantagem comparativa de cada um em entregar juntos
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> Evidências de boas práticas de sinergias entre as três agências Evidência de boas práticas de sinergias entre as três agências sobre igualdade de género e proteção dos grupos mais vulneráveis Evidências de intercâmbio de conhecimentos e perícia entre as agências envolvidas Evidências de coordenação e complementaridade da implementação das intervenções de resultados do CCPD Tipo e natureza dos desafios de coordenação Tipo e natureza das estratégias implementadas para superar os desafios de coordenação identificados O Escritório Comum para Cabo Verde tem uma estratégia de mobilização de recursos focada em áreas de financiamento onde tem uma vantagem comparativa
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> ROARs – Relatórios Anuais Organograma do JO Dados financeiros e de RH do JO Procedimentos do JO Funcionários do JO

	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia) • Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do JO • Entrevistas com o pessoal do RO • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas com as OSC • Entrevista com Escritórios regionais • Inquérito aos parceiros de implementação • FGD com funcionários do JO

Premissa a ser avaliada	A5.2: A coordenação entre o Escritório Comum e os Escritórios Regionais das três agências (PNUD, UNFPA e UNICEF) foi coerente, eficaz e oportuna
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências de mecanismos de coordenação e feedback entre JO e ROs • Evidências de assistência técnica pelo RO em áreas específicas • Tipo e natureza dos desafios de coordenação • Tipo e natureza das estratégias implementadas para superar os desafios de coordenação identificados
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • ROARs – Relatórios Anuais • Procedimentos do JO • Funcionários do JO • Escritórios Regionais
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do JO • Entrevista com Escritórios regionais • FGD com funcionários do JO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: SUSTENTABILIDADE

EQ6 (Não consta dos TdR): Em que medida os benefícios do CCPD continuam, ou são susceptíveis de continuar, uma vez concluída a sua execução?	
<ul style="list-style-type: none"> - Havia estratégias de saída em vigor? - Que mecanismos foram estabelecidos para apoiar o governo/parceiros institucionais a sustentar as melhorias feitas através das intervenções? - O programa investiu adequadamente e concentrou-se no desenvolvimento de capacidades nacionais para garantir a sustentabilidade? 	
Premissa a ser avaliada	A6.1: Projetos do CCPD têm estratégias para a sustentabilidade em vigor
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de estratégias e mecanismos para a apropriação nacional dos resultados • Existência de análise ou estratégias para ampliação (nacional) • Produção e sistematização de boas práticas com potencial de escala
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Funcionários do JO • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia)
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde

	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com parceiros de implementação • Entrevistas com OSCs, incluindo organizações locais, que trabalham na mesma área de mandato que o JO, mas não parceiros do JO • Inquérito aos parceiros de implementação • FGD com o pessoal do JO
--	--

Premissa a ser avaliada	A6.2: O JO aplicou mecanismos de apoio ao governo/parceiros institucionais para sustentar melhorias feitas através das intervenções
Indicadores/Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências de que o apoio financeiro do JO incentivou o investimento de recursos de outros doadores (fundações, organizações da sociedade civil, IOs, etc.) em projetos alinhados com as áreas programáticas e prioridades do CCPD • Existência de compromissos políticos e financeiros formais para dar sustentabilidade aos produtos e resultados (políticas, planos, estudos, sistemas) • Evidências de incorporação de ações de igualdade de género e proteção dos mais vulneráveis pelo Governo
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> • AWP • ROARs – Relatórios Anuais • Funcionários do JO • RO Staff • Parceiros Nacionais (Governo, OSC e Academia)
Métodos de recolha de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental • Entrevistas com o pessoal do Escritório comum de Cabo Verde • Entrevistas com parceiros de implementação • Inquérito aos parceiros de implementação • Entrevista com o pessoal do RO • FGD com o pessoal do JO

ANEXO 3. PESSOAS CONSULTADAS

Governo de Cabo Verde

ALMEIDA, Marlene, Direção Geral da Política de Justiça

ASSOUMANI, Saandi, Plataformas Locais e Fundos de Descentralização

ASSUNÇÃO, Ariel Cruz, Diretora de Serviços Energéticos, Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

BARBOSA, Edison, Director, Serviço de Turismo, Direcção Nacional de Turismo e Transportes (DGTT)

BARBOSA, João, Prefeitura Municipal, Santa Catarina do Fogo

BARRETO, Jorge Noel, Ministério da Saúde e Segurança Social

BORGES, Danilson, Direcção-Geral do Emprego

BORGES, Osvaldo, Instituto Nacional de Estatística

CABRAL, Celestino, Prefeitura Municipal, São Lorenço dos Orgãos

ÉVORA, Rito, Diretora Nacional, Direcção Nacional da Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

FERREIRA, Celina, Comissão Nacional de HIV/AIDS

FLOR, Joana, administradora executiva do Instituto Nacional de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual (IGQPI)

FREITAS, Zaida Morais de, Presidente, Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

FURTADO, Clementina, Centro de Investigação sobre Género

GODINHO, Ricardo, Conselheiro Técnico Principal ProPALOP

LIMA, Maria da Luz, Instituto Nacional de Saúde

LIMA, Paula, Parlamento de Cabo Verde

LIMA, Sofia de O., Diretora Nacional da Administração Pública

MARTINS, Albertino R., Director Nacional, Direcção Nacional da Pesca e da Aquicultura (DGPA)

MBASSA, Frederic, Instituto do Desporto e da Juventude

MORAIS, Julio, Diretor Nacional dos Assuntos Políticos, Economicos e Culturais

NOGUEIRA, Miguel Angelo, Ministério da Educação

PINA, Gilson, Gomes Diretor Nacional do Planeamento

RODRIGUES, Alexandre Nevsky, Director Nacional, Direcção Nacional do Ambiente (DNA)

SANTOS, Paulo, Instituto de Emprego e Formação Profissional

SILVA, Maria do Livramento Medina, Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

SILVA, Maria, Instituto da Criança e do Adolescente

SPENCER, Ana, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual (IGQPI)

TAVARES, Ermelindo, Prefeitura Municipal, Santa Cruz

Organizações da Sociedade Civil

ANMELO, Tommy, Presidente, Biosfera Cabo Verde

CHARLES, Gemma, gestor de Programa e Impactos, Fundação Maio Biodiversidade

FREIRE, Katia L., coordenador de projetos do GEF, Bios CV

LIMA, Arminda, Assistente do Diretor de Projetos, Fundação Tartaruga

MARTINS, Samir, Presidente, Bios CV

MEDINA SUÁREZ, Maria, Vice-presidente e gestora, Natura 2000

MONIZ, Leida, Verdefam

NOGUEIRA, Evandro Sá, VERDEFAM

PEREIRA, Dionísio, Aldeias SOS

RATÃO, Sara R., Líder do Programa Marinho & Terrestre, Fundação Maio Biodiversidade

RENOM, Berta, Diretora Executiva, Projeto Biodiversidade (sal)

TAVARES, Lourença, ACRIDES

VEIGA, Ana, Diretora Executiva, Lantuna

XAVIER, Elisabeth, VERDEFAM

Sector Privado

MOSCOSO, Helena, Proprietária, Simili Cabo Verde

Escritório Comum

BENCHIMOL, Maria Celeste, Gestora de Programas, Meio Ambiente, Energia, Mudanças Climáticas e Risco de Desastres, Escritório Comum

BRITO, Carlos, Analista de M&A e Ponto Focal de Avaliação do CCPD, Escritório Comum

CURADO, Dinastela, OIT

ÉVORA, Ana Maria, Analista de Programas, Crescimento Económico, População e Juventude, Escritório Comum

GOMES, Jairson, Gestor do Programa, Protecção da Criança, Escritório Comum

GOMES, Pedro, Chefe de Aprovisionamento e Aquisições, Escritório Comum

LILYBLAD, Christopher, Unidade de Política Estratégica

LOPES, Sónia, Analista de Programas, Meio Ambiente, Energia, Mudanças Climáticas e Risco de Desastres, Escritório Comum

MAXIMIANO, Ana Paula, Gestora de Programas, Saúde, Escritório Comum

MENDES, Elisabete, Gestora de Programas, Governação Democrática, Escritório Comum

Delgado, Jean-Pierre, Analista financeiro, Escritório Comum

RIBEIRO, Adelaide, Gestor do Programa, Crescimento Económico, População e Juventude, Escritório Comum

SOUSA, Débora, Chefe dos Recursos Humanos, Escritório Comum

URSINO, Steven, Chefe de Escritório, Escritório Comum

Escritório do Coordenador Residente e outras Organizações da ONU em Cabo Verde

BARBOSA, Jeiza, Analista Técnico Nacional, ONU-HABITAT

FERNANDES, Edson, Coordenador Nacional da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido)

GRAÇA, Ana Patricia, Coordenadora Residente das Nações Unidas

KERTSZ, Daniel, Representante, OMS

MONTEIRO, Ana, Coordenadora de Energia Sustentável, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

PÉRES, António, Líder de Equipa, Escritório do Coordenador Residente

TOUZA, Ana, Representante, FAO

Escritórios Regionais da ONU

ANDRADE, Gilena, UNFPA

ASSOUMANA, Zalha, UNFPA

BERTOLOTTI, Maddalena, Ex-Oficial de Planeamento da UNICEF

EZIAKONWA, Ahunna, Administradora Adjunta e Directora do Escritório Regional para África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

BARICZ, Eszter, Assessor Técnico Regional, Mudanças Climáticas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

BELMIR, Sara, UNFPA

FIDALGO, Tania, PNUD

GOMES, Dominique, UNFPA

MEEUS, Jean-Cedric, UNICEF

NGOM, Mabingue, Ex-Director Regional do UNFPA

POIRIERL, Marie-Pierre, Diretor Regional, Escritório Regional da África Ocidental, UNICEF

de SOYE, Yves, Assessor Técnico Regional, Biodiversidade e Ecossistemas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

QUEDRAOGO, Idrissa, UNFPA

RUGWE, Nadine, PNUD

SCHROTH, Dr. Götz, Assessor Técnico Regional, Biodiversidade e Ecossistemas, Nações Unidas
Programa de Desenvolvimento (PNUD)

SENE, Waly, UNFPA TALNAN, Edouard, UNFPA

TAYLOR-JONES, Abigail, Gestora de M&A e Pesquisa, Escritório Regional da África Ocidental, UNICEF

UNTERREINER, Frederic, UNICEF

Organizações bilaterais

BARBANCEY, Thomas, Cooperação Luxemburguesa

PACHECO VIEIRA, Francisco, União Europeia

PORTER, Amanda, USAID

ANEXO 4. DOCUMENTOS CONSULTADOS

Além dos documentos mencionados abaixo, a equipa de avaliação analisou os documentos do projeto, relatórios anuais do projeto, relatórios de revisão intercalar, relatórios de avaliação final e outros documentos do projeto do PNUD, UNFPA e UNICEF. Também foram pesquisados os sites de muitas organizações relacionadas, incluindo organizações da ONU, departamentos governamentais de Cabo Verde, Escritórios de gestão de projetos e outros.

Banco Africano de Desenvolvimento, 2014. Documento de *Estratégia do País de Cabo Verde 2014–2018*. Cabo Verde.

Banco Africano de Desenvolvimento, 2019. Documento de *Estratégia do País de Cabo Verde 2019–2024*. Cabo Verde.

Baptista, A., e Lefebvre V., 2019, *Midterm Review: Mainstreaming biodiversity conservation into the tourism sector in synergy with a further strengthened protected area system in Cabo Verde*, s.l.: s.n.

Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres, 2021. *A Base de Dados Internacional de Desastres*. [Online] Disponível em: <https://www.emdat.be> [Acessado em agosto de 2021].

CEPF, 2017, *Identificando Áreas Importantes da Planta em Cabo Verde Relatório Final*, INIDA e IUCN, Praia, Cabo Verde

Conselho de Ministros, 2019, Resolução N.39/2019, *Plano Diretor do Setor Elétrico 2018–2020*, Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N. 40

Direção Nacional do Ambiente, Ministério do Ambiente, *Habitação e Ordenamento do Território, 2013, Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade*. Praia, Cabo Verde

Comissão Europeia, 2019, *Acordo de Parceria no domínio da pesca sustentável com Cabo Verde*. Bruxelas, Bélgica.

Diretoria Executiva do PNUD, UNFPA e UNOPS; *Diretoria Executiva da UNICEF, 2018*. Documento do Programa de País Comum para Cabo Verde, 2018–2022. Nova York, EUA.

FAO, 2021. *Estatísticas da FAO*. [Online] Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/> [Acessado em agosto de 2021].

GEF, 2021, *Base de Dados do Projeto*, Cabo Verde. [Online] Disponível em: <https://www.thegef.org/projects-operations/database?search=Cabo+Verde> [Acessado em agosto de 2021].

Comité de Género, 2020, *Estratégia de Género do Escritório Comum de Cabo Verde*, Cabo Verde.

Gesaworld S.A, 2016. *Relatório de Avaliação Final*. Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde, 2007, *Terceira Comunicação Nacional à CBD*. Praia, Cabo Verde

Governo de Cabo Verde, 2018. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) Cabo Verde, 2017–2021 (Resumo)*. Cabo Verde.

González, J. A. et al., 2020. *Pesca actual e emergente em pequena escala e espécies-alvo em Cabo Verde, com recomendações para acções-piloto a favor do desenvolvimento sustentável*. Cybium.

Governo de Cabo Verde, 2016, *Resolução no 38/2016, Estratégia Nacional de Negócios nas Áreas Protegidas de Cabo Verde*. 1ª. Série, 2ª. SUP Boletim Oficial da República de Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde, 2017, *Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde

Governo de Cabo Verde, 2017. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021*. Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde, 2018. *Relatório Nacional Voluntário sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Praia, Cabo Verde

Governo de Cabo Verde, 2018, Lei 40/IX/2018. Autorização Legislativa ao Governo para, no Quadro da Operação do Cadastro Predial nas Ilhas do Sal, São Vicente, Boavista e Maio, Reconfigurar a Delimitação da Orla Marítima do Domínio Público Marítimo. 1ª. Série, Num. 58. SUP Boletim Oficial da República de Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde, 2020, Resolução 168/2020. *Aprova a Minuta da Convenção de Estabelecimento entre o Estado de Cabo Verde e a International Holding Cabo Verde*. 1ª. Série, Num. 135. SUP Boletim Oficial da República de Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde, 2020, Portaria Conjunta 24/2020. *Código de Eficiência Energética em Edifícios (CEEE)*. 1ª. Série, Num. 77. SUP Boletim Oficial da República de Cabo Verde.

INE, 2018. *Anuário Estatístico 2018*, s.l.: s.n.

IMVF, 2019, maio de 2025, *para um desenvolvimento territorial sustentável e coeso na Ilha do Maio*, [Online] Disponível em: <https://www.imvf.org/en/project/maio-2025/> [Acessado em novembro de 2021].

Instituto Nacional de Estatística, 2013. *Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010–2030*. Praia, Cabo Verde

Instituto Nacional de Gestão do Território, 2020. *Infra-Estrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde - IDECV*. [Online] Disponível em: <https://idecv.gov.cv> [Acessado em agosto de 2021].

Fundo Monetário Internacional, 2021. *Terceira Revisão de Cabo Verde no âmbito do Instrumento de Coordenação Política – Comunicado de Imprensa*; e Relatório do Pessoal. Washington, D.C.

IRENA, 2021, *Energy Profile Cabo Verde*, [Online] Disponível em: https://www.irena.org/IRENADocuments/Statistical_Profiles/Africa/CaboVerde_Africa_RE_SP.pdf [Acessado em agosto de 2021].

Kysela, D. e Sanches, H., 2020, *Relatório de Avaliação do Terminal, Cabo Verde Projeto de Eficiência Energética de Eletrodomésticos e Edifícios*, s.l.: s.n.

Ministério da Agricultura e Ambiente, 2021. *Actualização da primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), Cabo Verde 2020* s.l.: s.n.

Ministério das Finanças, Direção Nacional de Planeamento, 2021. *Conferência Nacional sobre o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde*, Nota Conceitual e Agenda. Praia, Cabo Verde

Monteiro, F. et al., 2021. *Situação Actual e Tendências na Agricultura de Cabo Verde*. Agronomia

PPI, ND, *Préservation de la biodiversité et de la Réserve Naturelle de Santa Luzia à travers les communautés de pêcheurs de Sao Vicente, Santo Antão et Sao Nicolão*, [Online] Disponível em: <https://www.programmeppi.org/projects/preservation-de-la-biodiversite-et-de-la-reserve-naturelle-de-santa-luzia-a-travers-les-communautés-de-pecheurs-de-sao-vicente-santo-antao-et-sao-nicolao/> [[Acessado](#) em novembro de 2021].

República de Cabo Verde; *Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género*, 2019. Relatório Nacional de Cabo Verde: Pequim+25. Sobre a aplicação da Declaração de Pequim e da Plataforma de Acção. Cabo Verde.

Cabo Verde. *Avaliação do CCPD de Cabo Verde 2018-2022*, Lista de Partes Interessadas.

ONU Cabo Verde, 2021. *Formulação do CCPD de Cabo Verde e UNSDCF 2023–2027*. Cabo Verde.
ONU Cabo Verde; Governo de Cabo Verde. *Avaliação Não Deixar Ninguém para Trás*, Sumário Executivo. Cabo Verde

PNUD, 2010, *Formulário de Identificação do Projecto: Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde*, Praia, Cabo Verde

PNUD, 2015, *Documento do Projeto: Integração da conservação da biodiversidade no setor do turismo em sinergia com um sistema de áreas protegidas ainda mais fortalecido em Cabo Verde*, Praia, Cabo Verde

PNUD, 2017, *Documento Do Projet Fonds De Descentralisation*, Praia, Cabo Verde

PNUD (2017). *Cooperação Sul-Sul na África Subsariana: Estratégias para o Envolvimento do PNUD*. Nova York, NY.

PNUD (2018). *Avaliação dos Fundos Multiparceiros e dos Serviços Operacionais Interagenciais*.

Avaliação do Financiamento Conjunto Interagências do PNUD e Serviços Operacionais, Praia, Cabo Verde, PNUD, 2018

Avaliação dos Serviços Operacionais e de Financiamento Interagências Agrupadas do PNUD, Hanói - Vietname, PNUD, 2018

PNUD, 2020. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2020*. Cabo Verde.

PNUD Cabo Verde, 2020. *Apoio à Resposta Nacional para Conter o Impacto da COVID-19*. Nova York, NY.

PNUD; GEF, 2020. *Orientação para a realização de avaliações de terminais de projetos financiados pelo PNUD e financiados pelo GEF*. Nova York, NY, EUA:

Escritório de Coordenação de Operações de Desenvolvimento da ONU, 2016. *Resumo do Modelo de Escritório Comum de Cabo Verde*.

PNUMA, 2021. *Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas*. [Online] Disponível em: www.protectedplanet.org [Acessado em agosto de 2021].

ONU-HABITAT, 2013, *Perfil Urbano Nacional República de Cabo Verde*, Nairobi, Quênia

UNICEF, 2020. *Avaliação Somativa do Projeto Combate à Anemia em Crianças e Gestantes e no Pós-Parto*. s.l.: s.n

UNICEF Cabo Verde, 2020. *Relatório Anual 2020 do Escritório Nacional de Cabo Verde da UNICEF*, s.l.: s.n.

UNIDO, 2017, *Formulário de Identificação do Projeto, Acesso à energia sustentável para gerir recursos hídricos: Abordando o nexa energia-água*

Nações Unidas; Governo de Cabo Verde, 2020. *Plano Nacional de Resposta e Recuperação*.

Nações Unidas; Governo de Cabo Verde. *Avaliação de Impacto Socioeconómico*

Divisão de População das Nações Unidas, 2018. *Perspectivas de Urbanização Mundial: Revisão 2018*. [Online] Disponível em: <https://population.un.org/wup/> [Acessado em agosto de 2021].

Divisão de População das Nações Unidas, 2018. *Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2019*. [Online] Disponível em: <https://population.un.org/wup/> [Acessado em agosto de 2021].

ONU Mulheres, 2021, *Cabo Verde: Perfil de Género do País*.

Varela, D. et al., 2020. *Mecanismos Implementados para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura: Uma Visão Geral do Desempenho de Cabo Verde*. Sustentabilidade.

Grupo do Banco Mundial. República de Cabo Verde *Ajustar o Modelo de Desenvolvimento para Reavivar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social*. Diagnóstico Sistemático do País (SCD). Washington, D.C.

Banco Mundial, 2019. *Revisitando a Eficiência do Gasto Público para Reduzir a Dívida e Melhorar os Resultados da Educação e da Saúde*, s.l.: s.n.

Banco Mundial, 2021. *PIB real (US\$ 2010 constante)*. [Online] Disponível em: <https://data.worldbank.org> [Acessado em agosto de 2021].

Banco Mundial, 2021. *Dados médios mensais de precipitação (mm) Cabo Verde*. [Online]. Disponível em: <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/> [Acessado em agosto de 2021].

(Banco Mundial 2020). *Blue Bond Note*. Washington DC

Banco Mundial, 2020, *Diagnóstico Da Capacidade De Prontidão E Resposta A Emergências Em Cabo Verde: Erigindo Uma Cultura De Prontidão*. Washington, EUA.

Banco Mundial, 2020. *Salvaguardar o capital humano durante e após a COVID-19*. Washington, D.C.
Zeidler, J. e Santos, M., 2015, Relatório de Avaliação Terminal, Projeto de Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, s.l.: s.n.

Grupo do Banco Mundial, 2020. *Resumo da Pobreza e Equidade, África Subsaariana*. Cabo Verde.

World Economic Forum, 2020. *Global Gender Gap Report 2020*.

ANEXO 5. LISTA DE PROJETOS CONSIDERADOS PARA REVISÃO

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
RESULTADO 1: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, terão melhor acesso e utilização de serviços de saúde e educação de qualidade e beneficiarão mais de proteção social e infantil e inclusão social sensíveis ao género, ao longo do seu ciclo de vida.										
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114513	Prevenção e Resposta ao VIH/ SIDA	2019	2022	\$ 50.000	\$ 49.876	NIM	GEN1	PNUD
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114513	Prevenção e Resposta ao VIH/ SIDA	2019	2022	\$ 191.641	\$ 127.148	NIM	GEN1	UNICEF
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114513	Prevenção e Resposta ao VIH/ SIDA	2019	2022	\$ 15.641	\$ 15.631	NIM	GEN1	UNFPA
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114510	Planeamento estratégico e gestão	2019	2022	\$ 186.195	\$185.635	NIM	GEN1	UNICEF
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114510	Planeamento estratégico e gestão	2019	2022	\$ 113.365	\$ 111.473	NIM	GEN1	UNFPA
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114511	Sobrevivência e desenvolvimento infantil	2019	2022	\$ 473.091	\$ 475.027	NIM	GEN1	UNICEF
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114512	Saúde sexual reprodutiva	2019	2022	\$ 110.155	\$ 107.608	NIM	GEN1	UNICEF
00117737	Reforçar o sector da saúde	00114512	Saúde sexual reprodutiva	2019	2022	\$ 570.376	\$ 517.148	NIM	GEN1	UNFPA
00117737	Reforçar o sector da saúde	00116454	Resposta Nacional ao HIV da ONU Índia	2019	2022	\$ 496.356	\$ 459.936	NIM	GEN1	UNFPA
00065432	Prestação/qualidade equitativa dos serviços de saúde	00081962	Descentralização dos serviços SR d	2012	2019	\$20,633	\$ 20.196	NIM	GEN2	PNUD
00065432	Prestação/qualidade equitativa dos serviços de saúde	00081962	Descentralização dos serviços SR d	2012	2019	\$ 30.084	\$ 29.952	NIM	GEN2	UNICEF

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
00065432	Prestação/qualidade equitativa dos serviços de saúde	00081962	Descentralização dos serviços SR d	2012	2019	\$ 168.540	\$ 163.049	NIM	GEN2	UNFPA
00117736	Reforço da qualidade educativa	00114916	Partilha de conhecimentos de género	2019	2022	\$ 5.000	\$ 5.000	NIM	GEN3	PNUD
00117736	Reforço da qualidade educativa	00114916	Partilha de conhecimentos de género	2019	2022	\$ 103.800	\$ 81.330	NIM	GEN3	UNFPA
00117736	Reforço da qualidade educativa	00114508	Fortalecimento do Sistema Educacional	2019	2022	\$ 633.858	\$ 476.683	NIM	GEN1	UNICEF
00117736	Reforço da qualidade educativa	00114508	Fortalecimento do Sistema Educacional	2019	2022	\$ 60.000	\$ 51.220	NIM	GEN1	UNFPA
00117736	Reforço da qualidade educativa	00114509	Instit reinf Min of Educ RISE	2019	2022	\$ 1.209.139	\$ 1.080.017	NIM	GEN1	UNICEF
00117739	Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos aprimorados	00114514	Fortalecer a criança e o adolescente	2019	2022	\$ 714.940	\$ 569.725	NIM	GEN3	UNICEF
Sub Total Resultado 1						\$ 5.152.814	\$ 4.526.654			
RESULTADO 2: Até 2022, todas as pessoas, particularmente as mais vulneráveis, se beneficiarão de uma capacidade nacional e local aprimorada para aplicar abordagens integradas e inovadoras para a gestão sustentável e participativa dos recursos naturais e da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas e risco de desastres redução.										
00088659	Cabo Verde - Eletrodomésticos e Energia Predial - Eficiência (CABEEP)	00095216	CV - Eletrodomésticos e Edifício Ene	2015	2020	\$ 1.823.298	\$ 1.569.064	NIM	GEN1	PNUD
00090563	Integração da conservação da biodiversidade no turismo	00096274	Integração do conceito de biodiversidade	2015	2020	\$ 3.822.846	\$ 2.287.724	NIM	GEN1	PNUD
00109624	Resposta Imediata 2017 Seca em Cabo Verde	00108938	Resp. Imediata Seca 2017	2018	2018	\$ 100.000	\$ 99.822	DIM	GEN1	PNUD

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
00065442	g para a redução sustentável de riscos	00081945	Redução do Risco de Catástrofes	2012	2019	\$ 4.610	\$ 2.200	NIM	GEN1	PNUD
00108032	Capacidades de Construção para Recuperação Resiliente - Fase II	00108057	Reforço das Capacidades para a Resili	2017	2021	\$ 444.775	\$ 268.193	DIM	GEN1	PNUD
00106034	GEF 6 - ECOSSISTEMA MARINHO	00106971	GEF 6 - ECOSSISTEMA MARINHO	2018	2018	\$ 100.000	\$ 96.883	NIM	GEN1	PNUD
00125697	Promessa Climática Cabo Verde	00119987	NDC Cabo Verde	2020	2021	\$ 197.344	\$ 206.800	DIM	GEN1	PNUD
00115101	4 Comunicação Nacional e BUR no âmbito da CQNUMC	00112856	4 Comunicação Nacional e B	2018	2022	\$ 317.252	\$ 23.096	NIM	GEN1	PNUD
00127024	Resposta à COVID-19 em Cabo Verde	00126592	Tropical Renee CPV USAID	2020	2021	\$ 92.593	\$ 90.278	DIM	GEN1	UNICEF
Sub Total Resultado 2						\$ 6.902.718	\$ 4.644.059			
RESULTADO 3: Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade ativa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam de trabalho digno através da transformação económica em setores-chave, levando a um desenvolvimento económico mais sustentável e inclusivo.										
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00105637	Programa de Apoio ao Emprego e Inserção	2017	2020	\$ 1.202.351	\$ 1.000.825	NIM	GEN2	PNUD
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114801	Programa para a Juventude	2019	2022	\$ 168.971	\$ 168.924	NIM	GEN1	PNUD

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114802	Reforçar o sistema de protecção social	2019	2022	\$ 70.000	\$ 47.130	NIM	GEN1	PNUD
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114802	Reforçar o sistema de protecção social	2019	2022	\$ 167.738	\$ 145.332	NIM	GEN1	UNICEF
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114803	População e desenvolvimento	2019	2022	\$ 112.808	\$ 65.179	NIM	GEN1	PNUD
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114803	População e desenvolvimento	2019	2022	\$ 145.605	\$ 111.843	NIM	GEN1	UNICEF
00103745	Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção	00114803	População e desenvolvimento	2019	2022	\$ 269.646	\$ 235.359	NIM	GEN1	UNFPA
00065430	Descentralização e desenvolvimento local	00101725	Plataforma dev. Cv. local 2030	2016	2020	\$ 3.256.076	\$ 3.035.052	NIM	GEN1	PNUD
00126855	Apoio à competitividade na África Ocidental - Cabo Verde	00120776	Apoio à competitividade na África Ocidental	2020	2022	\$ 5.627.051	\$ 5.222.345	DIM	GEN1	PNUD
00127704	Fundo para apoiar o processo de descentralização em Cabo Verde	00121624	Apoio ao financiamento de projetos	2020	2022	\$ 2.758.941	\$ 2.438.563	DIM	GEN1	PNUD
00127024	Covid19 - resposta cabo verde	00120926	Covid19 - resposta integrada	2020	2021	\$ 300.000	\$ 301.688	DIM	GEN1	PNUD

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
00127024	Covid19 - resposta cabo verde	00120926	Covid19 - resposta integrada	2020	2021	\$ 158.000	\$ 158.000	DIM	GEN1	UNICEF
00127024	Covid19 - resposta cabo verde	00121341	Covid19 instal. de resposta rápida cv	2020	2020	\$ 285.000	\$ 279.380	DIM	GEN1	PNUD
00127024	Covid19 - resposta cabo verde	00121341	Covid19 instal. de resposta rápida cv	2020	2020	\$ 1.043.647	\$ 789.397	DIM	GEN1	UNICEF
00127024	Covid19 - resposta cabo verde	00126064	Mecanismo de financiamento rápido	2021	2022	\$ 586.700	\$ 495.431	DIM	GEN2	PNUD
Sub Total Resultado 2						\$ 16.152.534	\$ 14.494.448			
RESULTADO 4.1: Até 2022, os cidadãos cabo-verdianos beneficiam de um sistema de governação e administração pública democrática mais eficaz, transparente e participativo.										
00117335	Propalop TL SAI - Fase II - Programa Consolidação Económica	00114154	LT ProPALOP SAI - Fase II - M	2019	2021	\$ 3.268.844	\$ 2.640.370	DIM	GEN0	PNUD
00117335	Propalop TL SAI - Fase II - Programa Consolidação Económica	00116224	ProPALOP -TL - SAI - CABO VERD	2019	2021	\$ 946.044	\$ 572.703	DIM	GEN1	PNUD
00128842	Quadro Financeiro Sustentável, Integrado e Inclusivo	00122704	Sustentável, Integrado e em	2020	2022	\$ 272.809	\$ 118.671	DIM	GEN1	PNUD
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114909	Capacidades de construção para PEDS a	2019	2022	\$ 373.714	\$ 346.234	NIM	GEN2	PNUD
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114909	Capacidades de construção para PEDS a	2019	2022	\$ 119.425	\$ 105.244	NIM	GEN2	UNICEF

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114909	Capacidades de construção para PEDSa	2019	2022	\$ 80.000	\$ 43.567	NIM	GEN2	UNFPA
00112725	Facilidade de investimento no país	00111120	Facilidade de investimento no país	2018	2019	\$ 478.465	\$ 478.471	NIM	GEN1	PNUD
00065808	Fortalecimento do sistema nac. Estatística	00082164	Fortalecimento do sistema nac.	2012	2019	\$ 20.332	\$ 20.004	NIM	GEN1	PNUD
00065808	Fortalecimento do sistema nac. Estatística	00082164	Fortalecimento do sistema nac.	2012	2019	\$ 55.622	\$ 55.001	NIM	GEN1	UNFPA
00065808	Fortalecimento do sistema nac. Estatística	00082164	Fortalecimento do sistema nac.	2012	2019	\$ 90.767	\$ 89.588	NIM	GEN1	UNICEF
00123058	Accelerator Lab - Cabo Verde	00118410	Accelerator Lab - Cabo Verde	2019	2022	\$ 827.848	\$ 631.734	DIM	GEN1	PNUD
00134971	Projeto financeiro integrado, sustentável e inclusivo	00126408	Integrado sustentável e inclusivo	2021	2021	\$ 664.879	\$ 376.846	DIM	GEN1	UNICEF
Sub Total Resultado 4.1						\$ 7.198.740	\$ 5.478.433			
RESULTADO 4.2: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente mulheres, jovens e crianças, beneficiam de uma maior segurança humana, melhor coesão social e um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduz ao cumprimento dos direitos humanos.										
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114908	Direitos humanos e justiça	2019	2022	\$ 126.813	\$ 117.252	NIM	GEN2	PNUD
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114908	Direitos humanos e justiça	2019	2022	\$ 80.000	\$ 53.580	NIM	GEN2	

Identificação do Projecto	Título do Projecto	ID da Produção	Título da Produção	Ano de Início	Ano de Fim	Total Orçamento	Total das Despesas	Implementação Modalidade	Género Marcador	Agência Participante
										UNICEF
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114908	Direitos humanos e justiça	2019	2022	\$ 65.000	\$ 34.313	NIM	GEN2	UNFPA
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114910	Reforço das capacidades institucionais	2019	2022	\$ 63.600	\$ 57.836	NIM	GEN3	PNUD
00117842	Reforço da governação em Cabo Verde	00114910	Reforço das capacidades institucionais	2019	2022	\$ 61.275	\$ 41.218	NIM	GEN3	UNFPA
Sub Total Resultado 4.2						\$ 396.688	\$ 304.199			
Total Geral						\$ 35.803.494	\$ 29.447.792			

ANEXO 6. ESTATUTO DO DOCUMENTO DO PROGRAMA DO PAÍS (CPD) MATRIZ DE INDICADORES DE RESULTADOS E PRODUÇÕES

Resultado nº	Descrição do Resultado	Indicador de Result. nº	Descrição do indicador de Result.	Linha de Base do Indicador de Result.	Meta do indicador de Result. 2022	Valor do Indicador de Result. 2018	Valor do Indicador de Result. 2019	Valor Indicador de Result. 2020	Comentários sobre o resultado
Resul. 1	Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, terão melhor acesso e utilização de serviços de saúde e educação de qualidade e beneficiarão mais de proteção social e infantil e inclusão social sensíveis ao género, ao longo do seu ciclo de vida.	Resul.1 i1.1.2	Taxa de gravidez na adolescência (15-19 anos)	Linha de base: 14%	Meta: 10%(dados do PNUD)	13,3% (dados da UNICEF)	Sem dados	17,8% (dados da UNICEF)	Fonte: Pesquisa Demográfica e de Saúde (IDSR) Responsabilidade: Ministério da Saúde e Previdência Social (MS)
		Resul.1 i1.1.5	População com acesso a serviços de cuidados integrados (por sexo/idade)	Linha de base: 0	Meta: TBD	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Fonte: Relatórios do Ministério da Família e Inclusão Social (MFSI) Responsabilidade: MFSI
		Resul.1 i1.1.1	Prevalência de anemia em crianças de 0-5 anos (por município)	Linha de base: 52,4%	Meta: 39%	50% (dados da UNICEF)	Sem dados	48% (data from UNICEF)	Fonte: MS Responsabilidade: MS
		Resul.1 i1.1.6	Taxa de acesso à educação pré-escolar (por sexo/urbano/rural)	Linha de base: 85%	Meta 100%	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Fonte: Relatórios anuais do Ministério da Educação (ME) Responsabilidade: ME

		Resul.1 i1.1.7	<p>Percentagem de crianças com aprendizagem satisfatória</p> <p>resultados em matemática e português no final do ensino fundamental</p>	<p>Linha de base: 34,8% (matemática), 30,2% (português)</p>	<p>Meta: 66%</p>	<p>Sem dados</p>	<p>Sem dados</p>	<p>Sem dados</p>	<p>Fonte: ME relatórios anuais Responsabilidade: ME</p>
		Resul.1 i1.1.8	<p>Número de crianças em risco de exclusão atingido pelo sistema de proteção infantil (incluindo instituições públicas e ONG)</p>	<p>Linha de base: 2.800</p>	<p>Meta: 3.600</p>	<p>3.106 (dados da UNICEF)</p>	<p>Sem dados</p>	<p>0 (dados da UNICEF)</p>	<p>Fonte: Relatórios anuais do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (CVICA) Responsabilidade: CVICA</p>

<u>Produção nº</u>	<u>Descrição da Produção</u>	<u>Indicador de Prod. nº</u>	<u>Descrição dos indicadores de Prod.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Prod.</u>	<u>Meta do indicador de Prod. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre a Produção</u>
Prod. 1.1	Capacidade nacional e local reforçada para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo saúde sexual e reprodutiva, especialmente para adolescentes e jovens	Prod.1.1 - i1.1.1	Número de estabelecimentos de saúde que oferecem serviços de saúde integrados para adolescentes	Linha de base: 3	Meta: 11	2 (dados do UNFPA)	3 (dados do UNFPA)	2 (dados do UNFPA)	Fonte: Relatórios anuais do MHSS Responsável: UNFPA
		Prod.1.2 - i1.1.2	Número de delegações de saúde distritais que integraram intervenções de saúde de adolescentes nos planos de saúde locais	Linha de base: 3	Meta: 11	7 (dados da UNICEF)	Sem dados	22 (dados da UNICEF)	Fonte: Relatórios anuais do MHSS Responsável: UNICEF
Prod. 1.2	Capacidade nacional e local para serviços de saúde materna, perinatal e infantil fortalecida	Prod.1.2 - i1.2.1	Número de delegações de saúde distritais que prestam cuidados a crianças com micronutrientes múltiplos em pó	Linha de base: 10	Meta: 22	13 (dados da UNICEF)	Sem dados	22 (dados da UNICEF)	Fonte: Relatórios anuais do MHSS Responsável: UNICEF
		Prod.1.2 - i1.2.2	Percentagem de delegações distritais de saúde com pelo menos uma infraestrutura que integre o desenvolvimento da primeira infância nos seus serviços de monitorização do desenvolvimento infantil com serviços	Linha de base: 0%	Meta: 30%	6% (dados da UNICEF)	Sem dados	Sem dados	Fonte: Relatórios anuais do MHSS Responsável: UNICEF

			de nutrição como ponto de entrada						
		Prod.1.2 - i1.2.3	Existência de um sistema nacional de informação de saúde funcional para saúde materna, infantil e adolescente, incluindo saúde reprodutiva	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Sim (dados do UNFPA)	Sim (dados do UNFPA)	Sim (dados do UNFPA)	Fonte: Relatórios anuais do MHSS Responsável: UNICEF
Prod. 1.3	Resultados de aprendizagem educacional para meninas e rapazes aprimorados e relevantes para o potencial de desenvolvimento do país	Prod.1.2 - i1.3.1	Existência de um programa integrado de educação infantil funcional	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Não (dados da UNICEF)	Sem dados	Sim (dados da UNICEF)	Fonte: Relatório anual ME Responsável: UNICEF
		Prod.1.2 - i1.3.2	Número de adolescentes atingidos por um programa abrangente de educação em sexualidade alinhado com os padrões internacionais	Linha de base: 0	Meta: 40.000	0 (dados do UNFPA)	0 (dados do UNFPA)	225 (dados do UNFPA)	Fonte: ME, relatórios anuais das ONG Responsável: UNFPA
		Prod.1.2 - i1.3.3	Existência de um programa abrangente de educação especial	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Não (dados da UNICEF)	Sem dados	Sim (dados da UNICEF)	Fonte: Relatório anual ME Responsável: UNICEF
Prod. 1.4	Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos aprimorados	Prod.1.2 - i1.4.1	Existência de uma política nacional de proteção à criança alinhada à convenção dos direitos da criança	Linha de base: 0	Meta: 1	0,4 (dados da UNICEF)	Sem dados	1 (dados da UNICEF)	Fonte: Relatório anual do MFSI Responsável: UNICEF
		Prod.1.2 - i1.4.2	Existência de um sistema integrado de informação e	Linha de base: 0	Meta: 1	Não (dados da UNICEF)	Sem dados	Não (dados da UNICEF)	Fonte: Relatório anual do MFSI Responsável: UNICEF

			monitorização da protecção das crianças						
		Prod.1.2 - i1.4.3	Uma comunicação nacional com várias partes interessadas para a estratégia de desenvolvimento para prevenir e combater o abuso e a exploração sexual infantil é projetada e implementada	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Não (dados da UNICEF)	Sem dados	Sim (dados da UNICEF)	Fonte: Relatório anual do Instituto da Criança e do Adolescente (ICCA) Responsável: UNICEF

<u>Resultado nº</u>	<u>Descrição do Resultado</u>	<u>Indicador de Resul. nº</u>	<u>Descrição do indicador de Resul.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Resul.</u>	<u>Meta do indicador de Resul. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre o resultado</u>
Resul. 2	Até 2022, a população de Cabo Verde, em particular a mais vulnerável, beneficiará de capacidade nacional e local melhorada para aplicar abordagens integradas e inovadoras à	Resul.2 i2.1.1	Proporção de municípios que incorporam e implementam princípios de desenvolvimento urbano sustentável no processo de planeamento	Linha de base: 1	Meta: 5	1 (dados do PNUD)	8 (dados do PNUD)	20 (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios de monitorização municipal Responsabilidade: Câmaras Municipais 8 PEMDS (Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável): Fogo (3); Santo Antão (3); São Salvador do Mundo; Ribeira Grande de Santiago 2020: 20 PEMDS implementados

gestão sustentável e participativa de recursos naturais e da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e mitigação e redução do risco de desastres.	Resul.2 i2.1.3	Percentagem de municípios selecionados que integram resiliência e capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e desastres naturais em suas estratégias de desenvolvimento	Linha de base: 0	Meta: 50%	0% (dados do PNUD)	45% (dados do PNUD)	90% (dados do PNUD)	Fonte: Plataforma Nacional de Redução do Risco de Desastres (NPDRR) Responsabilidade: NPDRR10 de 22 Municípios 2020: 20 de 22 municípios
	resul.2 i2.1.4	Taxa de integração das energias renováveis na produção de electricidade	Linha de base: 20%	Meta: TBD	22% (dados do PNUD)	24% (dados do PNUD)	24% (dados do PNUD)	Fonte: Relatório anual da Direção Nacional de Energia (NDE) Responsabilidade: NDE Essa meta ainda não foi definida no UNDAF, mas considerando a meta estabelecida pelo Governo em seu Programa de Governança (100% dentro de 10 anos) achamos que esse valor é razoável. 39kWp (sistemas fotovoltaicos) foi instalado no DNA; MIOTh e INGT

<u>Produção nº</u>	<u>Descrição da Produção</u>	<u>Indicador de Prod. nº</u>	<u>Descrição dos indicadores de Prod.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Prod.</u>	<u>Meta do indicador de Prod. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre a Produção</u>
--------------------	------------------------------	------------------------------	---	--	--	--	--	---------------------------------------	-------------------------------------

<p>Prod. 2.1</p>	<p>As instituições selecionadas fortaleceram as capacidades técnicas e operacionais para integrar a redução do risco de desastres sensível à criança e ao género nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais</p>	<p>Prod.2.1 - i2.1.1</p>	<p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas, estratégias e orçamentos numa perspectiva de género</p>	<p>Linha de base: 4%</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas com uma perspectiva de género: 0%</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nos seus orçamentos com uma perspectiva de género: 4%</p>	<p>Meta: 50%</p> <p>Percentagem de instituições nacionais seleccionadas que integram a redução do risco nas suas políticas numa perspectiva de género: 50%</p> <p>Percentagem de instituições nacionais seleccionadas que integram a redução do risco nas suas estratégias numa perspectiva de género: 15%</p> <p>Percentagem de instituições nacionais seleccionadas que integram a redução do risco nos seus orçamentos numa perspectiva de género: 5%</p>	<p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas com uma perspectiva de género: 13% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas estratégias com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nos seus orçamentos com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p>	<p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas com uma perspectiva de género: 13% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas estratégias com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nos seus orçamentos com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p>	<p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas com uma perspectiva de género: 13% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas estratégias com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nos seus orçamentos com uma perspectiva de género: 4% (dados do PNUD)</p>	<p>Fonte: NPDRR Responsável: PNUD</p> <p>O país tem um documento de estratégia nacional sobre redução do risco de desastres. No entanto, ainda não está implementado em nenhum município. A implementação começará em 2020</p>
-------------------------	--	---------------------------------	---	---	---	--	--	--	---

<p>Prod.2.1 - i2.1.2</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos planos, estratégias e orçamentos</p>	<p>Linha de base: 14%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 14%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos PLANOS: 5%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nas ESTRATÉGIAS: 5%</p> <p>Percentagem de municípios que</p>	<p>Meta: 50%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 50%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos PLANOS: 20%</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nas ESTRATÉGIAS: 20%</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 14% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nos PLANOS: 5% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nas ESTRATÉGIAS: 5% (dados do PNUD)</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações sobre riscos sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 14% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações sobre riscos sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nos PLANOS: 5% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações sobre riscos sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nas</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 14% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao género, incluindo o risco climático nas ESTRATÉGIAS: 5% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às</p>	<p>Fonte: NPDRR Responsável: UNICEF</p> <p>Está em processo de preparação de um documento de projeto para responder a esta produção e indicador. Este documento do projeto será preparado em 2020</p>
---------------------------------	--	---	---	--	--	---	--

			<p>integram informações de risco sensíveis à criança e ao gênero, incluindo risco climático nos ORÇAMENTOS: 4%</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao gênero, incluindo risco climático nos ORÇAMENTOS: 10%</p>	<p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao gênero, incluindo o risco climático nos ORÇAMENTOS: 4% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao gênero, incluindo o risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 15% (dados do UNICEF)</p>	<p>ESTRATÉGIAS: 5% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações sobre riscos sensíveis às crianças e ao gênero, incluindo o risco climático nos ORÇAMENTOS: 4% (dados do PNUD)</p>	<p>crianças e ao gênero, incluindo o risco climático nos ORÇAMENTOS: 4% (dados do PNUD)</p> <p>Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis às crianças e ao gênero, incluindo o risco climático nos planos, estratégias e orçamentos: 15% (dados do UNICEF)</p>	
Pord.2.1 - i2.1.3	Existência de uma estratégia integrada para redução de risco e vulnerabilidade através de água, saneamento e higiene nas escolas	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	<p>Não (dados do PNUD)</p> <p>Não (dados do UNICEF)</p>	<p>Não (dados do PNUD)</p> <p>Não (dados do UNICEF)</p>	<p>Não (dados do PNUD)</p> <p>Não (dados do UNICEF)</p>	<p>Fonte: Relatórios anuais do MHSS</p> <p>Responsável: UNICEF</p>	

Prod. 2.2	Instituições governamentais selecionadas e comunidades locais aumentaram a capacidade técnica para implementar medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas	Prod.2.2 - i2.2.1	Número de municípios que adotam práticas sensíveis ao género e inteligentes em termos climáticos para a utilização sustentável dos recursos hídricos em programas apoiados pelo Escritório Comum	Linha de base: 0	Meta: 5	0 (dados do PNUD)	0 (dados do PNUD)	0 (dados do PNUD)	Fonte: Planos de desenvolvimento local Responsável: PNUD Está em processo de preparação de um documento de projeto para responder a este resultado e indicador. Este documento do projeto será implementado em 2020
		Prod.2.2 - i2.2.2	Número de municípios que aplicam obrigatoriamente o novo código de eficiência energética	Linha de base: 0	Meta: 5	0 (dados do PNUD)	0 (dados do PNUD)	22 (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios de monitorização municipal Responsável: PNUD O código de eficiência energética já foi elaborado e aguarda aprovação oficial do Governo de Cabo Verde. 2020: Legislação já aprovada, com carácter nacional.
Prod. 2.3	Estruturas jurídicas, políticas e institucionais aprimoradas estão em vigor para conservação, uso sustentável e acesso e partilha de benefícios de recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas	Prod.2.3 - i2.3.1	Número de quadros de políticas institucionais em vigor para a conservação, a utilização sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e os ecossistemas	Linha de base: 0	Meta: 3	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Fonte: NDE Responsável: PNUD
		Prod.2.3 - i2.3.2	Número de áreas terrestres e marinhas de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para	Linha de base 17	Meta: 28	Número de zonas terrestres e marinhas de importância global que dispõem de	Número de zonas terrestres e marinhas de importância global que dispõem de	Número de zonas terrestres e marinhas de importância global que dispõem de	Fonte: Relatórios anuais da NDE e Unidade de Gestão do Sistema de Áreas Protegidas Responsável: PNUD

			conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema	possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 17 Número de áreas TERRESTRES de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 7 Número de áreas MARINHAS de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 0	global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 28 Número de áreas TERRESTRES de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 11 Número de áreas MARINHAS de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso	instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 17 (dados do PNUD) Número de zonas TERRESTRES de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 7 (dados do PNUD) Número de zonas MARINHAS de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e	instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 17 (dados do PNUD) Número de zonas TERRESTRES de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 7 (dados do PNUD) Número de zonas MARINHAS de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e	gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e do ecossistema: 17 (dados do PNUD) Número de zonas TERRESTRES de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e do ecossistema: 7 (dados do PNUD) Número de zonas MARINHAS de importância global que dispõem de instrumentos de gestão para a conservação, utilização sustentável e valorização da biodiversidade e do ecossistema: 10 (dados do PNUD)	
--	--	--	--	---	--	--	--	---	--

					sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema: 17	valorização da biodiversidade e do ecossistema: 10 (dados do PNUD)	valorização da biodiversidade e do ecossistema: 10 (dados do PNUD)		
		Prod.2.3 - i2.3.3	Percentagem de operadores turísticos operando em zonas protegidas em conformidade com as normas nacionais para o turismo sustentável	Linha de base: 0%	Meta: 80%	0% (dados do PNUD)	0% (dados do PNUD)	0% (dados do PNUD)	Fonte: Ministérios da Economia e Emprego e Meio Ambiente Responsável: PNUD Projeto piloto previsto para 2020. 2020: certificação turística sustentável - proposta elaborada - em andamento para aprovação e implementação efetiva em 2021

<u>Resultado nº</u>	<u>Descrição do Resultado</u>	<u>Indicador de Resul. nº</u>	<u>Descrição do indicador de Resul.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Resul.</u>	<u>Meta do indicador de Resul. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre o resultado</u>
Resul. 3	Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade ativa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam o	Resultado3 i3.1.2	Número de unidades de produção informais por sector de actividade, género e idade do proprietário	Linha de base: 33.228 (total) (Mulheres: 20.767; Homens: 12.460)	Meta: redução em 15.000 unidades de produção informais Total: 18.228 Mulheres: 11.418 Homens: 6.810	Total: 33.228 (dados do PNUD) Mulheres: 20.767 (dados do PNUD) Homens: 12.460 (dados do PNUD)	Total: 33.228 (dados do PNUD) Mulheres: 20.767 (dados do PNUD) Homens: 12.460 (dados do PNUD)	Total: 33.228 (dados do PNUD) Mulheres: 20.767 (dados do PNUD) Homens: 12.460 (dados do PNUD)	Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) Responsabilidade: INE

trabalho digno através da transformação económica em setores-chave, levando a um desenvolvimento económico mais sustentável e inclusivo.	Prod.2 i3.1.3	Taxa de desemprego (superior a 15 anos) por sexo/idade/área de residência	Linha de base: 15% (Mulheres: 17,4%; Homens: 12,9%)	Meta: 8,8% Homens: 6,4% Mulheres: 11,2%	Taxa de desemprego: 12,2% (dados do PNUD) Homens: 11,8% (dados do PNUD) Mulheres: 12,8% (dados do PNUD)	Taxa de desemprego: 10,7% (dados do PNUD) Homens: 9,8% (dados do PNUD) Mulheres: 11,9% (dados do PNUD)	Taxa de desemprego: 19,2% (dados do PNUD) Homens: 19,2% (dados do PNUD) Mulheres: 19,2% (dados do PNUD)	Fonte: INE Responsabilidade: INE Taxa total de desemprego: 2020: dados do PCNA+ (Avaliação das Necessidades Pós-Crise) no âmbito da COVID19. Nenhuma desagregação disponível. Taxa de desemprego masculino: 2020: dados do PCNA+ (Post Crisis Needs Assessment) no âmbito da COVID19. Nenhuma desagregação disponível. Taxa de desemprego feminino: 2020: dados do PCNA+ (Avaliação de Necessidades Pós-Crise) no âmbito da COVID19. Nenhuma desagregação disponível.
	Prod.2 i3.1.5	Proporção de postos de trabalho em sectores seleccionados do total de postos de trabalho	Linha de base: 19,7% (agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca), 9,9% (indústria), 7,8% (alojamento e restaurante)	Objectivo: TBD Proporção de postos de trabalho: Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca: 22% Proporção de postos de trabalho: Sector industrial: 11% Proporção de postos de trabalho: Sector	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca: 13,6% (dados do PNUD) Sector industrial: 9,5% (dados do PNUD) Sector dos alojamentos e restaurantes: 9,1% (dados do PNUD)	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca: 13,6% (dados do PNUD) Sector industrial: 9,5% (dados do PNUD) Sector dos alojamentos e restaurantes: 9,1% (dados do PNUD)	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca: 11% (dados do PNUD) Sector industrial: 10% (dados do PNUD) Sector dos alojamentos e restaurantes: 9% (dados do PNUD)	Fonte: INE Responsabilidade: INE2020 : dados mais recentes do INE IMC 2019

				dos alojamentos e restaurantes: 12%				
--	--	--	--	-------------------------------------	--	--	--	--

<u>Produção nº</u>	<u>Descrição da Produção</u>	<u>Indicador de Prod. nº</u>	<u>Descrição dos indicadores de Prod.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Prod.</u>	<u>Meta do indicador de Prod. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre a Produção</u>
Prod. 3.1	Os Ministérios das Finanças, Economia e Emprego fortaleceram a capacidade institucional para a formulação e implementação de políticas e programas que aproveitam o dividendo demográfico para o crescimento económico inclusivo e sustentável	Prod.3.1 - i3.1.1	Até que ponto os programas sectoriais relacionados com a promoção do crescimento económico são favoráveis aos pobres, sensíveis ao género e à idade	Linha de base: 1	Meta: 4	2 (dados do PNUD)	3 (dados do PNUD)	3 (dados do PNUD)	Fonte: Ministério das Finanças (MF) Responsável: PNUDEscala de classificação de 1-4:1. Inadequadamente: as capacidades ainda não apresentam melhorias e os programas sectoriais de crescimento económico não são adequadamente pró-pobres, sensíveis ao género e à idade;2. Muito parcialmente - as capacidades mostram melhorias limitadas e os programas sectoriais de crescimento económico são muito parcialmente favoráveis aos pobres, sensíveis ao género e à idade; 3. Parcialmente - as capacidades mostram alguns dos requisitos para conduzir a programas sectoriais de crescimento económico parcialmente favoráveis aos pobres,

					(dados do UNICEF)		(dados do UNICEF)		
Prod. 3.2	Os jovens e as mulheres têm maior capacidade de garantir emprego, incluindo o auto-emprego	Prod.3.2 - i3.2.1	Número de jovens e mulheres que concluíram com êxito cursos de formação técnica e profissional	Linha de base: 1.050 Total: 1.050 Mulheres Jovens: 635 Mulheres Não Jovens: 0 Homens Jovens: 415	Meta: 1.500 (jovens: 525; mulheres: 975) Total: 1.500 Mulheres Jovens: 975 Mulheres Não Jovens: 0 Homens Jovens: 525	Total: 1.510 (dados do PNUD) Jovens: 911 (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0 (dados do PNUD) Homens Jovens: 599 (dados do PNUD)	Total: 1.729 (dados do PNUD) Jovens: 1.044 (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0 (dados do PNUD) Homens Jovens: 685 (dados do PNUD)	Total: 5.256 (dados do PNUD) Jovens: 3.101 (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0 (dados do PNUD) Homens Jovens: 2.155 (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios do Instituto Nacional de Formação Profissional Responsável: PNUD
		Prod.3.2 - i3.2.2	Porcentagem de jovens beneficiários e de mulheres em programas de emprego e empreendedorismo integrados no mercado de trabalho no prazo de três anos	Linha de base: 60% (40% de jovens; 20% de mulheres) Total: 60% mulheres jovens: 20% mulheres não jovens: 0% homens jovens: 40%	Meta: 75% (50% jovens; 25% mulheres) Total: 75% mulheres jovens: 25% mulheres não jovens: 0% homens jovens: 50%	Total: 63% (dados do PNUD) Jovens: 21% (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0% (dados do PNUD) Homens Jovens: 42% (dados do PNUD)	Total: 63% (dados do PNUD) Jovens: 21% (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0% (dados do PNUD) Homens Jovens: 42% (dados do PNUD)	Total: 52% (dados do PNUD) Jovens: 24% (dados do PNUD) Mulheres Não Jovens: 0% (dados do PNUD) Homens Jovens: 28% (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios do Instituto de Emprego e Formação Profissional Responsável: PNUD Dados ainda não disponíveis em porcentagem. Podemos relatar que 511 jovens inseridos no mercado de trabalho (273 por meio de emprego e 238 por conta própria)
Prod 3.3	Os municípios fortaleceram as capacidades técnicas para desenvolver	Prod.3.3 - i3.3.1	Porcentagem de membros de plataformas de desenvolvimento	Linha de base: 0 Jovens mulheres e homens: 0% Jovens	Target: 30% Jovens mulheres e homens: 30% Jovens	Mulheres e homens jovens: 30% (dados do PNUD)	Mulheres e homens: 18% (dados do PNUD) Mulheres jovens: 9%	Mulheres e homens jovens: 23% (dados do PNUD)	Fonte: Atas das reuniões da plataforma Responsável: UNFPA

	estratégias de desenvolvimento territorial integradas e alinhadas aos ODS que promovam oportunidades locais de emprego, especialmente para jovens e mulheres		local que são jovens mulheres e homens	mulheres: 0% Homens: 0%	mulheres: 10% Homens Jovens: 20%	Mulheres jovens: 25% (dados do PNUD) Homens jovens: 35% (dados do PNUD) Mulheres e homens jovens: 50% (dados do UNFPA)	(dados do PNUD) Homens jovens: 9% (dados do PNUD) Mulheres jovens e homens: 40% (dados do UNFPA)	Mulheres jovens: 10% (dados do PNUD) Homens jovens: 13% (dados do PNUD) Mulheres jovens e homens: 100% (dados do UNFPA)	
		Prod.3.3 - i3.3.2	Número de estratégias de desenvolvimento económico territorial local elaboradas que promovem explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres	Linha de base: 0	Meta: 6	6 (dados do PNUD)	8 (dados do PNUD)	20 (dados do PNUD)	Fonte: Ata de Assembleia Municipal Responsável: UNFPA referente ao PEMDS (Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável)
Prod. 3.4	O Ministério da Família e Inclusão Social reforçou a capacidade técnica para garantir o acesso ao sistema de protecção social por parte dos grupos mais vulneráveis,	Prod.3.4 - i3.4.1	Existência de um sistema integrado funcional de acompanhamento e avaliação do programa de protecção social	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Não (dados do PNUD) Não (dados do UNICEF)	Não (dados do PNUD) Não (dados do PNUD)	Não (dados do PNUD) Não (dados do UNICEF)	Fonte: relatórios do MHSI Responsável: UNICEF O sistema de monitorização e avaliação ainda não foi montado, mas durante 2018 o Escritório começou com o Ministério da Família para definir os parâmetros dos componentes do sistema. No entanto, estas acções foram totalmente financiadas com

	nomeadamente mulheres e crianças.								fundos da UNICEF. 2020: em curso
		Prod.3.4 - i3.4.2	Até que ponto as reformas políticas e institucionais aumentam o acesso à proteção social voltada para os pobres a nível municipal (desagregado por género, rural e urbano)	<p>Linha de base: 0</p> <p>Mulheres Rurais: 0</p> <p>Mulheres Urbanas: 0</p> <p>Homens Rurais: 0</p> <p>Homens urbanos: 0</p>	<p>Meta: 3</p> <p>Mulheres Rurais: 3</p> <p>Mulheres Urbanas: 3</p> <p>Homens Rurais: 3</p> <p>Homens Urbanos: 3</p>	<p>Mulheres rurais: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Mulheres urbanas: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Homens rurais: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Homens urbanos: 0 (dados do PNUD)</p>	<p>Mulheres rurais: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Mulheres urbanas: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Homens rurais: 0 (dados do PNUD)</p> <p>Homens urbanos: 0 (dados do PNUD)</p>	<p>Mulheres rurais: 2 (dados do PNUD)</p> <p>Mulheres urbanas: 2 (dados do PNUD)</p> <p>Homens rurais: 2 (dados do PNUD)</p> <p>Homens urbanos: 2 (dados do PNUD)</p>	<p>Fonte: MHSI</p> <p>Responsável: PNUD</p> <p>Na área de proteção social, o Escritório realizou uma série de ações para alcançar resultados que respondem a este indicador. No entanto, estas ações foram totalmente financiadas com fundos da UNICEF.</p> <p>2020: O país possui um cadastro social único (CSU) desagregado por género e tipo de residência (rural e urbana); também as capacidades técnicas das equipas Local e Municipal são fortalecidas em assuntos relacionados à CSU, visando o acompanhamento e acompanhamento das famílias vulneráveis; também em 2020 com apoio da OIT o país elaborou a proposta de plano Estratégico de Protecção Social 2020–2023</p>

<u>Resultado nº</u>	<u>Descrição do Resultado</u>	<u>Indicador de Resul. nº</u>	<u>Descrição do indicador de Resul.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Resul.</u>	<u>Meta do indicador de Resul. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre o resultado</u>
Resultado 4.1	Até 2022, os cidadãos cabo-verdianos beneficiam de um sistema de governação e administração pública democrática mais eficaz, transparente e participativo.	Resultado 4 i4.1.1	Número de programas governamentais nacionais e locais elaborados e implementados com abordagem de gestão baseada em resultados	Linha de base: 0	Meta: 1 (nacional), 12 (municipal), 3 (ilhas) Total: 13	Nacional: 1 (dados do PNUD) Local: 8 (dados do PNUD) Ilhas: 3 (dados do PNUD) Total: 9 (dados do PNUD)	Nacional: 1 (dados do PNUD) Local: 8 (dados do PNUD) Ilhas: 3 (dados do PNUD) Total: 9 (dados do PNUD)	Nacional: 1 (dados do PNUD) Local: 20 (dados do PNUD) Ilhas: 8 (dados do PNUD) Total: 21 (dados do PNUD)	Fonte: PEDS, relatórios setoriais e municipais Responsabilidade: Ministério das Finanças (MF) Ilhas: Oito municípios elaboraram e aprovaram seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEMDS). Estes municípios estão localizados nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão.
		Resul.4 i4.1.2	Percentagem de rubricas orçamentais locais e nacionais sensíveis ao género	Linha de base: 0	Meta: 70% dos programas com marcador de género	51% (dados do PNUD)	70% (dados do PNUD)	71% (dados do PNUD)	Fonte: Atas de reuniões entre representantes eleitos e petições públicas Responsabilidade: MF Fonte: Relatório de Execução Orçamentária Setorial/Planos Municipais Responsabilidade: MF Atas de reuniões entre representantes eleitos e petições públicas; Relatórios de execução orçamentária setorial/planos municipais No Orçamento Estadual para 2020 há 70% de projetos marcados com "Marcador de Género" G1, G2 e G3. No âmbito municipal, este indicador será informado

									durante o ano de 2019, no âmbito das ações do Programa de Plataformas de Desenvolvimento Local. 2020: No Orçamento do Estado para 2021 há 70% dos projetos marcados com “Marcador de Género” G1, G2 e G3.
		Resul.4 i4.1.3	Percentagem de mulheres eleitas para o parlamento e o governo local	Linha de base: 26,3%	Meta: 40,3%	26,3% (dados do PNUD)	26,3% (dados do PNUD)	40,6% (dados do PNUD)	<p>Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE), União Interparlamentar Responsabilidade: NEC</p> <p>Este indicador só evoluirá após as próximas eleições que ocorrerão em 2021. Resultado das eleições municipais de 2020: - 40,6% de mulheres eleitas para a Câmara Municipal; - 42,1% de mulheres eleitas para as Assembleias Municipais</p>
		Resul.4 i4.1.4	Número de mecanismos de participação funcional para identificação de prioridades ou políticas públicas a nível nacional e local	Linha de base: 3 (nacional), 0 (local)	Meta: 4 (nacional), 8 (local)	Nacional: 3 (dados do PNUD) Local: 4 (dados do PNUD)	Nacional: 3 (dados do PNUD) Local: 8 (dados do PNUD)	Nacional: 6 (dados do PNUD) Local: 20 (dados do PNUD)	<p>Nacional: Diálogo de concertação com a juventude; Diálogo dos ODS; Fórum da Juventude; Conselho Consultivo da Juventude; Conselho de Concertação Social; Comité Interministerial para a Igualdade de Género</p> <p>Local: Dos 9 municípios que possuem Plataformas de Desenvolvimento Local, 8 já possuem Plataformas aprovadas pelas Assembleias Municipais. 2020: 20 plataformas locais</p>

Resul.4 i5.1.1	Funcionalidade de um mecanismo de Mobilização de Recursos e Desenvolvimento de Parcerias	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Sim (dados do PNUD)	Sim (dados do PNUD)	Sim (dados do PNUD)	Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades (MNEC) e MF Responsabilidade: MNE, MF O Ministério das Finanças tem um departamento responsável pela promoção de parcerias e mobilização de recursos. Em 2019 foram organizadas importantes conferências de investidores, sendo uma na Ilha do Sal e outra em Boston, EUA, que mobilizaram importantes investimentos para o desenvolvimento.
Resul.4 i5.1.2	Número de acordos de parceria formais e assinados (Sul-Sul, triangular)	Linha de base: 0	Meta: 4	1 (dados do PNUD)	1 (dados do PNUD)	1 (dados do PNUD)	Fonte: MNEC, MF Responsabilidade: MNEC, MF O novo ProPALOP TL SAI, tal como o anterior, é um projecto central, de cooperação Sul-Sul. Plataforma promoveu acordo entre a diáspora da Ilha do Fogo e dos EUA
Resul.4 i5.1.4	Número de OSCs que participam da formulação e acompanhamento de planos de desenvolvimento, orçamentos e políticas públicas	Linha de base: TBD 0	Meta: TBD 4	4 (dados do PNUD)	1 (dados do PNUD)	6 (dados do PNUD)	Fonte: MF Responsabilidade: MFF 2020: AJEC; Plataforma ONGs; AME; Morabi; OMCV; Associações Juvenis Representativas
Resul.4 i5.1.5	Número de relatórios nacionais de progresso dos ODS apresentados.	Linha de base: 0	Meta: 4	1 (dados do PNUD)	1 (dados do PNUD)	1 (dados do PNUD)	Fonte: MNEC Responsabilidade: MNEC 2018 - O Relatório Nacional Voluntário sobre ODS foi

									apresentado no Fórum Político de Alto Nível realizado em Nova York. 2019 - vasta missão liderada pelo PNUD e composta por especialistas de várias agências do Sistema das Nações Unidas, do Banco Mundial e da União Europeia esteve em Cabo Verde de 28/10 a 08/11 para realizar dois exercícios complementares (MAPS e INFF) visando definir mecanismos de aceleração para a implementação dos ODS. 2020 — no âmbito do exercício “Ambição 2030”.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

<u>Resultado nº</u>	<u>Descrição do Resultado</u>	<u>Indicador de Resul. nº</u>	<u>Descrição do indicador de Resul.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Resul.</u>	<u>Meta do indicador de Resul. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre o resultado</u>
Resul. 4.2	Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente mulheres, jovens e crianças, beneficiam de uma maior segurança	Resul.4 i4.2.2	Proporção de mulheres e meninas que são vítimas de violência baseada no género (por idade/área de residência)	Linha de base: 23% (15–19: 14,9%, 20–29: 23,8%, 30–39: 25,8%, 40–49: 14,8%)	Meta: 7%	Total: 11% (dados do PNUD) Meninas 15–19: 7% (dados do PNUD) Mulheres jovens: 20–29: 11% (dados do	Total: 10,9% (dados do PNUD) Meninas 15–19: 7% (dados do PNUD) Mulheres jovens: 20–29: 11% (dados do	Total: 10,9% (dados do PNUD) Meninas 15–19: 7% (dados do PNUD) Mulheres	Fonte: Relatórios de indicadores demográficos e de saúde reprodutiva Responsabilidade: IDSR

humana, melhor coesão social e um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduz ao cumprimento dos direitos humanos.					11% (dados do PNUD) Mulheres 30–39: 12% (dados do PNUD) Mulheres idosas: 40–49: 7% (dados do PNUD)	PNUD) Mulheres 30–39: 12% (dados do PNUD) Mulheres idosas: 40–49: 7% (dados do PNUD)	jovens: 20–29: 11% (dados do PNUD) Mulheres 30–39: 12% (dados do PNUD) Mulheres idosas: 40–49: 7% (dados do PNUD)	
	Resul.4 i4.2.4	Percentagem de recomendações de revisão periódica universal (UPR) implementadas	Linha de base: 57%	Meta: 90%	67% (dados do PNUD)	77% (dados do PNUD)	77% (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios do Ministério da Justiça e Trabalho (MJT) Responsabilidade: MJT
	Resul.4 i4.2.5	Percentagem de processos judiciais com apoio jurídico gratuito	Linha de base: 10%	Meta: 25%	23% (dados do PNUD)	13% (dados do PNUD)	25% (dados do PNUD)	Fonte: Relatórios do MJT Responsabilidade: MJT 2020: conforme Relatório da Justiça 2019/2020
	Resul.4 i4.2.7	Número de crianças e jovens nos centros de detenção	Linha de base: 217 por ano	Meta: 150 por ano	217 (dados do PNUD) 198 (dados da UNICEF)	293 (dados do PNUD)	301 (dados do PNUD) 309 (dados da UNICEF)	Fonte: Relatórios do MJT Responsabilidade: MJT 2020: Os dados referem-se a jovens entre 16–21 anos em prisões. O CO também está corrigindo o valor para 2019

<u>Produção nº</u>	<u>Descrição da Produção</u>	<u>Indicador de Prod. nº</u>	<u>Descrição dos indicadores de Prod.</u>	<u>Linha de Base do Indicador de Prod.</u>	<u>Meta do indicador de Prod. 2022</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2018</u>	<u>Valor do Indicador de Resul. 2019</u>	<u>Valor Indicador de Resul. 2020</u>	<u>Comentários sobre a Produção</u>
Prod. 4.4	As instituições nos níveis central e local aumentaram a capacidade para implementar efetivamente instrumentos nacionais para a promoção da igualdade de gênero e combate à violência de gênero	Prod.4.3 - i4.4.1	Número de municípios que realizam planejamento e monitorização sensíveis às questões de gênero da prestação de serviços	Linha de base: 0	Meta: 8	4 (dados do PNUD)	8 (dados do PNUD)	20 (dados do PNUD)	Fonte: Departamentos Municipais de Planeamento Responsável: PNUD 8 PEMDS 2020: 20 PEMDS
		Prod.4.3 - i4.4.2	Percentagem de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG	Linha de base: Saúde - 11,6%; Educação - 5,1%, Polícia - 22,5% Percentual total de profissionais de saúde e educação e polícia com competências em prevenção e resposta à VBG: 39% Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 5,1% Percentual de profissionais de SAÚDE com	Meta: Saúde - 50%, Educação - 30%, Polícia - 70% Percentual Total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 50% Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 30% Percentual de profissionais de SAÚDE com	Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 42% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 10% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG:	Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 45% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 10% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG:	Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 45% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 10% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG:	Fonte: MS, ME e Programa Nacional Responsável: UNFPA

				competências em prevenção e resposta à VBG: 11,6% Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 22,5%	competências em prevenção e resposta à VBG: 50% Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 70%	20% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 35% (dados do PNUD) Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 15,5% (dados do UNFPA)	25% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 40% (dados do PNUD) Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 50% (dados do UNFPA)	25% (dados do PNUD) Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 40% (dados do PNUD) Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 35% (dados do UNFPA)	
		Prod.4.3 - i4.4.3	Número de organizações comunitárias capacitadas com formação e ferramentas no C4D para mudança de comportamento sobre estereótipos e discriminação de género que afetam crianças e adolescentes	Linha de base: 0	Meta: 3 13	2 (dados do PNUD) 1 (dados da UNICEF)	2 (dados do PNUD)	0 (dados da UNICEF)	Fonte: Relatórios do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género Responsável: UNICEF
Prod. 4.5	O sistema de justiça aumentou a capacidade de promover os	Prod.4.5 - i4.5.1	Número de instituições e mecanismos interministeriais que monitorizam	Linha de base: 1 (I: 1; IMM: 0) Número total de instituições e	Meta: 7 (I:6; IMM: 1) Número total de instituições e	Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 1 (dados do	Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 1 (dados do	Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 1 (dados do	Fonte: MJT Responsável: PNUD

	direitos humanos, com foco em mulheres e crianças em contacto com a lei e maior eficiência no processo judicial		eficazmente as recomendações da UPR e apresentam relatórios sobre os instrumentos de direitos humanos	mecanismos interministeriais: 1 Número de mecanismos institucionais: 1 Número de mecanismos interministeriais: 0	mecanismos interministeriais: 7 Número de mecanismos institucionais: 6 Número de mecanismos interministeriais: 1	PNUD) Número de mecanismos institucionais: 1 (dados do PNUD) Número de mecanismos interministeriais: 1 (dados do PNUD)	PNUD) Número de mecanismos institucionais: 1 (dados do PNUD) Número de mecanismos interministeriais: 1 (dados do PNUD)	PNUD) Número de mecanismos institucionais: 1 (dados do PNUD) Número de mecanismos interministeriais: 1 (dados do PNUD)	
		Prod.4.5 - i4.5.2	Número de instituições judiciais capazes de prestar assistência jurídica gratuita a grupos vulneráveis	Linha de base: 0	Meta: 4	1 (dados do PNUD)	3 (dados do PNUD)	4 (dados do PNUD)	Fonte: MJT Responsável: PNUD
		Prod.4.5 - i4.5.3	Existência de um sistema operativo integrado de informação sobre gestão de casos de justiça sensível à criança	Linha de base: 0 = Não	Meta: 1 = Sim	Não (dados do PNUD) Não (dados do PNUD)	Não (dados do PNUD)	Não (dados do PNUD) Não (dados do UNICEF)	Fonte: Relatórios do MF Responsável: UNICEF PROGRAMA DO UNICEF 2020: desenvolvimento da plataforma em curso, com o Programa do UNICEF

Fonte de Dados:

Dados fornecidos pelo Escritório Comum e dos IRRF_CPD_SP_Indicators:

<https://app.powerbi.com/groups/me/reports/f9a30509-da37-4cc1-b971-8f17c0c5ba30/ReportSection2ddca29762bc1276521c>

ANEXO 7. TEORIA DA MUDANÇA DO CCPD

Operacionalização da ToC

Para avaliar os resultados do CCPD, foi aplicada uma abordagem de **análise de contribuição baseada em teoria**. A análise de contribuição utilizou uma Teoria da Mudança explícita para cada resultado do CCPD, procedendo através de um processo para testar a teoria contra a lógica e evidências para testar que o CCPD contribuiu para os resultados esperados. Foi feita uma revisão da teoria da mudança para cada um desses resultados do programa, para verificar a relevância, eficácia e sustentabilidade das intervenções nesse quadro.

Figura ToC1. Uma Teoria da Mudança Genérica Básica

Há muitas maneiras de descrever as teorias de mudança. A Figura ToC1 ilustra uma teoria genérica básica de mudança que se mostrou útil em vários cenários, como o modelo a ser usado pela equipa de avaliação. A sequência de caixas na figura é o percurso de impacto associado, a cadeia de resultados. Os componentes da ToC do CCPD incluíram:

Os bens e serviços produzidos são as produções directas resultantes das actividades desenvolvidas pelo JO.

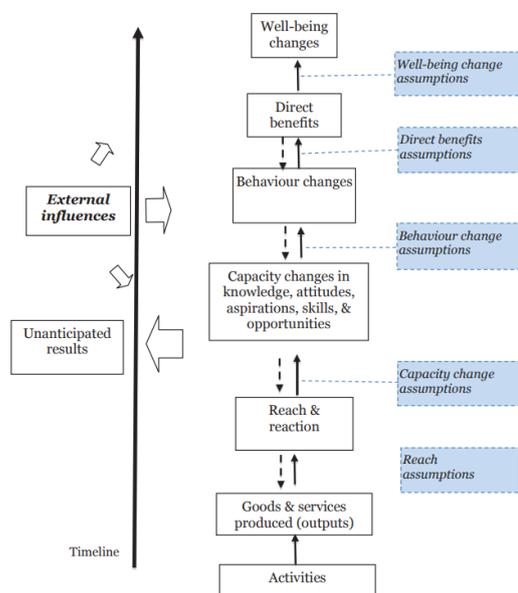
Alcance e reacção são os grupos-alvo que se destinam a receber os bens e serviços da intervenção do CCPD e a sua reacção inicial⁶⁶.

Mudanças de capacidade são as mudanças de conhecimento, atitudes, competências, aspirações e oportunidades daqueles que receberam ou usaram os bens e serviços da intervenção do CCPD.

Mudanças comportamentais são as mudanças nas práticas reais que ocorrem, ou seja, aquelas no grupo de alcance do CCPD que fazem as coisas diferentemente ou usam os produtos de intervenção.

Os benefícios directos são as melhorias no estado dos beneficiários individuais.

As mudanças de impacto ou bem-estar são as melhorias no estado dos beneficiários individuais



⁶⁶O Alcance é importante para incluir como um componente nas vias causais. “A falta de pensamento explícito sobre o alcance em modelos lógicos pode levar a problemas como a compreensão estreita/restrita das cadeias de impacto, o favorecimento de iniciativas ‘estritas e eficientes’ em relação a iniciativas ‘amplas e envolventes’ e o pensamento tendencioso contra considerações de equidade” (Montague & Porteous, 2013).

Os *pressupostos* de ligação causal mostrados nas caixas pontilhadas na Figura identificam quais eventos e condições salientes devem ocorrer para cada ligação no caminho causal para funcionar conforme o esperado.

Para extrair lições, é essencial conhecer a teoria por trás das intervenções. As intervenções foram organizadas por resultados do CCPD (5). Foi feita uma revisão da teoria da mudança para cada um desses resultados do programa, para verificar a relevância, eficácia e sustentabilidade das intervenções nesse quadro.

Os principais dados derivaram de entrevistas e do Grupo Focal com o pessoal do JO e RO, e entrevistas com as partes interessadas nacionais a nível nacional e local, inquérito às partes interessadas nacionais e dados secundários da revisão dos documentos. Para evitar conflitos de interesses e garantir a imparcialidade e a ausência de viés, a metodologia de avaliação incluiu vários métodos (triangulação), ou seja, o uso de uma combinação adequada de dados quantitativos e qualitativos com elementos participativos para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

Aplicando a abordagem de análise de contribuição, a equipa de avaliação explorou a atribuição por meio da avaliação da contribuição que o CCPD está fazendo aos resultados observados. A teoria da mudança por trás o CCPD foi verificada considerando outros fatores influenciadores.

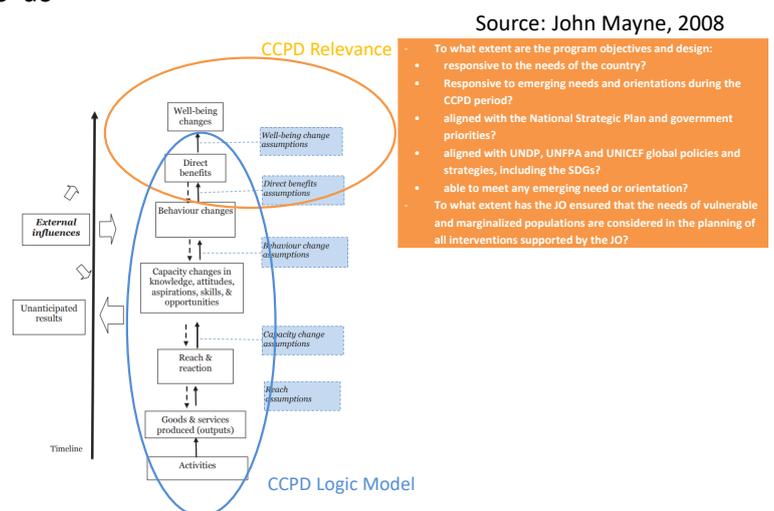
Operacionalização da ToC

Para operacionalizar a ToC, as intervenções foram organizadas pelos resultados do CCPD. As seis etapas propostas no relatório inicial foram aplicadas.

O **primeiro passo** foi compreender e avaliar o caminho de impacto ou o modelo lógico do CCPD para cada resultado. O modelo lógico descreve caminhos causais que mostram as ligações entre a sequência de etapas para passar das atividades ao impacto. Nesta etapa, além da compreensão do modelo lógico, a análise de relevância do CCPD foi realizada de acordo com as questões de avaliação delineadas: até que ponto os objetivos e a conceção do CCPD respondem às necessidades, políticas e prioridades dos beneficiários, globais,

Conducting contribution analysis

- Step 1: Set out the attribution problem to be addressed
- Step 2: Develop a theory of change and risks to it
- Step 3: Gather the existing evidence on the theory of change
- Step 4: Assemble and assess the contribution story, and challenges to it
- Step 5: Seek out additional evidence
- Step 6: Revise and strengthen the contribution story



nacionais e de parceiros/instituições, e continuarão a fazê-lo se as circunstâncias mudarem⁶⁷. No final desta etapa, a equipa de avaliação capturou:

- ✓ Pressupostos e contexto— relacionam-se com os fatores sociais, políticos e económicos existentes no local onde o CCPD está sendo implementado e a influência deles no potencial sucesso do programa. Os pressupostos estabelecidas são baseadas na compreensão completa dos fatores contextuais, bem como teorias e conhecimentos baseados em evidências que podem estar disponíveis a partir de programas semelhantes no mesmo local. A avaliação do impacto da Covid-19 nos resultados do CCPD tem sido fundamental nesta fase.
- ✓ A declaração de problema descreve a natureza e a extensão do problema que precisa ser resolvido por cada um dos resultados do CCPD e quão relevante é o programa.
- ✓ Modelo Lógico: entradas, atividades, produções, resultados, impactos. Identificar as entradas necessárias para a implementação das atividades do programa, descrevendo as próprias atividades e, em seguida, as produções imediatas. Neste sentido, os arquivos da “Matriz de Indicadores de Avaliação Conjunta para Cabo Verde” e os arquivos da “Tabela do Projeto CCPE Cabo Verde” foram contributos fundamentais.

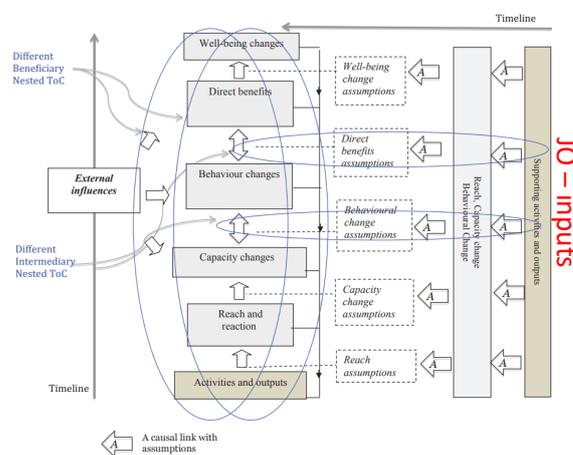
⁶⁷MELHORES CRITÉRIOS PARA UMA MELHOR AVALIAÇÃO Rede OCDE/CAD sobre Avaliação do Desenvolvimento. Janeiro de 2020.

Variáveis-chave ToC^{1º} passo – análise de relevância

- Avaliação das necessidades: necessidades variadas de diversos grupos de partes interessadas antes da programação do CCPD e dos AWP
- A seleção de grupos-alvo para intervenções apoiadas pelo JO nos cinco resultados do programa é consistente com as necessidades identificadas, bem como com as prioridades nacionais no CCPD e nos AWP
- Princípio "Não deixar ninguém para trás", usando dados desagregados para identificar mulheres, crianças, jovens e grupos vulneráveis e abordar barreiras que os impedem de acessar serviços e oportunidades
- Priorizar os grupos populacionais mais vulneráveis e/ou excluídos em intervenções e AWP
- Objetivos e resultados no PEDS 2017–21, Ambição 2030 e planos setoriais - Objetivos e resultados do CCPD
- Resultado do Plano Estratégico do PNUD, UNFPA ou UNICEF - Objetivos e resultados do CCPD
- ToC do PNUD, UNFPA e UNICEF - ToC do CCPD
- Metas e prioridades do UNDAF - Objetivos e resultados do CCPD
- Princípios e política de igualdade de género e empoderamento das mulheres - Objetivos e resultados do CCPD
- Resposta do JO às mudanças de saúde, políticas e sociais causadas pela pandemia da Covid-19
- Adaptação dos objectivos, intervenções e utilização dos fundos tendo em conta a evolução das prioridades nacionais
- Apoio para fazer face à COVID-19 fornecido a mulheres, crianças, jovens e outros grupos vulneráveis.
- As estratégias do JO e AWP - contexto de país pós Covid-19
- Acções do JO — gestão de crises e resposta multisectorial
- Acções do JO - VBG e violência sexual no contexto da crise de saúde
- Acções do JO - Impacto socioeconómico no contexto da crise de saúde
- Acções do JO - serviços de saúde e atividades escolares, entre outras, no contexto da crise de saúde

O segundo passo foi aplicar a ToC,68 avaliação ex-post, por resultado. A Figura ToC1 refere-se a uma teoria genérica de mudança "básica". Mostra apenas um ator a empreender actividades. Mas para intervenções mais complicadas, como o CCPD, ela precisa se envolver e trabalhar com uma variedade de outros intermediários — parceiros de entrega, governos, setor privado, ONGs — e influenciar os seus comportamentos. Para esta avaliação, foi desenvolvida uma sub-teoria da mudança para cada resultado - uma **teoria aninhada da mudança** ou teoria do alcance⁶⁹, adicionando os pressupostos aos vínculos causais no modelo lógico. Somente quando adicionamos os pressupostos aos nexos causais no modelo lógico obtemos uma teoria da mudança. Os

Nested Theories of Change



Source: adapted from J. Mayne

⁶⁸As teorias da mudança são modelos de como a mudança deve acontecer (caso ex ante) ou como a mudança aconteceu (caso ex post). Mayne, 2015

⁶⁹As teorias aninhadas da mudança oferecem uma forma de quebrar uma teoria mais confusa da mudança em algo mais compreensível e prático.

pressupostos donexo causal identificam quais eventos e condições salientes devem ocorrer para cada elo no caminho causal para funcionar conforme o esperado.

A equipa de avaliação analisou, para cada nível chave de intervenções do CCPD, as ligações causais com os pressupostos. Em termos probabilísticos, a equipa utilizou a rubrica de *70 contribuição totalmente-parcialmente-nenhuma*⁷¹ para descrever o nível de adequação do pacote causal da intervenção, significando que, neste caso, o pacote causal provavelmente contribuiu para o resultado observado.

Ao avaliar a **eficácia** do CCPD, foi analisado o grau de controlo que o JO tem ou pode ter sobre os pressupostos donexo causal. Os pressupostos foram rotuladas como [O], sobre as quais o JO tem pouca ou nenhuma influência; [I], onde o JO pode (deve) ter uma influência, direta ou indireta; ou [C], onde o JO deve ser capaz de controlar diretamente. A equipa de avaliação avaliou se a intervenção central é uma causa contributiva desencadeadora e uma causa contributiva **sustentadora** para os resultados.

Variáveis-chave da ToC²² etapa – análise de eficácia e sustentabilidade

EFETIVIDADE

- Desempenho dos indicadores de produções e resultados do CCPD
- Produções diretas resultantes das actividades desenvolvidas pelo JO.
- Grupos-alvo que se destinam a receber os bens e serviços da intervenção do CCPD
- Evidências de mudanças de capacidade no conhecimento, atitudes, habilidades, aspirações e oportunidades daqueles que receberam ou usaram os bens e serviços da intervenção do CCPD.
- Evidência de mudanças comportamentais em práticas reais que ocorrem no grupo de alcance-alvo do CCPD.
- Benefícios diretos ou melhorias no estado dos beneficiários individuais.
- Pressupostos de vínculo causal que identificam eventos salientes e condições necessárias para cada vínculo causal na via de impacto esperada (ToC).
- Relação entre o JO e parceiros nacionais
- Intervenções sobre a capacidade nacional (ambiente individual, organizacional e facilitador) — lacunas setoriais
- Quadros regulamentares no mandato das três agências
- Políticas públicas no mandato das três agências
- Escala de eficácia de género
- Dados desagregados — incluindo sobre RH e GE — nos indicadores de produções e resultados do CCPD
- Existência de diretrizes inovadoras para o planeamento local para abordar as questões prioritárias de RH e Género por Resultado
- Percentagem de resultados do CCPD ligados a mudanças nas normas, valores culturais, estruturas de poder e raízes das desigualdades de género e discriminação

⁷⁰Adaptado de Matt Andrews, 2018 e 2021 (Andrews, M., 2018 . Public Policy Failure: "How Often?" e "O que é o fracasso, afinal?": um estudo do desempenho do projeto do Banco Mundial. Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard e Andrews, M., 2018 . Successful Failure in Public Policy Work. Documento de Trabalho do Corpo Docente do CID Nº 402. Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard)

⁷¹Contribuição total: Inputs mobilizadas, produções e resultados intermediários alcançados e alguns impactos alcançados.

Contribuição parcial: inputs mobilizados, a maioria das produções entregues e alguns resultados intermediários alcançados.

Nenhuma contribuição: mobilização limitada de entradas, realização limitada de produções e nenhuma alteração nos resultados.

- Populações vulneráveis — participação na conceção das atividades nas quais são as beneficiárias pretendidas
- AWP e relatórios anuais de resultados — benefícios entregues a grupos vulneráveis
- Abordagem "não deixar ninguém para trás" (LNOB) — produções e atividades em cada resultado
- Parceiros-chave e beneficiários do JO — percepção das intervenções do JO
- Utilização de sistemas de informação de gestão pelos parceiros
- Relatório Nacional Voluntário dos ODS – atividades do CCPD
- Grupos de trabalho intersectoriais/interministeriais sobre integração de dados — actividades do CCPD

SUSTENTABILIDADE

- Existência de estratégias e mecanismos para a apropriação nacional dos resultados
- Existência de análise ou estratégias para ampliação (nacional)
- Produção e sistematização de boas práticas com potencial de escala
- Apoio financeiro do JO — investimento de recursos de outros doadores (fundações, organizações da sociedade civil, OIs, etc.) em projetos alinhados às áreas programáticas e prioridades do CCPD
- Compromissos políticos e financeiros formais para dar sustentabilidade aos Produtos do Programa Comum (políticas, planos, estudos, sistemas)
- Nível de apoio orçamental aos resultados do CCPD, incluindo políticas públicas e reforço da capacidade (por exemplo, formação recorrente dos recursos humanos públicos)
- Ações de igualdade de género e proteção dos mais vulneráveis pelo Governo
- Conhecimento das atividades de reforço das capacidades do CCPD — programas de formação/desenvolvimento de capacidades executados no âmbito do Programa Comum
- Integração de módulos curriculares de formações em normas / protocolos /sistemas de acreditação nacionais
- Critérios de seleção e avaliação de intervenções de desenvolvimento de capacidades individuais (formações) em diferentes níveis (por exemplo, formuladores de políticas, prestadores de serviços, logística).
- Racional e uso das intervenções de desenvolvimento da capacidade organizacional (assistência técnica)
- Possibilitar intervenções de desenvolvimento de capacidade ambiental (regras, políticas)
- Mulheres e homens participaram e acederam igualmente às oportunidades de formação (percentagem de homens e mulheres como participantes do curso)
- Risco de fatores ambientais (por exemplo, aumento do nível do mar, mudança do padrão de precipitação, tamanho e distribuição das populações biológicas) dificultando os resultados do PCCD

O **próximo passo** (3) foi **reunir evidências** e reunir todo o material prontamente disponível, deixando uma investigação mais exaustiva até mais tarde após as entrevistas, FGD e pesquisa (consulte a descrição da recolha de dados neste documento). A recolha de evidências tem sido um processo iterativo, primeiro reunindo e montando todo o material prontamente disponível, deixando uma investigação mais exaustiva para mais tarde. Evidências para validar a teoria da mudança têm sido necessárias nos três níveis: resultados observados, pressupostos sobre a teoria da mudança e outros fatores de influência. Consulte a secção de recolha de dados do relatório de avaliação.

O (iv) **quarto passo** foi avaliar a história de contribuição por resultado, analisando se a cadeia de resultados é forte e quais são fracas. Um modelo de diagrama de teoria causal da mudança foi projetado pelo resultado para mostrar os caminhos de impacto e os detalhes dos pressupostos de ligação causal da teoria da mudança. O (v) **quinto passo** foi buscar evidências adicionais. A equipa de avaliação utilizou técnicas de triangulação para garantir a qualidade técnica. Por fim, o (vi) **sexto passo** foi revisar e fortalecer o histórico de contribuição, antes de incluí-la no relatório de avaliação.

ToC Reconstruída por Resultados pelo CCPD

Figura 1. Teoria da Mudança Reconstruída – Resultado 1 CCPD

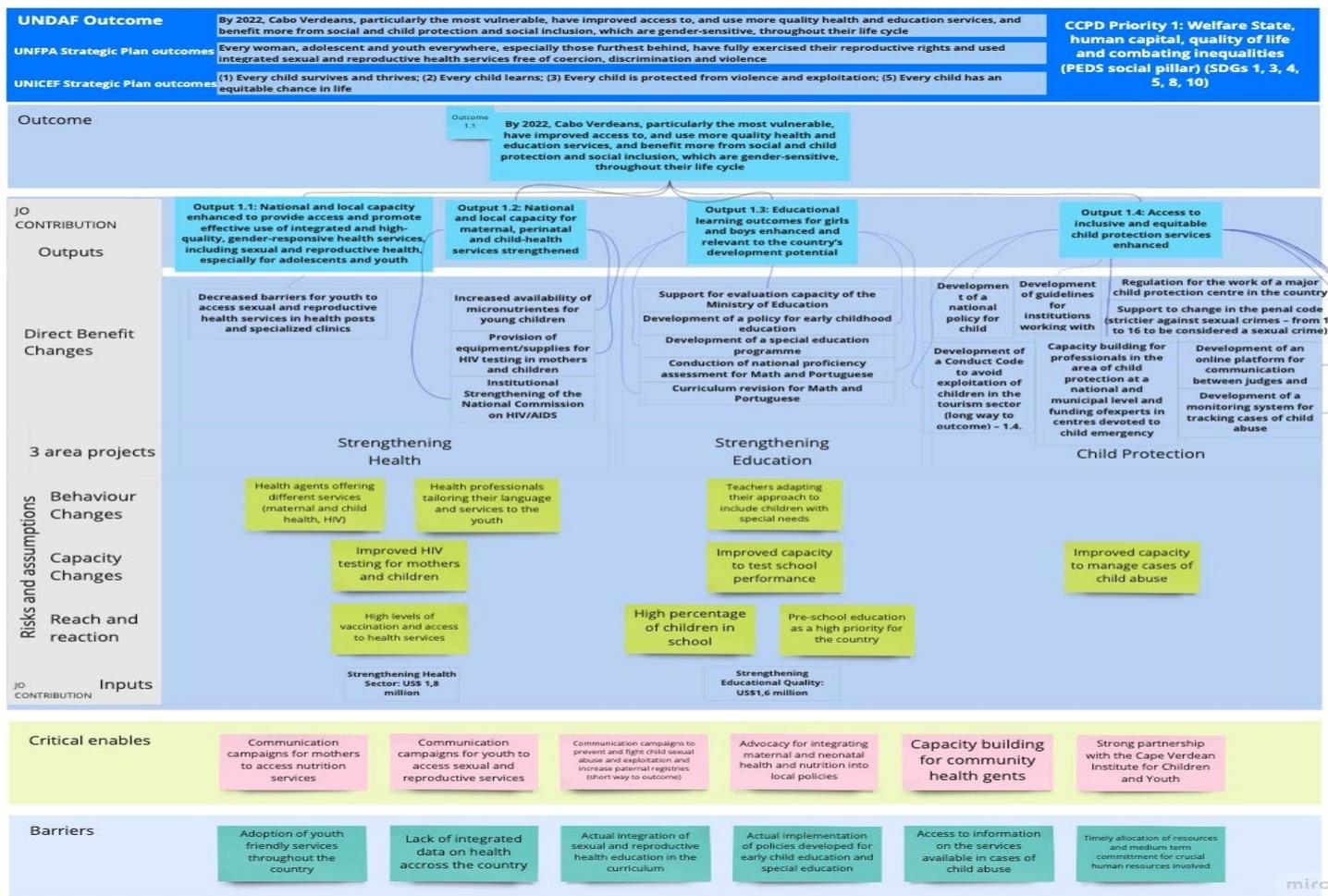
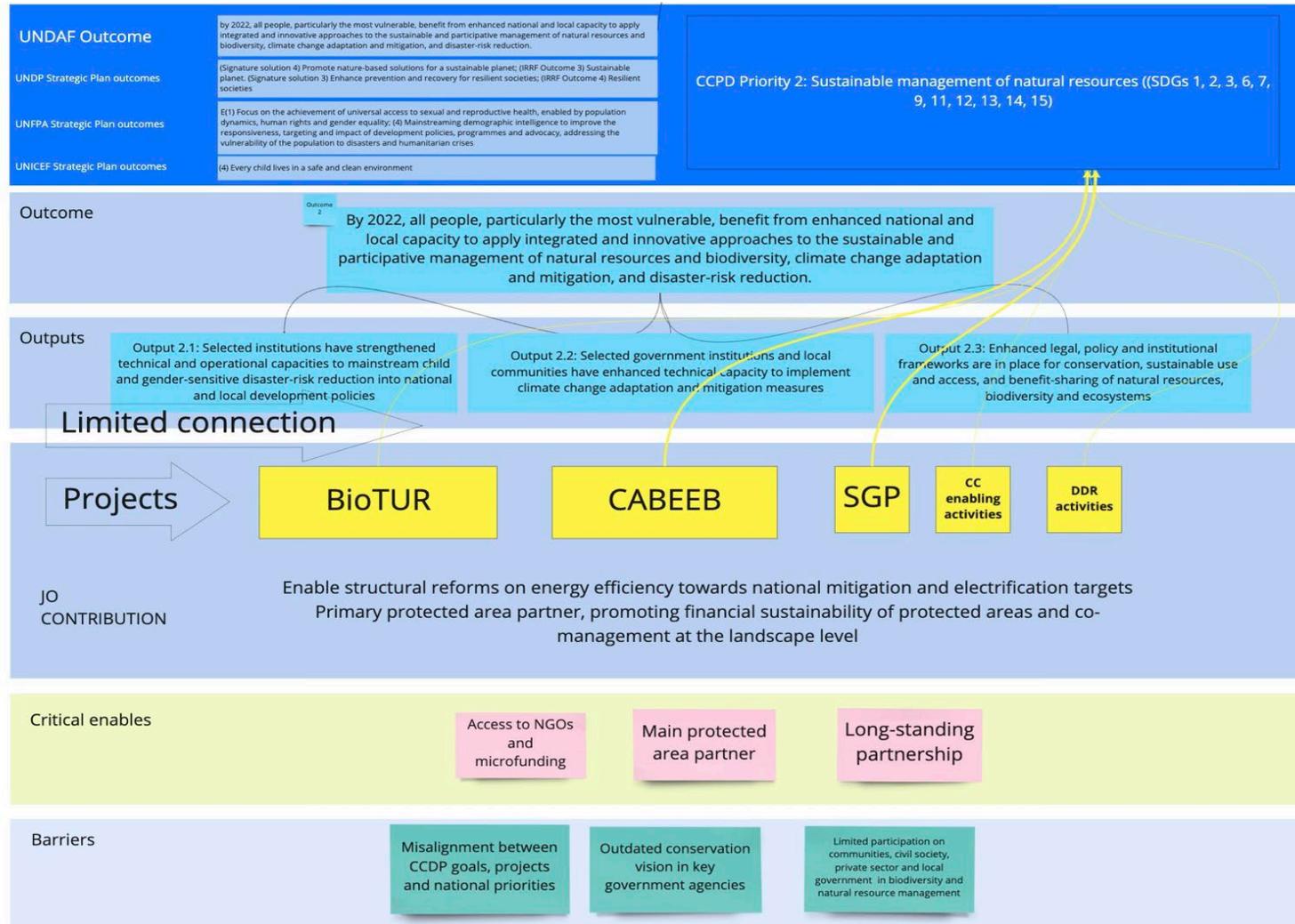


Figura 2. Teoria da Mudança Reconstruída – Resultado 2 CCPD



miro

Figura 3. Teoria da Mudança Reconstruída – Resultado 3 CCPD

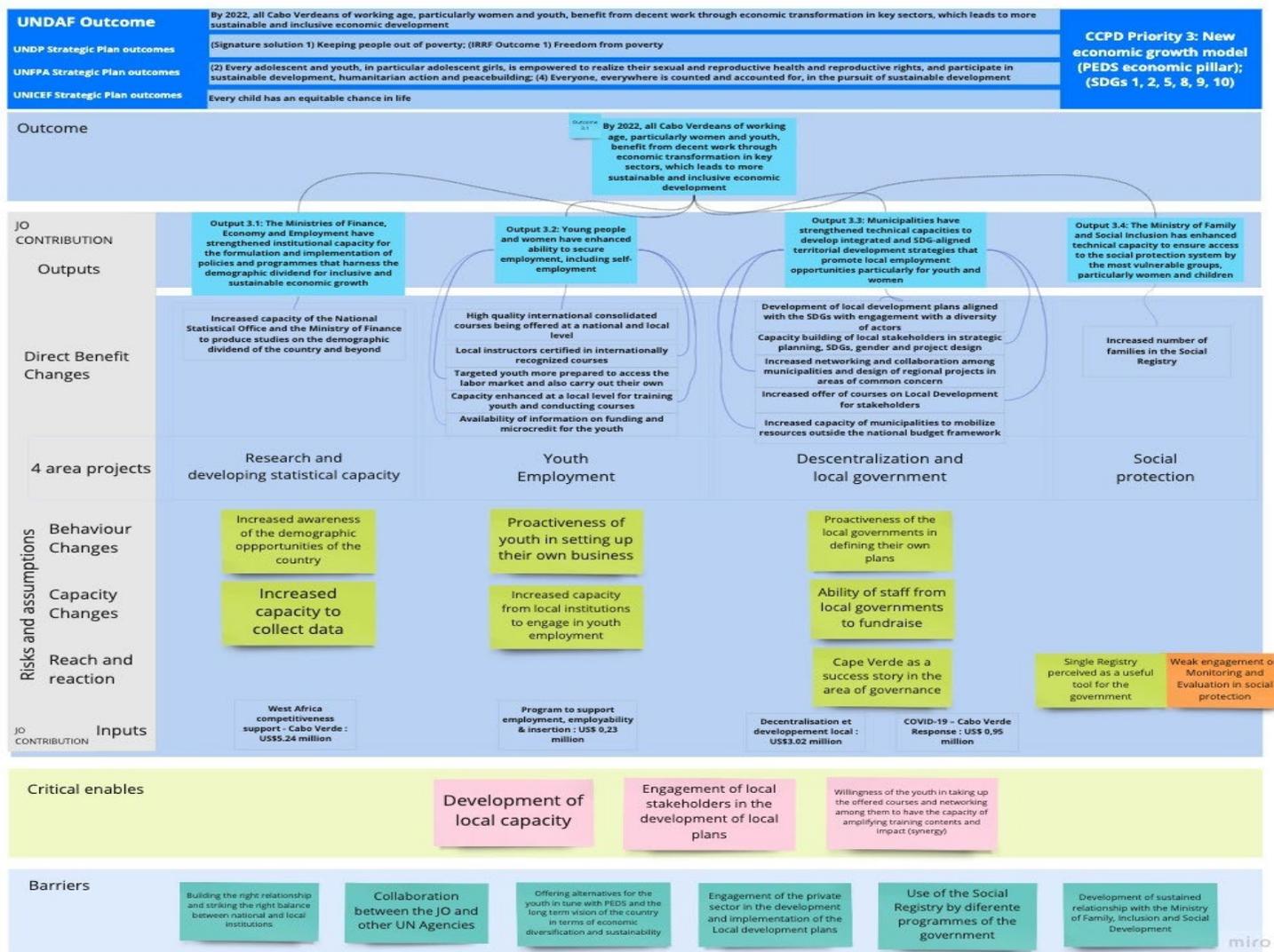
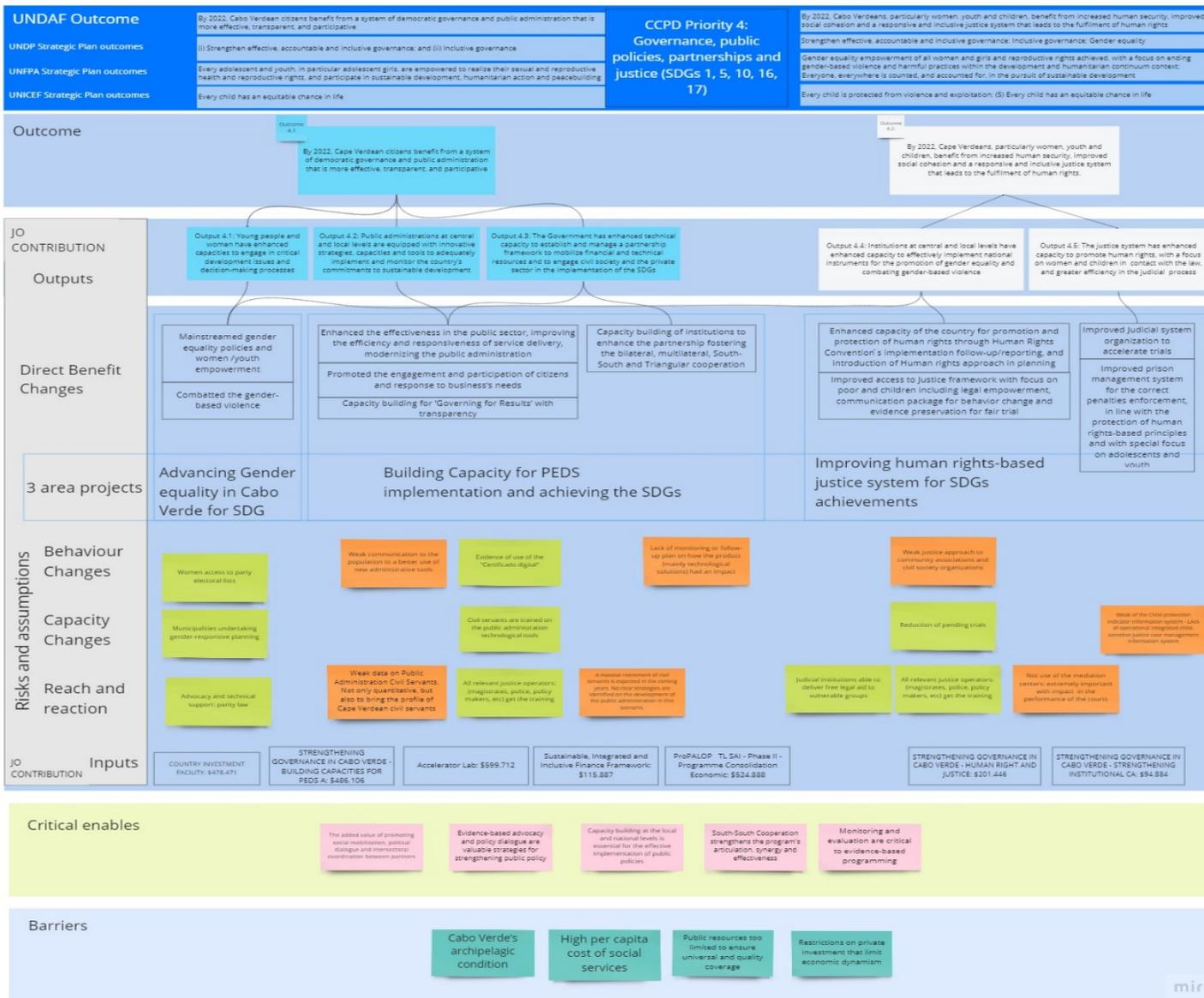


Figura 4. Teoria da Mudança Reconstruída – Resultado 4.1 e 4.2 CCPD



ANEXO 8. ANÁLISE DETALHADA DAS PRODUÇÕES E RESULTADOS

Prioridade 1: Desenvolvimento sustentável do capital humano

Resultado 1: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, melhoraram o acesso e usam serviços de saúde e educação de mais qualidade, e se beneficiam mais da proteção social e infantil e da inclusão social, sensíveis ao género, ao longo de todo o seu ciclo de vida

O primeiro resultado do CCPD aborda os serviços de saúde e educação com foco em crianças, jovens e mulheres. A tabela abaixo apresenta os indicadores de resultado, considerando o ano alvo de 2022 (final do ciclo do CCPD) com as metas e resultados alcançados de acordo com os dados disponíveis. Dois terços dos indicadores não dispõem de dados.

Indicadores de resultados	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Taxa de gravidez na adolescência (15-19 anos)	14%	2022	10%	Não relatado
População com acesso a serviços de cuidados integrados (por género/idade)	0	2022	TBD	Não relatado
Prevalência de anemia em crianças de 0-5 anos (por município)	52,4%	2022	39%	Em andamento: 48% (IMEP, 2020)
Taxa de acesso à educação pré-escolar (por género/urbano/rural)	85%	2022	100%	Não relatado
Porcentagem de crianças com resultados de aprendizagem satisfatórios em matemática e português no final do ensino primário	Linha de base: 34,8% (matemática), 30,2% (português)	2022	66%	Em andamento: 61,6% para o português e 2,85% para a matemática (MEC, 2019, desempenho médio em português)
Número de crianças em risco de exclusão atingido pelo sistema de proteção infantil (incluindo instituições públicas e ONG)	2.800	2022	3.600	Não relatado

Quando se trata da **Taxa de Gravidez na Adolescência**, os últimos dados oficiais disponíveis são da Pesquisa Demográfica de Saúde realizada no país em 2018 (primeiro ano do CCPD), para a qual a taxa de gravidez na adolescência foi de 12%. A fonte de dados para a linha de base não foi identificada. Neste caso, pouco pode ser dito sobre o progresso neste indicador. No entanto, tem havido um trabalho relevante para ajudar a fornecer serviços de saúde favoráveis aos jovens, que serão discutidos posteriormente.

No caso da **população com acesso a serviços integrados de assistência**, não há dados disponíveis e não foi identificado um alvo na conceção do CCPD. Tem havido um trabalho de ampliação do acesso à saúde em geral e saúde reprodutiva em particular e fortalecimento das bases de dados de saúde, mas a integração dos serviços de cuidados pressupõe uma modalidade de trabalho que torna os serviços abrangentes em determinada área e que fornece um ponto comum de referência para o paciente. Refere-se mais ao modelo de um determinado sistema e não foram identificados trabalhos específicos nesta área.

No caso de **anemia em crianças de 0-5 anos de idade**, foram identificados progressos. A linha de base foi de 52,4% e os dados disponíveis para 2020 foram de 48%. Na verdade, a avaliação identificou um apoio significativo da UNICEF na compra e distribuição de micronutrientes para crianças e na realização de campanhas de comunicação para incentivar seu uso, o que é reconhecido pelo governo. A desnutrição infantil é um problema de saúde significativo no país, como tem sido discutido na seção de contexto.

O acesso à educação pré-escolar no país é uma prioridade de alto nível para o país e o CCPD apoiou fortemente o governo nessa direção. Há evidências de trabalho e resultados no nível de produções que serão discutidas posteriormente, mas informações limitadas sobre o progresso no nível de resultado, uma vez que não há informações disponíveis sobre a taxa de acesso à educação pré-escolar (por sexo/urbano/rural).

Melhorar a **qualidade da educação** é também uma prioridade de alto nível para Cabo Verde na área da educação. O JO ajudou a revisar o currículo de Matemática e Português e implementar a avaliação no país. Ao nível do resultado, identificou-se que esta meta está em curso. No entanto, esses dados precisam ser analisados com cautela, pois as diferenças com a linha de base são grandes e a fonte da linha de base não pôde ser identificada para garantir que a comparação correta estivesse sendo feita. A linha de base para o desempenho das crianças foi de 34,8% para matemática e 30,2% para o português. O relatório do Ministério da Educação de 2019 mostra uma taxa de desempenho (desempenho esperado para o seu nível de educação) de 70,8% para os alunos do 6º ano para a capacidade de leitura, 34,3% para o conhecimento sobre como a linguagem funciona e 80,5% para a capacidade de escrita (média de 61,6%). No caso da Matemática, as crianças tiveram mais dificuldades e tiveram um desempenho muito ruim: 1,4% das crianças demonstraram capacidade de lidar com números e operações, 5,6% com proporcionalidade direta, 2% com estatística e 2,4% com Geometria (média de 2,85%). Esses números mostram a urgência e a relevância dos esforços na melhoria da educação no país.

Em termos de **número de crianças atingidas pelo sistema de proteção infantil**, não há dados disponíveis para relatar. Existe uma relação muito estreita entre o JO e o Instituto para a Proteção da Criança e do Adolescente no país e um registo das produções entregues, no entanto, a falta de dados limita outros comentários ao nível dos resultados.

Produção 1.1: Capacidade nacional e local reforçada para fornecer acesso e promover o uso eficaz de serviços de saúde integrados e de alta qualidade, sensíveis ao género, incluindo saúde sexual e reprodutiva, especialmente para adolescentes e jovens.

Indicadores de produção	de Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de estabelecimentos de saúde que oferecem serviços de saúde integrados para adolescentes	3	2022	11	Em andamento: 3 (IMEP, 2019)
Número de delegações de saúde distritais que integraram intervenções de saúde de adolescentes nos planos de saúde locais	3	2022	11	Em andamento: 9 (IMEP, 2019)

Esta produção foi muito afetada pela pandemia da COVID-19. Baseou-se no Programa Nacional de Saúde do Adolescente e da Juventude (2018–2020) e em estreita aliança com o Ministério da Saúde e a Organização da Sociedade Civil Verdefam. Houve um piloto em 2018 onde a Verdefam apoiou com a criação e disponibilização de um serviço e espaço dedicado aos adolescentes na área da saúde sexual e reprodutiva. Posteriormente, foi assinado um convénio entre o Ministério da Saúde e os municípios e três Municípios aderentes aos serviços de saúde favoráveis ao adolescente: Ribeira Grande em Santo Antão e São Filipe e Mosteiros no Fogo beneficiando cerca de 6.500 adolescentes entre 12 e 19 anos por ano. No entanto, com a pandemia em 2020, o foco se transformou para garantir a vacinação e a continuidade dos serviços básicos de saúde (ver seção sobre o trabalho do JO durante a pandemia). Neste caso, a meta de **número de estabelecimentos de saúde que prestam serviços de saúde integrados para adolescentes** não foi alcançada, mas está em andamento. O número de **delegações distritais de saúde que integraram as intervenções de saúde do adolescente** nos planos de saúde locais é mais avançado, com 9 dos 11 distritos da meta sendo beneficiados. Foram elaborados protocolos no âmbito do CCPD para ajudar a integrar os jovens nos postos de saúde.

Produção 1.2: Capacidade nacional e local para serviços de saúde materna, perinatal e infantil fortalecida

Indicadores de produção	de Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de delegações de saúde distritais que prestam cuidados a crianças com micronutrientes múltiplos em pó	10	2022	22	In progress: 9 (IMEP, 2019)
Porcentagem de delegações distritais de saúde com pelo menos uma infraestrutura que integre o desenvolvimento da primeira infância nos seus serviços de	0	2022	30%	Não relatado

monitorização do desenvolvimento infantil com serviços de nutrição como ponto de entrada				
--	--	--	--	--

Na produção 1.2, o progresso também foi afetado pela pandemia. Embora os dados concretos mostrem que apenas 9 dos 22 municípios conseguiram fornecer às crianças vários micronutrientes em pó e não haja dados para a percentagem de delegações distritais de saúde com pelo menos uma infraestrutura que integra o desenvolvimento infantil precoce, o trabalho está em andamento, conforme relatado por diferentes entrevistados. **A saúde materna e neonatal e a nutrição foram integradas aos planos anuais dos municípios.** Na área de Desenvolvimento da Primeira Infância, a integração da saúde e da educação está ocorrendo por meio dos agentes comunitários de saúde, por exemplo, na promoção do aleitamento materno. O UNICEF promoveu a formação dos agentes de saúde a este respeito e questões intersetoriais.

Outro avanço importante nessa frente tem sido a integração da testagem e **prevenção do HIV à transmissão vertical nos serviços de saúde reprodutiva.** Na verdade, o país está prometendo o Certificado de Eliminação da Transmissão Vertical com o apoio do UNICEF. A UNICEF auxiliou no teste de HIV (carga viral e CD4 e também o equipamento para diagnóstico precoce em crianças). Na área da nutrição, o UNICEF também apoiou os Bancos de Leite no país e o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de HIV/AIDS. Além disso, o JO apoiou a elaboração do Plano Nacional para o VIH.

Na área da saúde, o UNICEF também tem auxiliado com campanhas de comunicação para vacinação no país enquanto o UNICEF e o UNFPA têm apoiado com o **sistema de informação sobre nutrição, crianças e jovens, com alguns avanços, mas também muitos desafios.** Os dados não estão integrados entre os municípios, o que os torna imprecisos à medida que as famílias se deslocam entre as ilhas.

Produção 1.3: Resultados de aprendizagem educacional para meninas e rapazes aprimorados e relevantes para o potencial de desenvolvimento do país

Indicadores de produção	de	Linha de base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Existência de um programa integrado de educação infantil funcional	0		2022	1	Meta atingida: 1 (Entrevistas)
Número de adolescentes atingidos por um programa abrangente de educação em sexualidade alinhado com os padrões internacionais	0		2022	40.000	Não alcançado: 225 (Relatório UNFPA 2020)
Existência de um programa abrangente de educação especial	0		2022	1	Meta atingida: 1 (Entrevistas)

No caso da produção 1.3, foram feitos progressos importantes em termos do apoio do **UNICEF para ajudar o governo a desenvolver uma política para a educação infantil e um programa de educação especial**. O JO contribuiu para colmatar uma lacuna em matéria de orientação e regulamentação em ambos os domínios. A universalização da pré-escola é uma meta do Governo. Há dois ministérios que trabalham juntos para esse fim: o Ministério da Educação e o Ministério da Família e da Inclusão Social. O JO ajudou a desenvolver uma política para a educação infantil e também deu apoio à formação de professores em educação pré-escolar e especial e na aquisição de materiais didáticos. O UNICEF é um parceiro especialmente reconhecido na área da educação, não apenas pelo governo, mas também por outros parceiros do país. Há um grupo de parceiros na educação em Cabo Verde em que o UNICEF tem um papel de liderança e, mais especificamente, na área da educação inclusiva.

No que diz respeito à **educação sexual abrangente, foram feitos menos progressos**. Um Guia Inicial de Orientação Sexual nas Escolas foi elaborado com o auxílio do UNFPA e o tema foi incorporado no currículo de questões transversais no país (habilidades especiais). No entanto, embora o tema seja reconhecido pelo governo como importante, houve instabilidade na agenda e um número muito limitado de jovens foi beneficiado pela educação nessa área. Esta agenda também foi retomada por Organizações da Sociedade Civil em parceria com o JO e o Ministério da Saúde.

Produção 1.4: Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos aprimorados

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Existência de uma política nacional de proteção à criança alinhada à convenção dos direitos da criança	0	2022	1	Meta atingida: 1 (entrevistas, IMEP, 2020)
Existência de um sistema integrado de informação e monitorização da protecção das crianças	0	2022	1	Meta atingida: 1 (Relatório UNFPA 2020)
Uma comunicação nacional com várias partes interessadas para a estratégia de desenvolvimento para prevenir e combater o abuso e a exploração sexual infantil é projetada e implementada	0	2022	1	Meta atingida: 1 (IMEP, 2020, entrevistas)

No domínio da protecção da criança, foram realizados progressos importantes em todos os três objectivos: existência de uma política nacional de protecção da criança alinhada com a Convenção sobre os Direitos da Criança, existência de um sistema integrado de informação e acompanhamento da protecção da criança e uma estratégia nacional de comunicação multilateral para prevenir e combater o abuso e a exploração sexual de crianças. O UNICEF ajudou a conceber a **Política e o Plano de Protecção da Criança (2021–2023)** que está em discussão para ser aprovada. Também ajudou com a contratação de

especialistas e psicólogos em várias ilhas para trabalhar nos centros de emergência infantil. Além disso, o UNICEF ajudou a avaliar o Plano Nacional de Combate ao Abuso Sexual contra crianças em Cabo Verde. Quanto ao sistema de gestão, ele foi projetado para ajudar a gerir e acompanhar os casos de abuso infantil. À medida que a avaliação era realizada, estava a ser desenvolvido um sistema integrado de informação.

O UNICEF também ajudou a fortalecer o Instituto de Proteção para Crianças e Adolescentes através da revisão de seu Plano de Carreira, fornecimento de especialistas e várias atividades de formação. Eles são um parceiro muito próximo do UNICEF. Em termos de comunicação, várias campanhas de sensibilização têm ocorrido. O UNICEF também apoiou a aprovação do estatuto do **Centro da Sociedade Civil para a proteção das crianças** e trabalhou para fortalecer os Conselhos Municipais para trabalhar com os direitos das crianças. Também ajudou a elaborar um **Código de Conduta para evitar a exploração de crianças no sector do turismo**. Agora, tanto a UNICEF quanto o Instituto de Proteção a Crianças e Adolescentes estão trabalhando para elaborar diretrizes específicas e monitorizar os alunos para verificar se os direitos das crianças estão sendo respeitados.

O UNICEF promoveu atividades de capacitação para 100 profissionais da área de justiça e criou um site para uma interação mais próxima dos juízes com suas regiões. Eles também apoiaram a polícia judiciária a fortalecer seus laboratórios para adquirir testes para confirmar a paternidade de crianças sem o nome do pai em suas certidões de nascimento. O UNICEF ajudou com campanhas para que os pais registrassem seus filhos (cerca de 1054 crianças tiveram seus pais incluídos em seu registo com a assistência da UNICEF) em parceria com o Ministério Público. No que se refere ao quadro jurídico, **foi introduzida uma alteração no código penal relativo aos crimes sexuais contra crianças**. O UNICEF apoiou uma consultoria para elaborar um ante-projeto que foi aprovado pelo governo. A nova legislação é mais severa (a idade máxima da vítima passou de 14 para 16 anos para ser considerada crime sexual).

O quadro lógico identifica a contribuição do JO para cada produção, os facilitadores críticos, os desafios, riscos e pressupostos envolvidos. As linhas retas identificam se a contribuição é mais direta a curto prazo para a realização da produção e a linha pontilhada indica uma relação que é mais a longo prazo para alcançar a produção esperada.

Prioridade 2: Gestão sustentável dos recursos naturais

Resultado 2: Até 2022, todas as pessoas, particularmente as mais vulneráveis, se beneficiarão de uma capacidade nacional e local aprimorada para aplicar abordagens integradas e inovadoras à gestão sustentável e participativa dos recursos naturais e da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas e redução do risco de desastres.

Indicadores de resultados	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Proporção de municípios que incorporam e implementam princípios de desenvolvimento urbano sustentável no processo de planeamento	1	2022	5	20 PEMDS implementados

Percentagem de municípios selecionados que integram resiliência e capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e desastres naturais em suas estratégias de desenvolvimento	0%	2022	50%	Workshops sobre recuperação resiliente incluíram 20 municípios
Taxa de integração das energias renováveis na produção de electricidade	20%	2022	24%	Não implementado

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

O Resultado 2 foi originalmente orçado em USD 14,3 milhões para realizar três produções que trariam as metas pretendidas (tabela 1), das quais o Escritório comum mobilizou um total de USD 6,9 milhões (48%) e USD 4,6 milhões desembolsados (67% do financiamento mobilizado) até agosto de 2021. Dois projetos financiados pelo GEF levaram a maioria do portfólio sobre áreas protegidas e eficiência energética: Integração da Conservação da Biodiversidade no Setor de Turismo em Sinergia com um Sistema de Áreas Protegidas Mais Reforçado em Cabo Verde (BioTUR) e Projeto de Eficiência Energética de Eletrodomésticos e Edifícios de Cabo Verde (CABEEP). Estes dois projectos representam 83% e 85% do orçamento e das despesas do portfólio do ambiente e 21% e 20% do orçamento e das despesas do CCPD.

O portfólio ambiental alcançou alguns resultados críticos em questões de eficiência energética e estrutura jurídica na gestão de áreas protegidas, potencialmente levando a impactos significativos e contribuições para metas nacionais e ODS.

No entanto, estes desfechos não são, nem podem ser, refletidos nas metas de resultados do CCPD devido ao desalinhamento entre projetos (atividades), produções e resultados (Tabela 1). A cadeia de resultados ambientais está incompleta e não está logicamente conectada. Além disso, o espírito do Escritório comum está perdido no portfólio ambiental, inteiramente gerido pelo PNUD, com apenas as ligações mais ténues com as outras duas agências: a UNICEF planeou cobrir duas metas relacionadas com o WASH, mas apenas implementou medidas relacionadas com a resposta à COVID-19 para melhorar a higiene escolar fora do orçamento do CCPD. Para a meta de resultado de energia renovável, a linha de base e as metas não são apoiadas por evidências: a participação renovável atual (2020) na geração de eletricidade é de 18,4%, com o governo almejando 30% até 2025. Nenhum projecto de Escritório comum, actual ou passado, contribuiu para aumentar a quota de energias renováveis na produção de electricidade.

O "log frame" do CCP para o Resultado 2 tem um foco municipal evidente. Em contrapartida, os dois principais projetos do desfecho visaram mudanças sistémicas a nível nacional com implementação a nível de áreas protegidas, para o BioTUR, que não se enquadram na jurisdição dos governos municipais. O projeto CABEEP apoiou rótulos de eficiência para eletrodomésticos, e as medidas de eficiência introduzidas no código de construção são uma etapa extraordinária que apoia as metas nacionais de mitigação. No entanto, o seu verdadeiro sucesso ainda não está demonstrado, uma vez que os governos locais (municípios) devem aplicar o código. Os municípios já foram negligentes na implementação do antigo código e de outras responsabilidades ambientais, como a gestão de resíduos. O sólido foco municipal dos quarto resultados do CCPD ofereceu uma oportunidade para ganhos reais em desenvolvimentos

ambientais que o Escritório comum, especialmente o PNUD, não explorou. Assim, o projeto luxemburguês *Fond de Decentralisation*, associado ao resultado 3 do CCPD, centra-se na melhoria dos serviços sociais municipais. Embora o projeto apoie os planos municipais estratégicos de desenvolvimento sustentável, que incorporam as responsabilidades municipais de gestão de resíduos sólidos e áreas verdes, não há evidências de quaisquer melhorias resultantes na gestão de resíduos ou tratamento de água, que permanecem questões não resolvidas em todo o arquipélago.

Além disso, os municípios não estão ou estão apenas marginalmente envolvidos nas principais questões ambientais, como a biodiversidade e a gestão das pescas ou as energias renováveis (ODS e metas PEDS). Os seminários realizados no âmbito do projeto Reforço das Capacidades de Recuperação Resiliente são relatados pelo Escritório Comum como tendo aprovado procedimentos de recuperação resiliente. No entanto, esses workshops não conseguiram aumentar a preparação ou as capacidades de redução do risco de desastres, mas significativamente. As capacidades de gestão de risco de desastres são objeto de um projeto do Banco Mundial de 10 milhões de dólares que começou a ser implementado em 2019, cujo diagnóstico de base conclui que a falta de procedimentos e responsabilidades claros impede uma resposta sistemática e abrangente ao risco de desastres.

Produção 2.1: As instituições selecionadas fortaleceram as capacidades técnicas e operacionais para integrar a redução do risco de desastres sensível à criança e ao género nas políticas de desenvolvimento nacionais e locais

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Percentagem de instituições nacionais selecionadas que integram a redução do risco nas suas políticas, estratégias e orçamentos numa perspetiva de género	4%	2022	50%	Não relatado
Percentagem de municípios que integram informações de risco sensíveis à criança e ao género, incluindo risco climático nos planos, estratégias e orçamentos	14%	2022	50%	Não relatado
Existência de uma estratégia integrada para redução de risco e vulnerabilidade através de água, saneamento e higiene nas escolas	0	2022	1	Não relatado

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

As instituições nacionais seleccionadas não estão definidas no primeiro objectivo de produção, mas é provável que os municípios sejam aqui referidos, tornando os dois primeiros indicadores idênticos. As atividades do PNUD na redução do risco de desastres foram enquadradas na Fase II de Capacidades de Construção para Recuperação Resiliente e, supostamente, os governos municipais e a Proteção Civil revisaram e aprovaram mecanismos institucionais para recuperação, incluindo diretrizes da PDNA. No entanto, as capacidades de redução do risco de catástrofes ou de recuperação resiliente a nível municipal ou nacional não foram significativamente aumentadas

e é necessária mais assistência em formação, equipamento e procedimentos. As atividades do UNICEF WASH (terceiros alvos) não foram implementadas.

Produção 2.2: Instituições governamentais selecionadas e comunidades locais aumentaram a capacidade técnica para implementar medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de municípios que adotam práticas sensíveis ao género e inteligentes em termos climáticos para a utilização sustentável dos recursos hídricos em programas apoiados pelo Escritório Comum	0	2022	5	Não relatado
Número de municípios que aplicam obrigatoriamente o novo código de eficiência energética	0	2022	5	A CABEEP resultou na aprovação do código municipal, abrangendo todos os 22 municípios. Ainda a ser aplicado.

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

O Escritório comum não implementou nenhum projeto de apoio aos municípios para adotar práticas sensíveis ao género e inteligentes em relação ao clima para o uso sustentável dos recursos hídricos dentro deste CCPD. O Escritório comum apoiou o desenvolvimento de planos municipais de desenvolvimento estratégico (PEDM), mas estes não incluíram práticas inteligentes em relação ao clima.

O projeto CABEEPCABEEP, que resultou na adoção de um novo código de construção com medidas de eficiência e rotulagem de eficiência para eletrodomésticos, é o maior sucesso deste resultado e uma contribuição significativa para as metas nacionais de Cabo Verde.

Produção 2.3: Estruturas jurídicas, políticas e institucionais aprimoradas estão em vigor para conservação, uso sustentável e acesso e partilha de benefícios de recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de quadros de políticas institucionais em vigor para a conservação, a utilização sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e os ecossistemas	0	2022	3	Não relatado
Número de áreas terrestres e marinhas de importância global que possuem instrumentos de gestão em vigor para conservação, uso sustentável e valorização da biodiversidade e ecossistema	17	2022	28	Preparação de ferramentas de gestão para mais 8 áreas protegidas, aumentando a cobertura de AP em 205.424,01 ha
Percentagem de operadores turísticos operando em zonas protegidas em	0%	2022	80%	Estudo que propõe modalidades para a implementação da certificação

conformidade com as normas nacionais para o turismo sustentável				de turismo sustentável em empreendimentos turísticos
---	--	--	--	--

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

A BioTUR identificou oito novas áreas protegidas potenciais, marinhas e terrestres e produziu estudos sobre modelos de gestão de áreas protegidas. No entanto, não foram elaborados planos de gestão das áreas protegidas para as áreas recentemente identificadas. Mais importante ainda, a implementação ou aplicação dos inúmeros planos de gestão de áreas protegidas e estratégias de sustentabilidade financeira produzidos com o apoio de projetos anteriores implementados pelo PNUD tem sido praticamente nula, e a maioria das áreas protegidas em Cabo Verde são parques de papel, exceto aqueles onde ONGs locais e internacionais estão envolvidas com comunidades e operadores turísticos, sem qualquer ligação direta com o BioTUR.

É muito improvável que o objectivo de ter 80% de operadores turísticos certificados seja alcançado. Juntamente com o Instituto de Propriedade Intelectual e Gestão da Qualidade (IGQPI), o projeto produziu um estudo propondo modalidades para a implementação da certificação de turismo sustentável em empreendimentos turísticos. No entanto, mesmo que seja lançado, é pouco provável que a maioria dos operadores turísticos o adopte, uma vez que não oferece qualquer valor acrescentado adicional para o turista. Já estão a decorrer experiências de estadia em casa, guias comunitários e turismo baseado na natureza, ligadas a áreas protegidas através do trabalho de ONG locais e internacionais, envolvendo-se diretamente com operadores turísticos.

Prioridade 3: Transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo

Resultado 3: Até 2022, todos os cabo-verdianos em idade ativa, particularmente mulheres e jovens, beneficiam o trabalho digno através da transformação económica em setores-chave, levando a um desenvolvimento económico mais sustentável e inclusivo.

Indicadores de resultados	de Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de unidades de produção informais por sector de actividade, género e idade do proprietário	33.228 (total) (Mulheres: 20.767; Homens: 12.460)	2022	redução em 15.000 unidades de produção informais	Não alcançado: 33227 (IMEP, 2020)
Taxa de desemprego (superior a 15 anos) por sexo/idade/área de residência	15% (Mulheres: 17,4%; Homens: 12,9%)	2022	8,8%	Meta Não Atingida: 19% (IMEP, 2020)
Proporção de postos de trabalho em sectores seleccionados do total de postos de trabalho	19,7% (agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca), 9,9% (indústria), 7,8%	2022	TBD	Não relatado

No nível do resultado 3, nenhuma das metas foi alcançada. No entanto, é preciso considerar o alto impacto da COVID-19 sobre a economia e o mercado de trabalho do país. A nível das produções, registaram-se mais progressos. Isso será discutido mais detalhadamente no final da seção com uma exploração do Modelo Lógico nesta área. O número de unidades de produção informais manteve-se estável, a taxa de desemprego subiu para 19% e, para a proporção de empregos em sectores seleccionados, não existem dados disponíveis. Os recursos para o programa de Emprego dos Jovens financiados pelo Governo do Luxemburgo foram reprogramados para ajudar a combater a crise da COVID-19 (ver mais na secção sobre a COVID-19 em termos de transferências de dinheiro e benefícios pagos pelo PNUD).

No âmbito deste resultado, o projecto "PROJECTO DE APOIO À COMPETITIVIDADE NA ÁFRICA OCIDENTAL" foi também incluído, no entanto, após solicitação do Governo no contexto da crise pandémica, foi reprogramado para responder às necessidades emergentes do País. Os recursos foram direccionados para apoiar os trabalhadores informais e as MPME através do Financiamento de um Regime de Rendimento Solidário. Consulte a secção sobre Relevância para ações relacionadas com a COVID-19. Não foram comunicados resultados no âmbito inicial do projecto.

Produção 3.1: Os Ministérios das Finanças, Economia e Emprego fortaleceram a capacidade institucional para a formulação e implementação de políticas e programas que aproveitam o dividendo demográfico para o crescimento económico inclusivo e sustentável

Indicadores de produção	de	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Até que ponto os programas sectoriais relacionados com a promoção do crescimento económico são favoráveis aos pobres, sensíveis ao género e à idade	1		2022	4	Em andamento: 3 (IMEP, 2020)
Número de análises das implicações do dividendo demográfico elaborado e utilizado na formulação de políticas públicas	1		2022	3	Em andamento: 2 (IMEP, 2018)
Número de análises de pobreza infantil elaboradas e utilizadas na formulação de políticas públicas	0		2022	2	Em andamento: 1 (IMEP, 2020)

Na produção 3.1, uma contribuição clara do JO pode ser identificada em conjunto entre o PNUD e o UNFPA. O JO tem contribuído para desenvolver capacidades e apoiar o Serviço Nacional de Estatística e o

Ministério das Finanças na produção de vários estudos sobre o dividendo demográfico do país. Incluem: 1) Plano Nacional para o Emprego dos Jovens; 2) Plano Nacional para o Emprego e 3) Plano Nacional de Desenvolvimento. Além disso, tem ajudado a fomentar o Fórum Ambição 2030 com a participação de jovens no país. De acordo com os relatórios do PNUD, o JO também ajudou a incorporar as dimensões da equidade através de programas sectoriais (3 numa meta de 4) e fomentou a análise da pobreza infantil para incluir na elaboração de políticas públicas. No entanto, pela falta de dados, não foi possível triangular esses dois itens e pouco se pode dizer a esse respeito do ponto de vista da avaliação.

O JO contribuiu para a **capacitação do Serviço Nacional de Estatística** e também do Ministério da Educação, Saúde e Emprego, que também produz dados no país. O foco foi no perfil socioeconómico dos jovens e na qualidade dos dados produzidos para auxiliar na tomada de decisão. O JO no ciclo anterior contribuiu para dois estudos marcantes: Perfil da Juventude e Perfil das Associações. Estes dois estudos foram muito influentes para ajudar a criar o Instituto Nacional da Juventude no País, que está engajado no Programa de Emprego Jovem e outras iniciativas (por exemplo, Youth Connect Cabo Verde).

Produção 3.2: Os jovens e as mulheres têm maior capacidade de garantir emprego, incluindo o auto-emprego

Indicadores de produção	de Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Número de jovens e mulheres que concluem com sucesso cursos de formação técnica e profissional	1.050	2022	1.500 (jovens: 525; mulheres: 975)	Meta Alcançada: 5256 (IMEP, 2020)
Porcentagem de jovens beneficiários e de mulheres em programas de emprego e empreendedorismo integrados no mercado de trabalho no prazo de três anos	60% (40% jovens; 20% mulheres)	2022	75% (50% jovens; 25% mulheres)	Não alcançado: 52% (IMEP, 2020)

Esta produção foi desenvolvida no âmbito da iniciativa Emprego Jovem, realizada em parceria com a Organização Internacional do Trabalho em Cabo Verde e com o apoio financeiro do governo luxemburguês. O foco do JO através do PNUD foi a educação financeira, a elaboração de projetos e a liderança. A juventude também foi orientada sobre como acessar o crédito. As oportunidades de microfinanciamento foram mapeadas para os jovens num Manual de Microfinanças disponível em formato impresso e online. No domínio do microfinanciamento, existe também o reforço das capacidades das instituições bancárias e a assistência à criação de produtos financeiros para os jovens. Esta é a segunda fase da iniciativa.

O objetivo dos jovens que participam nos cursos de formação profissional foi cumprido e o projeto foi

bem-sucedido em adaptar o curso ao modo online e ir além do objetivo. Mesmo assim, os participantes declararam sua preferência pelos cursos presenciais, não havendo alternativa no auge da pandemia. Este projeto não só abordou a formação dos jovens, como também lançou um **desafio de arranque a nível nacional** e financiou empresas promissoras de juventude durante um ano.

Em termos de **colocação dos jovens no mercado de trabalho**, o projeto não atingiu o seu objetivo completo, no entanto, o contexto da COVID-19 tem de ser considerado. Cerca de 1000 jovens foram colocados no mercado de trabalho. O projeto ajudou a criar centros de formação locais nos municípios (as Antenas) com o apoio de instituições locais. Esse modelo foi bem-sucedido em envolver os atores locais e ajudar com a sustentabilidade, no entanto, há pontos de vista controversos sobre se esse foi o melhor modelo a ser adotado. O país está em processo de descentralização de seu trabalho, mas há visões das instituições centrais quanto a termos de maior participação em projetos como esses. Isto tem de ser reflectido em iniciativas futuras.

Um importante valor agregado deste projeto foi a **metodologia da OIT**, que contribuiu para a capacitação do governo em cursos certificados globalmente. Os cursos aplicados tinham um historial de sucesso noutros países e o projeto beneficiou da parceria e know-how da OIT, apesar de alguns problemas de coordenação identificados em termos de prestação de informação aos parceiros e discrepância de dados.

As instituições públicas na área do emprego têm uma longa história de cooperação com o PNUD. Os **maiores programas de emprego do país sempre contaram com financiamento e apoio da ONU**. O PAENSE já estava em vigor antes da iniciativa Emprego dos Jovens. No entanto, neste projeto, o modelo de implementação mudou. No PAENSE, as instituições centrais receberam recursos para gerir o projeto. Na presente iniciativa, o foco foi nos centros locais de formação criados para a iniciativa, o que causou algumas sobreposições entre as instituições centrais e locais, houve desafios de comunicação em alguns casos. Em algumas ocasiões, realizaram-se **trabalhos paralelos** entre as instituições nacionais e os centros locais de emprego financiados pelo programa.

As informações fornecidas no âmbito desta produção foram densas e ajudaram com o **networking entre jovens**. Isso os ajudou a ampliar sua perspectiva com oportunidades de financiamento. Cabo Verde tem um cenário muito movimentado de Associações da Sociedade Civil. Aprender a redigir projetos e captar recursos é um tema relevante para o grupo-alvo e foi uma das áreas abordadas nos cursos ministrados. Não foram encontradas ligações claras entre a visão de longo prazo do país em termos de desenvolvimento das economias de TI, azul e verde e os cursos oferecidos. O empreendedorismo foi incentivado, mas pode haver espaço em iniciativas futuras no sentido de fomentar oportunidades em áreas novas e menos exploradas do país e talvez em cursos mais longos. Para alguns dos cursos, houve um descompasso entre o conteúdo e o horário alocado para ensiná-los.

Produção 3.3: Os municípios fortaleceram as capacidades técnicas para desenvolver estratégias de desenvolvimento territorial integradas e alinhadas aos ODS que promovam oportunidades locais de emprego, especialmente para jovens e mulheres

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Percentagem de membros de plataformas de desenvolvimento local que são jovens mulheres e homens	0	2022	30%	Em andamento: 23% (IMEP, 2020)
Número de estratégias de desenvolvimento económico territorial local elaboradas que promovem explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres	0	2022	6	Meta atingida: 20 (IMEP, 2020)

Esta produção incorporou um grande projecto financiado pelo Governo do Luxemburgo e pela União Europeia para ajudar à **descentralização no país** através da elaboração de planos de desenvolvimento local e do financiamento de iniciativas locais com base nos ODS. A primeira iniciativa teve início em 2017 e termina em 2021 e a segunda iniciativa teve início em 2020 e terminará em 2023. Concebe uma nova forma de trabalhar com os municípios. Se antes, eram contratados consultores para desenvolver um plano estratégico que muitas vezes não era implementado; agora, as Câmaras Municipais (órgão executivo de cada município) assumem o protagonismo e convidam cidadãos e atores-chave da cidade a participar. O projeto não apenas projeta planos estratégicos, mas promove uma nova forma de governação (veja mais detalhes no Resultado 4).

Este resultado foi muito bem sucedido, levando à **concepção de 22 planos de desenvolvimento local**, dos quais 20 incorporaram explicitamente oportunidades de emprego para jovens e mulheres. A concepção do plano local envolve um diagnóstico territorial e identifica uma abordagem para cada ODS em diálogo com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PEDS). O Plano Estratégico possui 5 áreas: 1) Serviços sociais; 2) Igualdade de Género; 3) Desenvolvimento Económico Local; 4) Governação e Descentralização e 5) Meio Ambiente e risco.

Neste contexto, mais de 1000 membros do pessoal dos municípios locais receberam formação sobre planeamento estratégico e outras 1800 partes interessadas receberam formação sobre a localização de ODS, género como uma questão transversal e concepção de projetos. A iniciativa ajudou a promover a Agenda 2030, localizando os ODS a nível local. Esta foi, de facto, uma experiência que Cabo Verde apresentou no Fórum Político de Alto Nível em julho de 2021.

Este projecto contribuiu também para reforçar a ligação em rede entre os municípios e promover **projectos regionais**, uma vez que existem desafios que não podem ser enfrentados apenas a nível de um município, mas envolvem áreas maiores. Muitas partes interessadas estão agora a falar de descentralização a nível regional. Além disso, o projeto envolveu a cooperação com municípios fora de Cabo Verde, em **Espanha e Itália**. O Município de Santo António, por exemplo, estabeleceu uma parceria com um município em Itália para ajudar na protecção das florestas no âmbito de um projecto regional sobre alterações climáticas.

A fim de promover o reforço das capacidades, foi organizada uma aula com a Universidade de Cabo Verde

para trazer conhecimentos especializados sobre o desenvolvimento local para cada município. O curso está previsto para ser integrado no currículo da Universidade. Além disso, foi realizado um curso de especialização em Desenvolvimento Local e Agenda 2030, que terminou em julho de 2021.

Outra conquista do projeto foi o diálogo com a diáspora cabo-verdiana. Receberam 400.000 USD para as actividades dos planos estratégicos. O projeto ajudou os municípios a conceber e apresentar projetos e **mobilizar recursos** de forma mais independente. No entanto, permanece um desafio no aumento da mobilização do setor privado.

Produção 3.4: O Ministério da Família e Inclusão Social reforçou a capacidade técnica para garantir o acesso ao sistema de protecção social por parte dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente mulheres e crianças

Indicadores de produção	Linha base	Ano alvo	Meta	Resultado alcançado
Existência de um sistema integrado funcional de acompanhamento e avaliação do programa de protecção social	0	2022	1	Não relatado
Até que ponto as reformas políticas e institucionais aumentam o acesso à protecção social voltada para os pobres a nível municipal (desagregado por género, rural e urbano)	0	2022	3	Em andamento: 2 (IMEP, 2020)

O JO tem apoiado o aumento do número de famílias integradas no Registo Único do País, que contém dados sobre as famílias vulneráveis do país como base para o direccionamento de programas de protecção social. Há indicações baseadas em informações públicas de que isso avançou e ajudou no contexto da COVID-19, mas não há dados sobre quantas novas famílias foram realmente integradas ao Registo Único.

Foram **comunicados desafios em** termos de criação de um sistema de acompanhamento e avaliação do programa de protecção social. Houve mudanças no Ministério da Família e dificuldades em aprofundar o diálogo nessa agenda. Em termos de aumento do uso de metas para protecção social a nível municipal, isso está em andamento, conforme relatado pelo PNUD, mas nenhuma triangulação foi possível neste caso, dados os limites no tempo disponível para a recolha de dados e a amplitude dos temas cobertos pela avaliação. Nenhuma entrevista foi realizada com o Ministério da Família e Inclusão Social apesar de várias tentativas. O JO relatou as dificuldades no estabelecimento da relação com este departamento.

O quadro lógico do Resultado 3 a seguir ajuda a fazer uma síntese das principais contribuições do JO para as produções, juntamente com riscos, pressupostos, fatores críticos de entrada e desafios. Novamente, a linha completa indica um caminho mais curto para a realização das produções e as linhas pontilhadas

indicam desafios ou um caminho mais longo para a realização da produção.

Prioridade 4: Governança, políticas públicas, parcerias e justiça

Resultado 4.1: Até 2022, os cidadãos cabo-verdianos beneficiam de um sistema de governação e administração pública democrática mais eficaz, transparente e participativo.

O estatuto dos indicadores de resultados é o seguinte, conforme a Matriz de Indicadores do CCPD:

Indicadores de resultados	Linha base	Meta 2022	Resultado alcançado
Resul.4 i4.1.1 Número de programas governamentais nacionais e locais elaborados e implementados com abordagem de gestão baseada em resultados	Linha de base: 0	Meta: 1 (nacional), 12 (municipal), 3 (ilhas) Total: 13	Nacional: 1 Local: 20 Ilhas: 8 Total: 21
Resul.4 i4.1.2 Percentagem de rubricas orçamentais locais e nacionais sensíveis ao género	Linha de base: 0%	Meta: 70% dos programas com marcador de género	71%
Resul.4 i4.1.3 Percentagem de mulheres eleitas para o parlamento e o governo local	Linha de base: 26,3%	Meta: 40,3%	40,6%
Resul.4 i4.1.4 Número de mecanismos de participação funcional para identificação de prioridades ou políticas públicas a nível nacional e local	Linha de base: 3 (nacional), 0 (local)	Meta: 4 (nacional), 8 (local)	Nacional: 6 Local: 20
Resul.4 i5.1.1 Funcionalidade de um mecanismo de Mobilização de Recursos e Desenvolvimento de Parcerias	Linha de base: 0	Meta: 1	Yes
Resul.4 i5.1.2 Número de acordos formais de parceria assinados (Sul-Sul, triangular)	Linha de base: 0	Meta: 4	1
Resul.4 i5.1.4 Número de OSCs que participam da formulação e acompanhamento de planos de desenvolvimento, orçamentos e políticas públicas	Linha de base: 0	Meta: 4	6
Resul.4 i5.1.5 Número de relatórios nacionais de progresso dos ODS apresentados.	Linha de base: 0	Meta: 4	1

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

O programa centra-se no reforço da capacidade da sociedade civil e da administração pública para apoiar a utilização eficaz e eficiente dos recursos; criar espaços para os cidadãos participarem mais eficazmente nos processos de governação; combater as desigualdades de género e a violência baseada no género; e melhorar a resposta do sistema judicial para proteger os direitos humanos. Como pode ser visto, a maioria dos indicadores de resultados alcançou os resultados esperados um ano antes do final do período.

Este resultado tem três produções relacionadas. A primeira centra-se nos **jovens e nas mulheres** para reforçar as capacidades de se envolverem em questões críticas de desenvolvimento e nos processos de

tomada de decisão. A segunda está orientada para a implementação de estratégias, capacidades e instrumentos inovadores na **administração pública** a nível central e local. O terceiro visa **mobilizar recursos financeiros e técnicos** e envolver a sociedade civil e o setor privado na implementação dos ODS.

Produção 4.1: Jovens e mulheres têm capacidades aprimoradas para se envolver em questões críticas de desenvolvimento e processos de tomada de decisão

Indicadores de produção	Linha de Base	Meta	Resultado alcançado
Prod.4.1 - i4.1.1 Até que ponto os grupos de mulheres e grupos de jovens reforçaram a capacidade de se envolver em questões críticas de desenvolvimento	Linha de base: 1 Em que medida os grupos de MULHERES reforçaram a capacidade de se envolver em questões críticas de desenvolvimento: 1 Em que medida os grupos de JOVENS reforçaram a capacidade de se envolver em questões críticas de desenvolvimento: 1	Meta: 3 Até onde os grupos de MULHERES fortaleceram a capacidade de se envolver em questões críticas de desenvolvimento: 3 Até onde os grupos de JOVENS fortaleceram a capacidade de se envolver em questões críticas de desenvolvimento: 3	⁷² Em que medida os grupos de MULHERES reforçaram a capacidade de se envolverem em questões críticas de desenvolvimento: 2 Em que medida os grupos de JOVENS reforçaram a capacidade de se envolverem em questões críticas de desenvolvimento: 2
Prod.4.1 - i4.1.2 Número de meninas e rapazes que lideram iniciativas de envolvimento cívico a nível nacional ou local no contexto dos objectivos de desenvolvimento sustentável.	Meninas e rapazes: 0 Meninas: 0 Rapazes: 0	Meninas e meninos: 200 Meninas: 100 Meninos: 100	⁷³ Meninas e meninos: 150 Meninas: 45 Meninos: 105
Prod.4.1 - i4.1.3 Número de mecanismos a nível nacional e local que facilitam a participação de jovens e adolescentes nos processos de tomada de decisão	Linha de base: 0 Número total de mecanismos: 0 Número de mecanismos a nível nacional: 0 Número de mecanismos a nível local: 0	Meta: 4 Número total de mecanismos: 4 Número de mecanismos a nível nacional: 3 Número de mecanismos a nível local: 1	Número total de mecanismos: 10 Número de mecanismos a nível nacional: 3 Número de mecanismos a nível local: 7

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

Como pode ser observado na tabela de indicadores, durante o período foram alcançados avanços consideráveis nos mecanismos que facilitam a participação de jovens e adolescentes nos processos de tomada de decisão. Foi organizado um Debate Estratégico Nacional “Juventude e o Futuro de Cabo Verde” no âmbito da Ambição 2030, contribuindo para uma participação efetiva dos jovens nos diálogos de alto

⁷²Escala de Classificação de 1-3: 1. Inadequadamente - as capacidades não apresentam melhora, mesmo que algumas ações tenham sido empreendidas para fortalecê-las; 2. Parcialmente - as capacidades mostram algumas das melhorias necessárias para se envolver em questões críticas de desenvolvimento; 3. Em grande parte - as capacidades necessárias para se envolver em questões críticas de desenvolvimento estão em grande parte totalmente implementadas

⁷³Das 932 associações de jovens atualmente conhecidas, foram consideradas 150 com âmbito em ODS.

nível. O foco foi no conceito de dividendo demográfico, foram apresentados 5 painéis: Projeções para o dividendo demográfico em Horizonte 2030; Perfil da Juventude Cabo-verdiana; Juventude e Emprego em 2030; Juventude e Mundo Digital - Inovar para criar riqueza; Juventude e Cidadania. A transmissão ao vivo foi realizada atingindo + 17.000 jovens.

Foi criado um Conselho Consultivo para a Juventude (Resolução n.º 95/2017) para aconselhar o Primeiro-Ministro sobre questões relevantes relacionadas com o desenvolvimento do país. Sob a intervenção “Formação Nacional de Liderança”, 100 líderes juvenis foram capacitados. O objetivo era fortalecer a participação e obter maior engajamento dos jovens como agentes de mudança. A formação foi realizada online devido à pandemia de COVID-19.

Devido à Pandemia da Covid-19, o Fórum Nacional da Juventude foi cancelado, que é um mecanismo muito importante para a participação dos jovens. Para mitigar isso, na cidade de Tarrafal/ Santiago foi realizada a Jornada Internacional da Juventude participando de diferentes associações juvenis. Sob o tema "Engajamento da Juventude para Ação Global", o evento foi transmitido ao vivo. Foram alcançadas 17.538 pessoas nas plataformas digitais e o evento foi visto por mais de 4.300 internautas.

Um marco importante nessa produção é a Lei de Paridade. A Lei de Paridade foi aprovada com o apoio técnico conjunto do JO e da UNWOMEN. Este é um enorme passo em direção a uma sociedade mais igualitária em matéria de género e a base para aumentar a participação das mulheres na política. A lei de paridade salvaguarda um mínimo de 40% e um máximo de 60% de ambos os sexos nas listas eleitorais e na posição de liderança da gestão na administração pública. Para a implementação da lei de paridade, o JO tem apoiado fortemente a defesa de listas eleitorais locais e um maior número de mulheres foi eleito tanto para a Câmara Municipal Local (40,6%) e para assembleias municipais (42,1%). As mulheres que exercem a política estão mais preparadas para a comunicação política como resultado da capacitação. Um grupo de homens influentes foi mobilizado e treinado para a igualdade de género, especialmente para o combate à violência de género e ao combate à masculinidade tóxica.

450 jovens (rapazes e meninas) participantes da conferência de jovens do Mindelo estão mais conscientes de sua responsabilidade de participar da política e de outras atividades cívicas para a coesão social e informados sobre as potencialidades e oportunidades da cooperação sul-sul. Mais de 200 mulheres e jovens participaram na apresentação do plano nacional para a igualdade de género e do Plano de luta contra a violência baseada no género para o período 2019–2022.

Produção 4.2: As administrações públicas a nível central e local estão equipadas com estratégias, capacidades e ferramentas inovadoras para implementar e monitorizar adequadamente os compromissos do país com o desenvolvimento sustentável

Indicadores de produção	Linha de Base	Meta	Resultado alcançado
Prod.4.2 - i4.2.1 Número de relatórios nacionais e municipais que usam dados atualizados e desagregados para monitorizar o	Linha de base: 0 Número total de relatórios nacionais e municipais: 0 Número de relatórios	Meta: Nacional - 5; Municipal - 5 (relatórios consolidados)	Número total de relatórios nacionais e municipais: 12 Número de relatórios nacionais: 1

progresso nas metas de desenvolvimento sustentável	nacionais: 0 Número de relatórios municipais: 0	Número total de relatórios nacionais e municipais: 10 Número de relatórios nacionais: 5 Número de relatórios municipais: 5	Número de relatórios nacionais: 11
Prod.4.2 - i4.2.2 Número de planos de desenvolvimento sectoriais nacionais e seleccionados que integram considerações sobre a população e o dividendo demográfico	Linha de base: 0 Número total de planos de desenvolvimento sectoriais nacionais e seleccionados: 0 Número de planos de desenvolvimento nacionais: 0 Número de planos de desenvolvimento sectoriais seleccionados: 0	Objectivo: 4 Número total de planos de desenvolvimento sectoriais nacionais e seleccionados: 4 Número de planos de desenvolvimento nacionais: 1 Número de planos de desenvolvimento sectoriais seleccionados: 3	Número total de planos de desenvolvimento sectoriais nacionais e seleccionados: 0 Número de planos de desenvolvimento nacionais: 0 Número de planos de desenvolvimento sectoriais seleccionados: 0
Prod.4.2 - i4.2.3 Número de planos sectoriais seleccionados que integram indicadores e metas sensíveis às crianças	Linha de base: 0	Meta: 5	3

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

A administração pública tem sido apoiada pelo JO a nível central e local, tentando facilitar estratégias e ferramentas inovadoras para implementar e monitorizar adequadamente os ODS. Como tal, foram realizadas conferências e estudos virtuais para viabilizar o Fórum de Ambição 2030, com a declaração de 30 compromissos até 2030 e foi produzido o documento Ambição 2030.

A ARAP (Agência Reguladora de Aquisições Públicas) e o IGF (Inspeção Geral das Finanças) reforçaram a capacidade de controlo de aquisições públicas e de controlo interno da gestão financeira em AP. O JO deu continuidade ao apoio à modernização da Administração Pública para garantir o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, com várias contribuições fundamentais:

1. Foi lançado o Portal «Ponton di nos ilha» para a autenticação das candidaturas;
2. Plataforma e-participação para interação entre a Administração Pública e os cidadãos com o chatbox;
3. Sistemas de informação sobre recrutamento e selecção de recursos humanos;
4. Sistema de informação sobre a gestão das prestações do pessoal da administração pública;
5. Tribunal de Contas com capacidade para a gestão administrativa e de recursos humanos, para realizar auditorias ex ante e ex post dos acórdãos contabilísticos em matéria de eficiência e transparência dos recursos públicos com o sistema informático integrado instalado.

No âmbito do Projecto PALOP-TL Governação Económica, a transparência orçamental foi reforçada devido à instalação do portal que facilita o acompanhamento das despesas orçamentais pelos cidadãos. Os

parlamentares reforçaram a sua capacidade de análise orçamental, de supervisão legislativa e de promoção de um Parlamento aberto. Algumas contribuições importantes podem ser destacadas, no âmbito da pandemia de Covid:

- O Ministério das Finanças desenvolveu a web de transparência. Na pandemia, esse portal alterou despesas para despesas com covid. Significou um enorme ganho de transparência orçamental.
- Sistema integrado do tribunal de contas de Cabo Verde: permite a prestação das contas públicas online.
- O Parlamento elaborou um plano de contingência para que os plenários fossem transmitidos e assistidos online.
- O ProPalop é o principal parceiro da Agência de Aquisições Públicas de Cabo Verde, que regula e supervisiona as aquisições públicas.

Em relação ao desenvolvimento local a perspectiva tem sido a instalação de plataformas para interação multinível e multi atores. Após as primeiras experiências-piloto em três ilhas de Cabo Verde e 8 municípios, foram adicionadas mais 12 plataformas noutros municípios de diferentes ilhas com apoio técnico do JO e financiadas pelos próprios municípios, FAMSI (Andaluzia), FELCOS (Itália), e Madrid (Espanha). Eles elaboraram seus próprios planos de desenvolvimento local, o PEMDS, sob a orientação do PNUD. Um guia para a localização dos ODS foi elaborado para ajudar os municípios a alcançar os ODS e para manter o espírito de articulação territorial (ART) e planeamento participativo. A implementação do PEMS foi apoiada com o financiamento de projectos de impacto em várias áreas temáticas no âmbito do Fundo de Descentralização financiado pelo Luxemburgo. Um resultado interessante é o acordo com a Universidade de Cabo Verde para criar o curso sobre desenvolvimento local.

Produção 4.3: O Governo reforçou a capacidade técnica para estabelecer e gerir um quadro de parceria para mobilizar recursos financeiros e técnicos e envolver a sociedade civil e o sector privado na implementação dos ODS

Indicadores de produção	Linha de Base	Meta	Resultado alcançado
Prod.4.3 - i4.3.1 Extent to which the sustainable development financing strategy with related coordination tools is elaborated	Linha de base: 0	Meta: 3	2
Prod4.3 - i4.3.2 Número de novas parcerias acessadas para apoiar a realização dos direitos da criança na Agenda 2030	Linha de base: 0	Meta: 3	3
Prod.4.3 - i4.3.3 Número de novas parcerias técnicas e financeiras acessadas para apoiar a implementação nacional das áreas	Linha de base: 0	Meta: 3	1

da ICPD no contexto da Agenda 2030			
------------------------------------	--	--	--

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

Avanços significativos foram feitos nessa saída, principalmente na resposta à Pandemia de Covid. Foi desenvolvido um Plano Nacional de Resposta e Recuperação à crise da COVID-19 através da Plataforma de Coordenação de Resposta e Recuperação, instalada pelo Governo e pelas Nações Unidas. A plataforma integra os vários ministérios, bem como as OSC, o sector privado e os parceiros internacionais. Com o apoio do JO, a Fase 1 da Avaliação das Necessidades Pós-Crise da COVID-19 Plus (PCNA+) - SEIA, incluindo o plano de Recuperação, foi elaborada e apresentada numa conferência pública com parceiros internacionais.

Foram lançados debates sobre o desenvolvimento de abordagens alternativas em matéria de pobreza, vulnerabilidade e medição do impacto. Isto ajudará a atribuir financiamento às populações mais vulneráveis. O INFF é um projeto-chave que permite ao país quantificar eficazmente as necessidades pós- crise e definir a estratégia para a mobilização de recursos.

O JO apoiou o governo no estabelecimento do ecossistema de cooperação Sul-Sul envolvendo o MNE, o MF, os Ministérios de Linha, as Universidades e as OSCs. Funcionários cabo-verdianos do MNE e da Direcção Nacional do Plano participaram na conferência da AMECID, dando a oportunidade a Cabo Verde de desenvolver a Cooperação Sul-Sul com o México.

O Accelerator Lab foi lançado em Cabo Verde. A novidade é aplicar a metodologia de laboratório para explorar, mapear e testar soluções inovadoras para acelerar os desafios de desenvolvimento relevantes para o país e o progresso em direção aos ODS e ao cronograma de 2030. Considerando os principais desafios e vulnerabilidades de Cabo Verde enquanto país insular em desenvolvimento, estão a trabalhar em 3 pilares: Economia Azul, Turismo, Economia Digital. O JO implementou os seguintes programas: 1- Programa da Plataforma Maio para apoiar a organização empresarial na adaptação e formalização; 2 — Plataforma empresarial desenvolvida para o sector privado em Cabo Verde com o objectivo de ajudar os empresários, empresárias e MPMEs a transformar os seus negócios e recuperar da pandemia; 3 — Solução tecnológica COMVIDA, envolvendo todas as instituições ao longo do ciclo de combate à COVID19, servindo como principal plataforma de comunicação; 4 - Projecto de Recuperação Turística para responder à necessidade de Segurança imposta pela Pandemia com o objectivo de promover o destino como incentivo à visita a Cabo Verde; 5 - Drone — a solução tecnológica para apoiar a luta contra a propagação da COVID19 nomeadamente para desinfetar ruas e ajudar os agricultores no combate às pragas ou outras necessidades na agricultura.

Resultado 4.2: Até 2022, os cabo-verdianos, particularmente mulheres, jovens e crianças, beneficiam de uma maior segurança humana, melhor coesão social e um sistema de justiça responsivo e inclusivo que conduza ao cumprimento dos direitos humanos.

O estatuto dos indicadores de resultados é o seguinte, conforme a Matriz de Indicadores do CCPD:

Indicadores de resultados	Linha base	Meta 2022	Resultado alcançado
---------------------------	------------	-----------	---------------------

Resul.4 i4.2.2 Proporção de mulheres e meninas que são vítimas de violência baseada no género (por idade/área de residência)	Linha de base: 23% (15–19: 14,9%, 20–29: 23,8%, 30–39: 25,8%, 40–49: 14,8%)	Meta: 7%	Total: 10,9% Meninas 15–19: 7% Mulheres jovens: 20–29: 11% Mulheres 30–39: 12% Mulheres idosas: 40–49: 7%
Resul.4 i4.2.4 Percentual de recomendações de revisão periódica universal (UPR) implementadas	Linha de base: 57%	Meta: 90%	77%
Resul.4 i4.2.5 Percentual de processos judiciais com apoio legal gratuito	Linha de base: 10%	Meta: 25%	25%
Resul.4 i4.2.7 Número de crianças e jovens em centros de detenção	Linha de base: 217 por ano	Meta: 150 por ano	301

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

Produção 4.4: As instituições a nível central e local reforçaram a capacidade de aplicar eficazmente os instrumentos nacionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de luta contra a VBG

Indicadores de produção	Linha de Base	Meta	Resultado alcançado
Prod.4.3 - i4.4.1 Número de municípios que realizam planeamento e monitorização da prestação de serviços sensíveis ao género	Linha de base: 0	Meta: 8	20
prod.4.3 - i4.4.2 Percentagem de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG	Linha de base: Saúde - 11,6%; Educação - 5,1%, Polícia - 22,5% Percentual total de profissionais de saúde e educação e polícia com competências em prevenção e resposta à VBG: 39% Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 5,1% Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG: 11,6% Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em	Meta: Saúde - 50%, Educação - 30%, Polícia - 70% Percentual Total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 50% Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 30% Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG: 50% Percentual de profissionais de	Percentual total de profissionais de saúde e educação e policiais com competências em prevenção e resposta à VBG: 45% Percentual de profissionais de EDUCAÇÃO com competências em prevenção e resposta à VBG: 10% Percentual de profissionais de SAÚDE com competências em prevenção e resposta à VBG: 25% Percentual de profissionais de POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 40%

	prevenção e resposta à VBG: 22,5%	POLÍCIA com competências em prevenção e resposta à VBG: 70%	
Prod.4.3 - i4.4.3 Número de organizações comunitárias capacitadas com formação e ferramentas no C4D para mudança de comportamento sobre estereótipos de género e discriminação que afetam crianças e adolescentes	Linha de base: 0	Meta: 3	Sem dados

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

O Plano Nacional para a Igualdade de Género foi finalizado após as discussões participativas em oficinas organizadas na Praia e no Mindelo, permitindo que o País tenha um plano norteador para dar um passo à frente em relação à Igualdade de Género. A agenda de igualdade de género está incluída no nível local, conforme declarado anteriormente, com importante apoio do JO através dos fundos de Luxemburgo.

Agentes policiais e juízes, oriundos de todos os distritos judiciais, foram capacitados para lidar com a Violência Baseada no Género. Juízes nas Ilhas do Norte foram treinados para lidar com os casos de violência de género. As intervenções também foram realizadas na perspectiva de comunidades e jovens: (i) 400 membros da comunidade foram sensibilizados para lidar com a violência baseada no género; (ii) 15 estudantes universitários e escolas secundárias receberam formação com foco em medidas de prevenção contra a violência baseada no género.

Após estas intervenções do CCPD, o Parlamento e os Parlamentares foram treinados para a análise da perspectiva de género da proposta de Orçamento de Estado 2021 e execução orçamental 2020 como resultado da assistência técnica do JO, no âmbito do projecto PALOP-TL. Também foram realizados workshops com organizações da sociedade civil feminina sobre orçamento sensível ao género e análise do orçamento do estado. O Ministério das Finanças e outros Ministérios contemplados receberam intervenções para melhorar a orçamentação baseada no género e a elaboração de relatórios sobre as políticas do Estado, incluindo indicadores de género nos programas. Os marcadores de género também são incorporados no SIGOF (Plataforma Estadual de Gestão Financeira).

No campo da participação política das mulheres, o JO apoiou o ICIEG na implementação da lei de paridade, nomeadamente na elaboração de listas eleitorais perto de partidos políticos nas eleições locais que ocorreram em outubro de 2020. Além disso, foram identificadas atividades de promoção para o equilíbrio de género nas nomeações para cargos de alto nível nas Administrações Públicas.

Em tempos de covid19, observou-se baixo nível de violência baseada no género durante a condição de confinamento (apenas 8% de aumento contra cerca de 30% antes da pandemia de COVID-19). As campanhas de prevenção realizadas com apoio do JO podem ter contribuído para esse cenário.

Produção 4.5: O sistema de justiça aumentou a capacidade de promover os direitos humanos, com foco em mulheres e crianças em contato com a lei e maior eficiência no processo judicial

Indicadores de produção	Linha de Base	Meta	Resultado alcançado
Prod.4.5 - i4.5.1 Number of institutions and interministerial mechanisms effectively monitoring UPR recommendations and reporting on human rights instruments	Linha de base: 1 (I: 1; IMM: 0) Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 1 Número de mecanismos institucionais: 1 Número de mecanismos interministeriais: 0	Meta: 7 (I:6; IMM: 1) Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 7 Número de mecanismos institucionais: 6 Número de mecanismos interministeriais: 1	Número total de instituições e mecanismos interministeriais: 1 Número de mecanismos institucionais: 1 Número de mecanismos interministeriais: 1
Prod.4.5 — i4.5.2 Número de instituições judiciais capazes de prestar assistência jurídica gratuita a grupos vulneráveis	Linha de base: 0	Meta: 4	4
Prod.4.5 - i4.5.3 Existência de um sistema integrado operacional de informações de gestão de casos de justiça sensível à criança	Linha de base: 0 0 = Não	Meta: 1 1 = Sim	Não

Fonte: Matriz de Indicadores do CCPD do JO de Cabo Verde 2018–2022

O programa de proteção à criança teve realizações significativas no período em parceria com as principais partes interessadas e parceiros de proteção à criança. Foi aprovado um novo quadro jurídico em matéria de criminalidade sexual. Uma contribuição fundamental está no desenvolvimento do novo plano de ação nacional para prevenir e combater a violência sexual para o período de 2021–2023.

O programa contribuiu para o desenvolvimento e aprovação do orgânico do Centro Orlando Pantera. O centro destina-se a crianças em contacto com a lei e que lidam com o sistema de justiça (12–15 anos).

As capacidades técnicas e institucionais do Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente/ICCA e outros atores são fortalecidas, particularmente para a proteção das crianças contra a COVID-19. Mais de 45 profissionais de proteção à criança receberam formação remota/online sobre comunicação de risco e envolvimento da comunidade e teve como objetivo fortalecer as capacidades técnicas de 200 agentes comunitários de saúde de todos os municípios em diferentes domínios da saúde, incluindo violência física, sexual e psicológica contra crianças, ECD, Trabalho Infantil. 4.000 brochuras do guia — COVID19: um guia para pais e professores: como proteger seus filhos e alunos foram produzidos e distribuídos para as escolas públicas a nível nacional. Por meio dos principais parceiros, cerca de 12.790 crianças, pais e cuidadores primários receberam apoio em matéria de saúde mental e psicossocial baseados na comunidade e 377 crianças sem cuidados parentais ou familiares receberam cuidados alternativos adequados e 1.617 meninas e rapazes que sofreram violência foram alcançados pelos serviços sociais e de aplicação da justiça.

O JO também apoiou o Ministério da Justiça e do Trabalho e a Polícia Judiciária na compra de reagentes para a criação de condições de fazer 1000 análises para os testes de DNA para investigação de paternidade, tendo em conta a existência de um elevado número de processos pendentes no Ministério Público em relação às investigações de paternidade. O Ministério Público criou e lançou um site para crianças e famílias (<http://menores.ministeriopublico.cv/>) e mais de 100 profissionais do sistema judicial tiveram suas capacidades fortalecidas em diferentes domínios de proteção infantil (24–27 de novembro) e duas coleções sobre legislação nacional e internacional sobre proteção infantil foram editadas e publicadas.

O JO tem apoiado o país para o planeamento baseado em direitos humanos e fortalecendo a Comissão Nacional de Direitos Humanos para a defesa permanente da proteção e promoção dos direitos humanos. As instituições nacionais receberam intervenções de capacitação sobre abordagens baseadas em direitos humanos.

O objetivo das intervenções de capacitação era garantir que as considerações sobre direitos humanos fossem integradas nas políticas. Como exemplo, destaca-se a formação de três dias sobre indicadores de direitos humanos para o HRBA no planeamento e para a montagem do observatório de direitos humanos com a participação de todos os Ministérios contemplados e alguns municípios e organizações da sociedade civil. A iniciativa conjunta entre o Escritório Comum, o ACNUDH, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a Direção Nacional de Planeamento e o Instituto Nacional de Estatística deve ser destacada neste campo.

Em tempos de pandemia de Covid-19, a população tem sido sensibilizada em questões-chave como a proteção dos direitos humanos de idosos, pessoas na prisão, pessoas com deficiência, crianças e mulheres, como resultado de fortes campanhas.

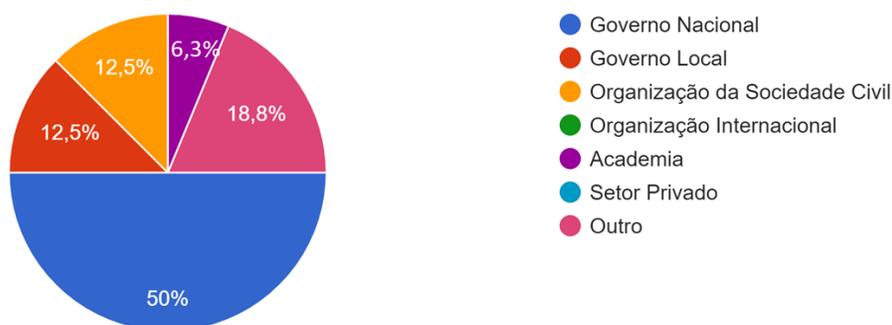
No domínio do sistema de justiça, o JO apoiou a operacionalização do sistema de informação judicial, dotando os tribunais de equipamento para facilitar o registo das sentenças. O sistema de informação judicial e os tribunais foram reforçados, com condições para registar as sentenças. Em termos da abordagem do LNOB, deve ser destacado o melhor acesso à justiça para os mais pobres com a integração da plataforma de assistência jurídica, do cadastro social e do SIGOF (plataforma financeira do Estado) permitindo uma melhor gestão da assistência jurídica.

ANEXO 9. RESPOSTAS DO INQUÉRITO A PARCEIROS NACIONAIS

1. Indique o tipo de organização para a qual trabalha:

16 respostas

**Type of organization you work for
16 responses to the survey**



2. Por favor, especifique em que sector a sua instituição trabalha.

Diversos (Câmara Municipal)

Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) - Uni-CV (Educação, Género e Família)

Órgão de soberania - Tribunal de Contas

Serviço Público

Sector Financeiro/Mercado de Capitais

Instituto Nacional de Estatística

Juventude e Desporto

Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH

Municipal

Saúde-VIH-SIDA

Desporto e Juventude

Setor da Justiça

Ministério da Educação Direção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão

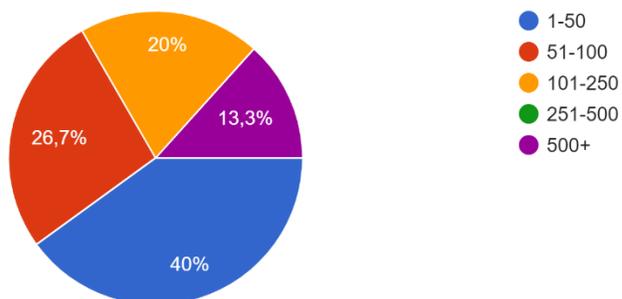
Promoção e defesa dos direitos da criança

Infância e adolescência

violência baseado no gênero, direitos humanos

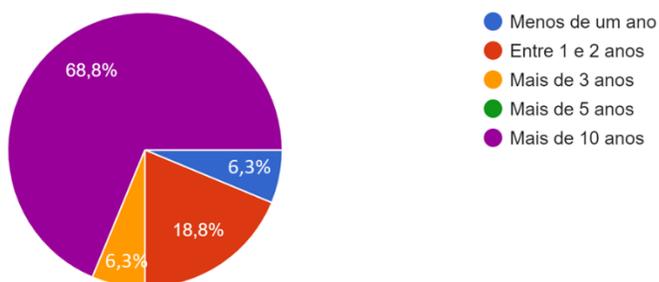
3. Indique a dimensão da sua organização/instituição (número de funcionários: número total de pessoas)

15 respostas



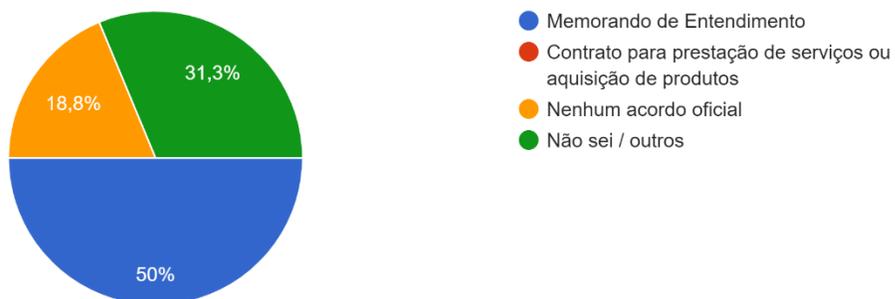
5. Há quantos anos a sua organização trabalha em parceria com uma agência das Nações Unidas do Escritório Comum (UNICEF, UNFPA, PNUD)?

16 respostas



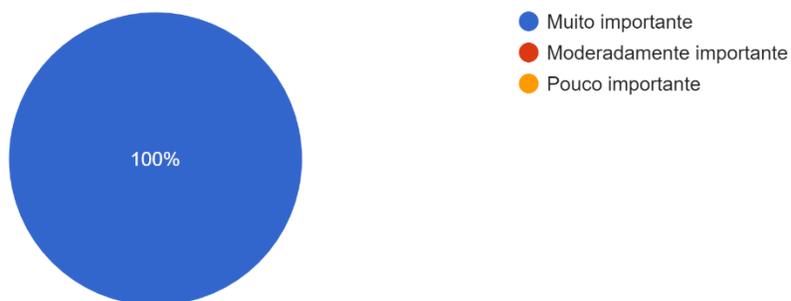
6. Que tipo de acordo/parceria a sua organização tem com uma das agências das Nações Unidas que fazem parte do Escritório Comum (PNUD, UNFPA, UNICEF)?

16 respostas



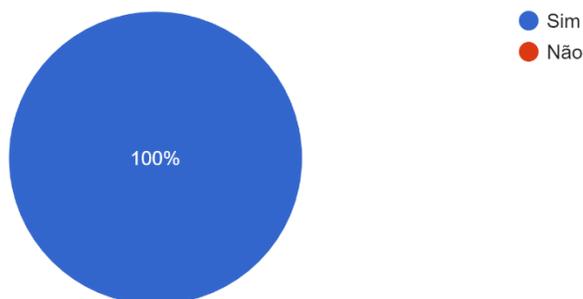
7. Quão importante é a parceria com o Escritório Comum para a sua Instituição?

16 respostas



8. Considera que a colaboração entre a sua instituição e o Escritório Comum contribuiu para alcançar resultados sustentáveis?

16 respostas



9. As agências das Nações Unidas do Escritório Comum contribuíram efectivamente para (indicar os principais ganhos alcançados):

Empoderamento das famílias através de projetos diversos, estando atualmente em curso o projeto Banco Social.

Com certeza. Através da parceria técnica e financeira, contribuindo, para o reforço institucional e, consequentemente, realização de um conjunto de ações concretas, visando a igualdade de género, não-violência, em prol do desenvolvimento sustentável e inclusão social e de género. Transversalização da abordagem de género, sensibilização e ações de formação, pesquisas realizadas com impactos concretos a nível da elaboração e implementação de políticas públicas de igualdade de género.

Reforço institucional do Tribunal de Contas e a capacitação do seu pessoal

Reforço de capacidades técnicas e Institucionais da Provedoria de Justiça, o Órgão Provedor de Justiça mais próximo dos cidadãos

Participação/Desenvolvimento Plano Estratégico Ambição 2030; design INFF, Estratégia Plataforma Blu-X (Desenvolvimento Sustentável)

1) Melhoria da produção e difusão estatística. 2) Reforço da capacitação técnicos dos colaboradores. 3) Apoio na liderança e desenvolvimento de projetos mundiais (por exemplo, a elaboração do Handbook das Estatísticas da governação pelo Praia City Group). 4) Apoio na mobilização de recursos junto dos parceiros (por exemplo, a realização da reunião para o financiamento do Censo 2021). 5) Melhoria das condições técnicas de trabalho.

Alinhamento Financiamento Implementação Capacitação Tudo relacionado com o setor do Desporto e da Juventude

A promoção dos direitos humanos em Cabo Verde

Capital cabo-verdiana da juventude, projeto woman green, fundo de descentralização

Assistir o país na melhoria de serviços da saúde incluindo o de VIH dirigido às populações chave e vulneráveis designadamente os homens que fazem sexo com homens, as profissionais de sexo, as pessoas que vivem com VIH , grávidas, meninas, adolescentes; Apoiou e apoia o país na estratégia da eliminação da transmissão vertical do VIH.

Consolidação e Reforço Institucional Reforço do setor da juventude Reforço do Programa Youth Connekt Cabo Verde Consolidação dos ODS na comunidade associativa juvenil

ajudar o Governo na execução do Programa do Governo, ao nível de reforço Institucional, reformas legislativas e capacitação dos Operadores da Justiça e troca de experiencias

Revisão curricular do ensino Básico, formação dos professores, universalização do pré -escolar, assistência técnica em diversas áreas, educação especial, avaliação averida no EB

Promover o diálogo e mais engajamento das instituições do Estado no que tange a implementação de ações de prevenção e combate ao abuso e a exploração sexual de crianças, com a elaboração do primeiro Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; a participação na campanha "Basta de Violência Sexual contra Criança"

Reforçar a capacidade técnica, elaborar, aprovar e executar vários projetos importantes, permitir a participação ativa das crianças e adolescentes nas, reforçar o respeito pelos direitos das crianças, permitir a proteção das crianças, melhorar a justiça para as crianças

muita dificuldade para conseguir financiamento direto

10. Que factores internos ou externos / que desafios, limitam e dificultam o alcance dos resultados esperados estabelecidos conjuntamente com o Escritório Comum?

Situações como a pandemia da Covid19, que afetou em grande parte as atividades que exigem contato e que são fundamentais para a promoção de cultura de igualdade e da não-discriminação (com escolas e comunidades); Algumas vezes, atrasos nas execuções financeiras (a nível interno), tendo em conta os procedimentos burocráticos necessários;

Fatores externos: disponibilidade imediata de técnicos qualificados para prestação de serviços esperados pela Instituição.

Em parte alteração do estatuto do novo Provedor de Justiça está dependente pela aprovação do parlamento.

Engajamento de parceiros (terceiros)

1) Excesso de burocracia dos serviços do Ministério das Finanças; 2) Empresas demoram na emissão de faturas proforma e também na entrega dos produtos; 3) Pandemia da COVID-19;

Alinhamento

Fatores internos - Numero reduzido de recursos humanos para implementação das atividades. Fatores externos - Morosidade no pagamento das faturas

Insularidade, informação, técnicos,

As epidemias sobretudo a de COVID-19 que ameaçam os ganhos conseguidos mas sempre trazendo desafios para acelerar e criar resiliências.

Necessidade de Reforço em termos de Recursos Humanos qualificados

O impacto das reformas feitas tem sido positivo, no entanto a falta de mecanismos eficazes para medir esse impacto e traduzi-lo em dados estatísticos dificulta em certa medida a sua visibilidade.

Falta de pessoal qualificado para apoiar em determinadas áreas, melhor articulação entre o sector e as agências das Nações Unidas no processo de planeamento e execução dos projetos

Desafios: A falta de parceria direta com as diferentes ONG que trabalham para a promoção e defesa dos direitos da criança em situação de vulnerabilidade

A assinatura atrasada do PTA que atrasa a disponibilização do financiamento no início do ano, o que muitas vezes leva ao atraso no início das atividades. A possibilidade de contratação de mais técnicos.

nao trabalham diretamente com ONGs

11. Por favor, explique as principais lições aprendidas até agora, na implementação do Programa Escritório Comum 2018-2022?

Tem sido importante trabalhar de forma articulada. As sinergias entre os diferentes parceiros na implementação das atividades tem gerado resultados bastante pertinentes; A implementação das atividades anuais e execução financeira em tempo útil são fundamentais para o sucesso do Programa; A implementação do programa em si, constitui um momento de aprendizagem para os principais envolvidos.

Sem observações relevantes

Relacionamento entre as partes para a adequada concepção de projetos; identificação/alavancagem de parcerias para os projetos; inventariação de soluções inovadoras multidimensionais com alcance regional/internacional e alinhadas com principais desafios do país, compromisso com questões ambientais

1) Metodologia de trabalho diferente em relação a outros parceiros; 2) Facilitada de comunicação; 3) Articulação permanente com o Escritório Comum; 4) Elaboração de planos de trabalho realistas e concretos.

Temos condições de realizar um trabalho excepcional para os setores em causa, precisamos é aprofundar a cooperação e sermos, ainda mais, assertivos

A importância das parcerias e cooperação. A importância da boa comunicação entre os parceiros. A importância do seguimento conjunto e avaliação dos projetos.

Governança (Socialização, gestão participativa)

Um Programa robusto que suporta Cabo Verde em domínios transversais de desenvolvimento e com impacto direto no acesso à saúde sobretudo por parte de grupos específicos e vulneráveis.

Melhor gestão dos recursos financeiros com foco nos resultados a serem alcançados de forma objetiva

A comunicação e a troca de experiências é uma mais valia, a capacitação dos recursos humanos é o melhor caminho para se chegar aos objetivos, os meios financeiros colocados ao serviço dos programas têm refletido em avanços positivos mas que precisam ser traduzidos em números para melhor servir o País no que respeita aos ajustes que podem ser feitos a meio percurso.

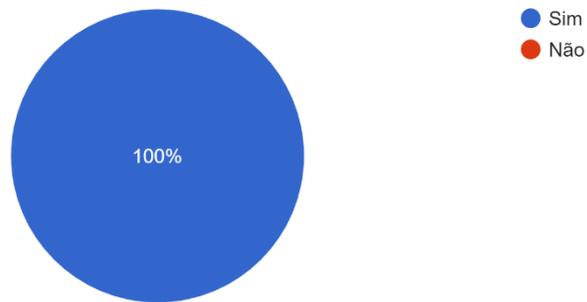
A experiência foi boa, e continua a ser boa, foram quatro anos de muita aprendizagem, acreditamos que os próximos anos ainda será melhor, tendo em consideração os desafios.

Não temos explicações sobre lições aprendidas, uma vez que pouco foi a nossa solicitação e participação plena na implementação do Programa Escritório Comum 2018-2022

Importância da planificação e o seu cumprimento; a instituição deve esforçar-se e ter quadros formados/especializados; necessidade de capacitação dos técnicos que já trabalham há muito tempo.

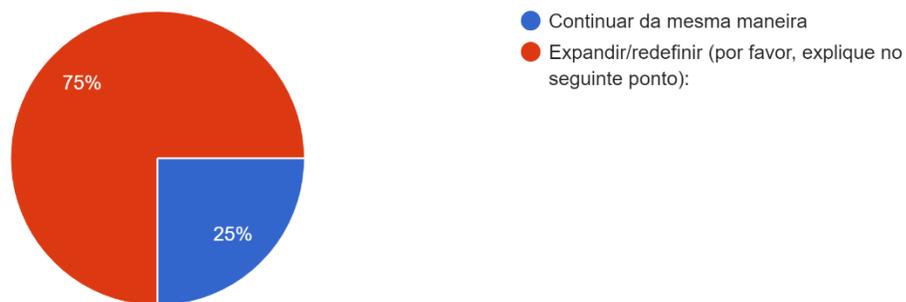
12. A sua organização gostaria de continuar a colaborar com a agência parceira do Escritório Comum nos próximos anos?

16 respostas



13. Continuaria a colaborar com a agência parceira do Escritório Comum do mesmo modo que antes; ou considera haver potencial para expansão/ampliação ou redefinição da parceria?

16 respostas



14. Indique qualquer outro comentário relevante para si ou para a sua Instituição em relação à parceria com o Escritório Comum.

Investigação, Formação e Extensão Universitária. Sem essa parceria, dificilmente conseguiríamos implementar as nossas atividades e ter os impactos almejados. O profissionalismo dos pontos focais

do Escritório Comum desde a fase da elaboração, passando-se pela fase de implementação, seguimento e avaliação tem-se revelado fundamental para que os objetivos preconizados sejam alcançados sem grandes constrangimentos. Um bem-haja!

Trata-se de um excelente projeto sem qual a maioria dos objetivos em matéria de controlo das Finanças Públicas não seriam alcançados.

Conseguir novas parcerias em diversas latitudes; Dar continuidade à partilha de conhecimento; Atingir mercados regionais e internacional Concepção e Desenvolvimento de mecanismos/produtos inovadores e sustentáveis

Considerando que a produção e difusão estatística está em constante atualização devido às novas necessidades dos decisores e agendas nacionais/regionais/mundiais, a continuidade desta parceira será imprescindível para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Alargar o escopo de atuação e, em conjunto, termos capacidade para mobilização de mais e melhores recursos (técnicos, logísticos e financeiros).

Estamos satisfeitos com a parceria, no entanto gostaríamos de ter maior autonomia na gestão dos fundos atribuídos à instituição, no âmbito do PTA - Plano de trabalho anual.

Mais financiamentos para maior inclusão económica, social.

Muito Obrigada Escritório Comum por ter contribuído grandemente para a promoção da saúde e prevenção de doenças em Cabo Verde.

Visão - projetos - orçamentação - implementação efetiva, mediante programas definidos num horizonte temporal definido.

A parceria tem sido um instrumento de grande importância para o desenvolvimento de Cabo Verde no setor da Justiça, a relação existente entre a Instituição e os Escritórios comuns tem espaço para desenvolver uma parceria mais direta entre os dois Parceiros sem a necessidade de intermediários como tem vindo a ser até agora pois a nossa Instituição é a representação do Governo de Cabo Verde nesse setor mas a relação de parceria tem como face a CNDHC.

À parceria com o Escritório Comum é excelente, porque tem ajudado o sector nas diversas áreas contribuindo para alcançar objetivos importantes para o Desenvolvimento do país. Acreditamos que é necessário expandir e redefinir a parceria no sentido de trazer mais conhecimentos para o sector e apoiar no desenvolvimento e implementação dos projetos considerado importante para o sector e o país.

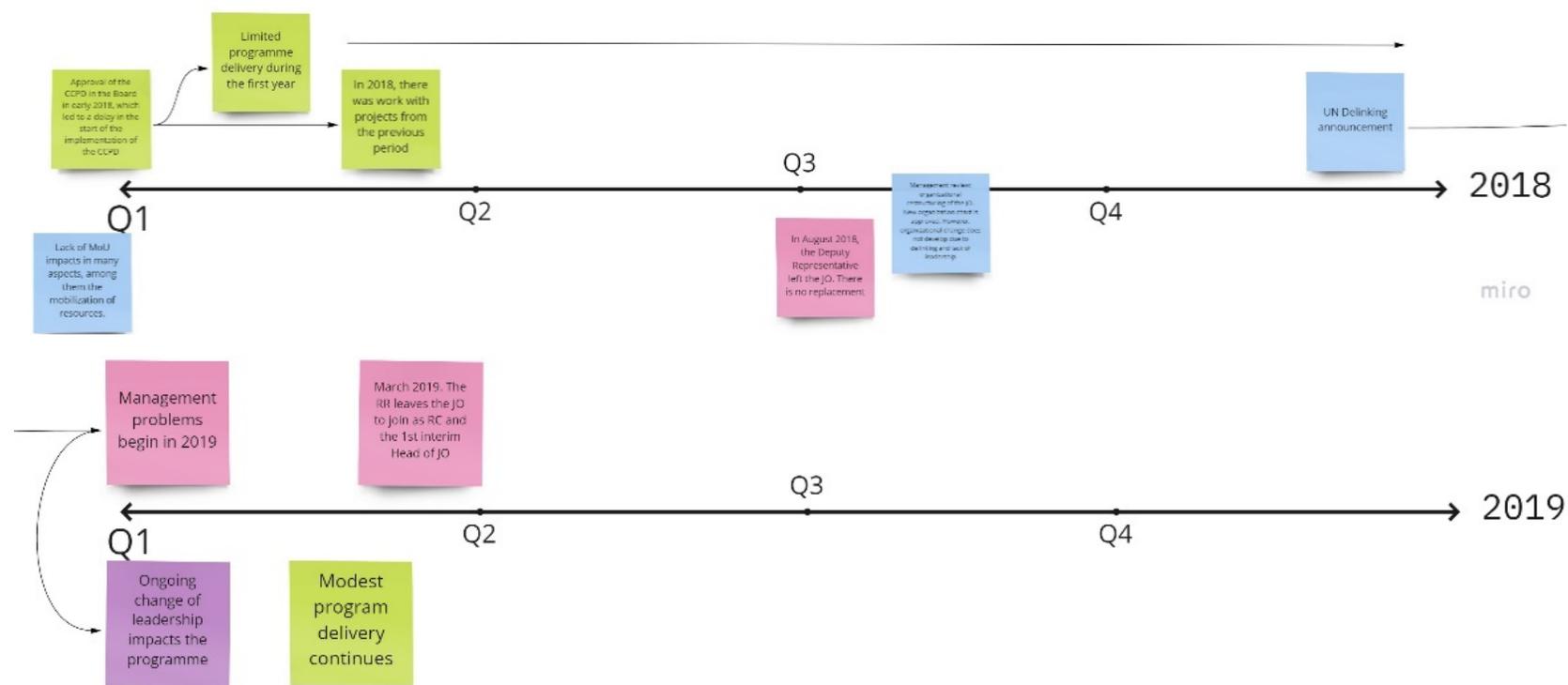
A ACRIDES é uma ONG com 23 anos de existência em prol da promoção e defesa dos direitos da Criança, e que no início da sua existência, grande foi o suporte da UNICEF para sua consolidação. Os problemas cresceram e desde 2015 direcionamos as nossas ações no combate e prevenção à violência sexual contra criança. Em parceria com a ONG ECPAT Luxemburgo, foi implementada o projeto "Reforço das Capacidades dos profissionais no combate e prevenção à violência sexual contra crianças, o que nos ajudou a promover a criação das Redes Locais de Prevenção e Combate à violência Sexual contra Crianças em todas as Ilhas de Cabo Verde. Muito gostaríamos de ter uma forte parceria do UNICEF para a consolidação dessas Redes Locais como forma de reforçarmos as nossas intervenções em prol da proteção da criança, diminuindo a violência sexual e impedir o aumento da exploração sexual de crianças em Cabo Verde.

Seria muito importante se a agência apoiasse na formação/capacitação de técnicos na área em que a instituição não tem quadro. Por exemplo, psicologia forense.

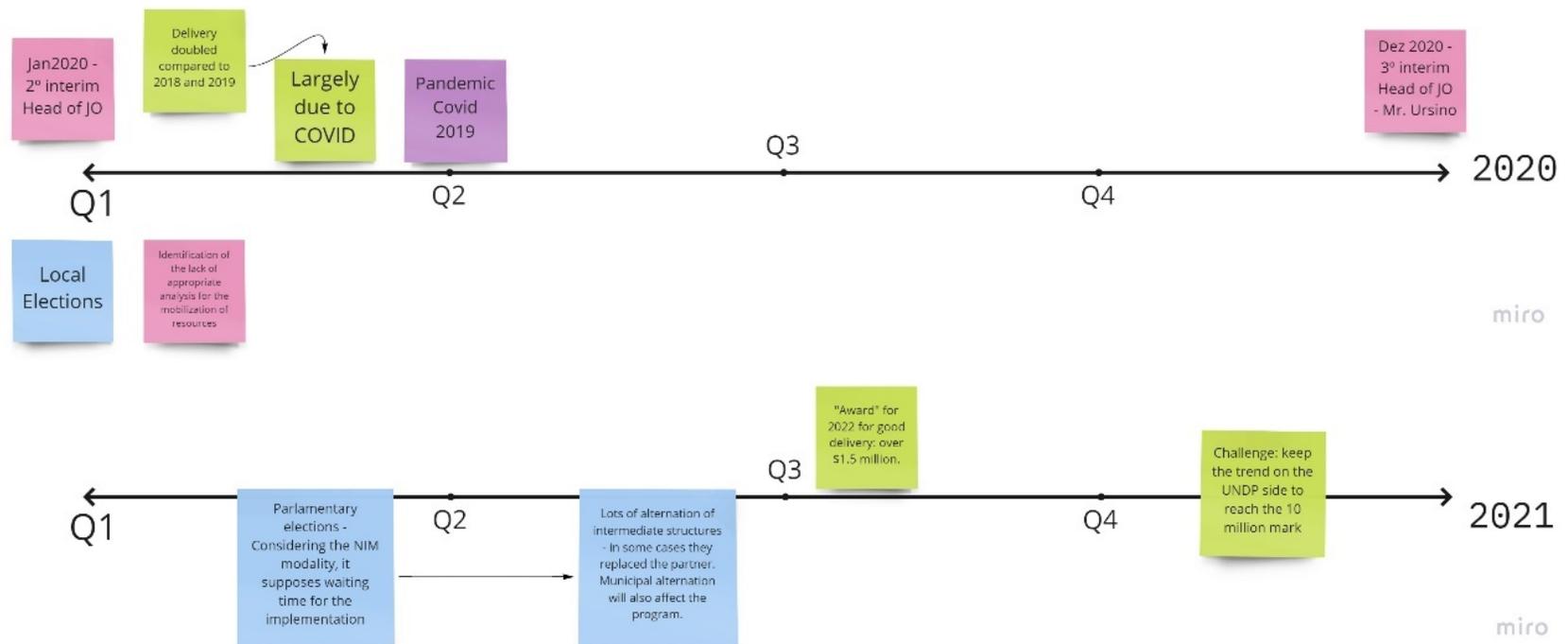
Retoma do Escritório da ONU Mulheres

ANEXO 10. CRONOGRAMA DO CCPD

Dentre as atividades desta avaliação, foi realizada uma FGD com a equipe do JO. Os fatores que afetaram a implementação do CCPD foram identificados num cronograma. Nomeadamente:



A mudança de liderança em **2019** impactou a implementação do programa devido à descontinuidade da direção estratégica. A baixa entrega do programa continuou em 2019 e, em março deste ano o RR deixou o JO, tendo sido nomeado Coordenador Residente. O 1º Chefe interino do JO assumiu o cargo, mas nenhum novo Representante Residente Comum foi nomeado até agora: há apenas um chefe do Escritório Comum a.i nomeado, deixando os parceiros confusos.



Em Janeiro de **2020**, o 2º Chefe interino do JO assumiu a liderança da resposta à pandemia. Em março de 2020, a Pandemia Covid-19 foi declarada com impacto na implementação do CCPD. Isso envolveu a realocação de fundos e o ajuste de intervenções. A entrega do CCPD dobrou em comparação com 2018 e 2019, em grande parte devido aos fundos relacionados à COVID mobilizados. Em Dezembro de 2020 tomou posse o 3º Chefe interino do JO. Durante o ano de **2021** o país realizou as eleições Legislativas (abril de 2021) e Presidenciais (outubro de 2021). A mudança nas estruturas intermédias implicou tempo para o posicionamento do JO com as novas lideranças governamentais, implicando um tempo para o reposicionamento. Finalmente, uma tendência positiva na mobilização de recursos foi encontrada em 2021, como será explicado mais adiante no relatório.

ANEXO 11. FERRAMENTAS DE PLANEAMENTO UTILIZADAS PELAS TRÊS AGÊNCIAS NO JO

Table 1: Instrumentos de planeamento do JO

PNUD	UNFPA	UNICEF	UNCT
<p>1. <i>Sistema de Planeamento Corporativo (Intranet PNUD)</i></p> <p>- <i>Plano de Trabalho Integrado</i>: realizado no início de cada ano e revisado em junho / julho. O exercício de 2021 foi concluído no final de janeiro.</p> <p>- <i>Garantia da Qualidade do Projeto</i>: consiste em avaliar o desempenho dos projetos de acordo com diversos parâmetros previamente estabelecidos.</p> <p>- <i>Painel de Transparência</i>: tem como objetivo verificar se todos os projetos em andamento estão devidamente preenchidos na Plataforma ATLAS para que possam ser publicados no site open.undp.org.</p> <p>2. <i>ATLAS</i></p> <p>- <i>Definir Plano de Trabalho Anual</i>: No</p>	<p>4. <i>Sistema de Informação Estratégica - ATLAS</i></p> <p>Definir Indicadores Anuais, Linha de Base e Metas na Plataforma SIS (Sistema de Informação Estratégica).</p>	<p>5. <i>Plataforma de visão</i></p> <p>Definir e codificar Produções e Atividades Anuais (Preparado offline e enviado para a RB para inclusão na Plataforma Vision). O Escritório Comum também deve enviar, offline, os AWP's para 2021 devidamente assinados.</p>	<p>6. <i>UNINFO</i></p> <p><i>Plano de Trabalho Conjunto</i> feito no início de cada ano, com a assinatura do JWP com contrapartida do governo.</p> <p>As seguintes tarefas devem ser finalizadas e introduzidas na UNINFO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Principais Atividades Transformativas; - Revisão dos indicadores e metas anuais; - Orçamento, Marcadores e etiquetas para cada atividade

início de cada ano, o Plano de Trabalho Anual do Projeto é inserido na Plataforma ATLAS sob a forma de um orçamento. O cadastro dos PTAs 2021 está em andamento.

- Definir Indicadores Anuais, Linha de Base e Metas: No início de cada ano, os dados relativos aos projetos em andamento são inseridos no ATLAS.

3. HACT PONTO DE PARTILHA

- Plano Anual de Garantia HACT: Esta é uma Plataforma recentemente criada pelo PNUD para incluir todas as informações sobre a aplicação dos procedimentos HACT no Escritório.

Table 2: Instrumentos de monitorização do JO

PNUD	UNFPA	UNICEF	UNCT
<p>1. Sistema de planeamento Corporativo (Intranet PNUD)</p> <p>- <u>Plano de Trabalho Integrado (Revisão Intercalar):</u> Consiste na revisão intercalar das informações introduzidas durante o Planeamento.</p> <p>- <u>Resultados Trimestrais:</u> Atualização trimestral dos resultados dos projetos em andamento.</p>	<p>4. Sistema de Informação Estratégica</p> <p>ATLAS</p> <p>Resultados Trimestrais de Marcos reportados online na Plataforma SIS (Sistema de</p>	<p>5. Plataforma de Visão</p> <p>- Dados de produções e atividades fornecidos offline.</p>	<p>6. UNINFO</p> <p>Resultados Trimestrais de cada Indicador Chave Transformativo.</p>

<p>- <u>Gestão de Riscos</u>: Atualização dos riscos associados aos Projetos.</p> <p>2. ATLAS</p> <p>- <u>Monitorização, Riscos e questões</u>: Atualização das informações sobre ações de acompanhamento, riscos e problemas do projeto.</p> <p>3. HACT PONTO DE PARTILHA</p> <p>- <u>Visitas de verificação no local</u>: Inserção no sistema de informação (relatórios) das visitas de verificação feitas aos Parceiros de Implementação.</p> <p>- <u>Visitas Programáticas</u>: Inserção no sistema de informações (relatórios) sobre as visitas Programáticas realizadas aos Parceiros de Implementação.</p> <p>- <u>Auditorias Nim/HACT</u>: Inserção de informações (relatórios) sobre auditorias e acompanhamento da implementação das recomendações.</p>	<p>Informação Estratégica).</p>
---	---------------------------------

Table 3: Processo de relatório anual

PNUD	UNFPA	UNICEF	UNCT
<p>1. ROAR</p> <p>2. IRRF</p> <p>3. ESTADO DO PROJETO</p> <p>4. RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO</p> <p>5. INICIATIVA DE TRANSPARÊNCIA</p> <p>(Feito online Utilizando a Plataforma PNUD – Sistema de Planeamento Corporativo).</p>	<p>6. COAR (Feito online usando SIS, Plataforma UNFPA)</p>	<p>7. RAM NARRATIVA</p> <p>8. SMQ</p> <p>9. KPI</p> <p>10. RELATÓRIO DE COERÊNCIA</p> <p>Todo este relatório é feito offline e as informações são enviadas ao Escritório Regional para inclusão nas respectivas Plataformas.</p>	<p>11. UNINFO</p> <p>Relatórios anuais, incluindo entrega financeira de cada Atividade Transformadora Chave, apoiada por evidências. Relatórios de indicadores</p>

ANEXO 12. NOTA TÉCNICA DO REFERENCIAL TEÓRICO

Para avaliar a modalidade de governação do Escritório Comum, a equipa de avaliação aplicou uma abordagem de estudo de caso⁷⁴ usando o quadro teórico do neoinstitucionalismo⁷⁵ e do principal-agente. As questões a serem abordadas pela avaliação foram: EQ4 Até que ponto a modalidade de coordenação do Escritório Comum foi económica para o PNUD, o UNFPA e o UNICEF? e EQ5: Até que ponto as Modalidades de Escritório Comum no contexto da reforma do UNDS garantem o avanço dos mandatos das 3 agências? Tal como acima referido, as hipóteses/pressupostos-chave testados foram as de que o Escritório Comum é um (i) modelo de negócio eficaz em termos de custos, (ii) introduz efetivamente um único conjunto de orientações de programas e políticas; (iii) aumenta uma maior coerência na programação e nas operações da ONU e (iv) diminui a concorrência para financiamento entre agências e custos de transação⁷⁶. Em anexo, pode ser consultada a matriz de avaliação com os indicadores, fontes de informação e métodos de recolha de dados.

Uma abordagem de estudo de caso permitiu estudar intensivamente fenómenos complexos e o contexto em que eles são desenvolvidos. O número limitado de unidades de análise (o caso JO em Cabo Verde) foi compensado pelo grande número de variáveis, o que é um benefício óbvio para a avaliação. Como um estudo de caso típico, uma abordagem holística foi adotada, que envolveu a recolha de uma grande quantidade de dados em tudo relacionado ao caso.

Os conceitos de novo institucionalismo foram aplicados na análise da mudança incremental no Escritório Comum. O argumento é baseado em explicações de dependência de caminho de Thelen (2003) sobre como as instituições são criadas, reproduzidas e alteradas. O autor examina dois mecanismos de mudança incremental: camadas e conversão de instituições. As instituições em camadas são um conceito que “envolve a renegociação parcial de alguns elementos de um determinado conjunto de instituições, deixando outras no lugar” (citando Schickler, 2001; Thelen, 2003, p. 225). Os ‘designers’ de instituições podem ter deixado algum espaço para mudanças que permitem adaptabilidade. Camadas sugerem a ideia de que há negociação contínua dos arranjos nos quais a forma da instituição e suas funções se baseiam. O lado histórico da abordagem é necessário para seguir a trilha de como o JO evoluiu através dessas pequenas mudanças. Essas mudanças podem não alterar o núcleo da organização (ou seja, alterar a natureza jurídica de uma organização aumentando sua autonomia), mas seus aspectos periféricos ou operacionais (ou seja, adoção de diferentes práticas de gestão) que não exigem mudanças radicais. Os teóricos organizacionais Paul Di Maggio e Woody Powell enfatizaram o isomorfismo como uma estratégia para organizações públicas e privadas (DiMaggio e Powell 1983).

A teoria do principal-agente aplica-se à relação entre cada uma das três agências e o Escritório comum. O JO tem uma estrutura organizacional e um único programa (Programa de País Comum – CCPD) que engloba as actividades e mandatos das três agências participantes (PNUD, UNFPA e UNICEF), e utiliza um conjunto de processos de negócio, regras e regulamentos ao abrigo de um acordo de “agência de apoio”, que, no caso de Cabo Verde, é o PNUD. O Escritório Comum (o agente) deve garantir o avanço dos três mandatos das agências (os principais) no contexto da reforma do UNDS

⁷⁴O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa em que um ou vários casos do objeto de estudo são examinados profundamente e em seu ambiente real (Van Thiel, 2014)

⁷⁵O neoinstitucionalismo é uma abordagem para o estudo de instituições que se concentra nos efeitos restritivos e facilitadores das regras formais e informais sobre o comportamento de indivíduos e grupos

⁷⁶Resumo do Modelo de Escritório Comum de Cabo Verde. Escritório de Coordenação das Operações de Desenvolvimento das Nações Unidas. Março de 2016.

O estudo de caso permitirá à equipa de avaliação determinar quais variáveis tiveram efeito, sua intensidade e por qual mecanismo agiram, uma vez que os dados do estudo de caso forneceram informações contextuais detalhadas que permitiram interpretar como e quando os mecanismos causais foram produzidos.

Além dos aspectos teóricos para orientar a seleção, eles também atenderam a aspectos mais pragmáticos, como ter acesso a informações do JO, ou obter um contexto de cooperação institucional e de pessoal. O mesmo se aplica ao número de medições realizadas durante o estudo. Nesse caso, fica evidente que os avaliadores realizaram uma medição num momento fixo do tempo que ocorreu durante a execução da avaliação; apesar das técnicas de meta-avaliação terem sido aplicadas. Em particular, a análise realizada pela avaliação anterior do CCPD e as auditorias realizadas foram atendidas.

O terceiro elemento, após a identificação do caso e o número de medidas, foram os métodos e técnicas utilizados. A triangulação tem sido o principal método para garantir confiabilidade e validade. Como de costume nos estudos de caso, foi utilizada uma combinação de técnicas:

- ✓ Análise de conteúdo de documentos das tendências e trajetórias históricas do JO, atas de reuniões sobre o desenvolvimento do modelo do JO.
- ✓ Entrevistas semi-estruturadas com as principais partes interessadas no processo de desenvolvimento do JO, tanto a nível de Cabo Verde e Regional, como de doadores internacionais ou ONGs e outras partes interessadas; como a nível local.
- ✓ A FGD com a equipa do JO deve delinear o cronograma do JO e discutir os principais pontos fortes e limitações. Haverá entrevistas em grupo com os funcionários regionais das agências também.
- ✓ Inquérito para avaliar o nível de influência do JO ou determinar a percepção dos intervenientes nacionais envolvidos nas actividades do JO. Esse instrumento contribuiu para corroborar ou questionar as conclusões dos métodos mais qualitativos.

Conforme declarado nos TdR, para melhor compreender o desempenho do arranjo do CCPD e do Escritório Comum, foram examinados os fatores específicos que influenciaram — positiva ou negativamente — o desempenho do CCPD e, eventualmente, a sustentabilidade dos resultados no país. A utilização de recursos para produzir resultados (incluindo práticas de gestão); a medida em que o Escritório Comum promoveu parcerias e sinergias com outras agências e atores da ONU (ou seja, através da cooperação sul-sul ou triangular); e a integração da igualdade de género e empoderamento das mulheres e inclusão de deficiência na concepção e implementação do CCPD também são alguns dos aspectos que serão avaliados sob esta questão.

Variáveis-chave do JO – análise de eficiência e coerência

EFICIÊNCIA

- JO - resposta às necessidades nacionais
- JO - pontos fortes comparativos das três agências
- Recursos previstos - nível previsto em AWP
- Entrega de financiamento principal, previsível e plurianual — parceiros de implementação
- Orçamento / execução por produção e resultado
- Despesas por Categoria de Despesas
- Recursos fornecidos por cada agência por produção e resultado
- Recursos fornecidos pelo JO — recursos adicionais do governo
- Recursos fornecidos pelo JO - recursos adicionais de outros parceiros, incluindo outros doadores ou ONG
- Mecanismos de coordenação do JO — promoção da igualdade de género
- Instrumentos de financiamento do JO, quadro regulamentar administrativo, pessoal, calendário e procedimentos
- Processo de seleção de PI e critérios
- Total de recursos (principais e não principais) e taxas de entrega por ano de execução do CCPD para cada área de resultado
- Total das Despesas de Gestão
- Total das despesas do programa
- Rácio de gestão
- Estrangulamentos administrativos
- Sistema de Gestão de Riscos do JO
- Atividades de monitorização e mitigação do JO — riscos identificados
- Organograma - estrutura operacional real
- Tamanho e especialização da equipa do JO — complexidade de execução de cada área temática/de resultado do CCPD
- Tipo e nível de comunicação sobre risco e responsabilidades entre o JO e o RO das três Agências
- Existem estratégias em vigor para evitar e mitigar os efeitos da sobrecarga de trabalho e da rotatividade de pessoal
- Sistema de M&A do CCPD
- Utilização de sistemas de informação de gestão pelos parceiros
- Banco de dados para monitorização da implementação de políticas públicas relevantes para o CCPD
- Grupos de trabalho intersectoriais/interministeriais sobre integração de dados — actividades do CCPD

COERÊNCIA

- Evidências de boas práticas de sinergias entre as três agências
- Evidência de boas práticas de sinergias entre as três agências em matéria igualdade de género e proteção dos grupos mais vulneráveis
- Evidências de intercâmbio de conhecimentos e perícia entre as agências envolvidas
- Evidências de coordenação e complementaridade da implementação das intervenções de resultados do CCPD
- Estratégias do JO — desafios de coordenação
- Estratégia de mobilização de recursos do JO
- Mecanismos de responsabilização e feedback entre o JO e ROs
- Evidências de assistência técnica pelo RO em áreas específicas

ANEXO 13. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FINANCEIRO E DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CCPD

Esta seção analisa o desempenho financeiro do Programa do País. Refira-se que 2018 foi um ano de transição ao nível do CCPD em que foram finalizados projetos e iniciativas do CCPD anterior. Para a análise do CCPD 2018–2022 esses projetos não foram considerados por estarem no seu último ano de conclusão. A lista detalhada de projetos do antigo CCPD implementados em 2018 pode ser encontrada no Anexo 5.

Durante o actual ciclo do programa (2018–2022), o **orçamento** de Cabo Verde para os cinco resultados do CCPD 2018–2022 ascendeu a **35,80 milhões de dólares** e as suas **despesas do programa a 29,45 milhões de dólares**, atingindo uma **taxa de execução de 82% (Tabela 5)**. Os dados das despesas do programa para 2021 tem como referência 15 de novembro, reduzindo a taxa de execução, uma vez que muitos fundos foram desembolsados no final do ano. A taxa de execução para o período 2018–2020 foi de 88 por cento.

Tabela 4. Orçamento, Despesas e Taxa de Execução do Programa por ano (CCPD 2018–2021)

Ano	2018 ⁷⁷	2019	2020	2021	Total
Orçamento Total	\$3.752.031	\$6.907.698	\$10.548.757	\$14.595.008	\$35.803.494
Total das Despesas	\$3.077.515	\$6.011.581	\$9.611,638	\$10.747.058	\$29.447.792
Taxa de Execução	82%	87%	91%	74%	82%

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde em 15 de novembro de 2021. Segue em anexo a lista de projectos.

A alocação de fundos e as despesas por agência estão ilustradas na Tabela 7 e a alocação de fundos e as despesas por agência e resultado estão mostradas na tabela 8.

Tabela 5. Orçamento, Despesas e Taxa de Execução do Programa por Agência (2018–2021)

Agência	Orçamento do programa	Despesas do programa	Taxa de execução
PNUD	\$28.296.995	\$23.043.490	81%
UNICEF	\$5.411.733	\$4.560.470	84%
UNFPA	\$2.094.766	\$1.843.832	88%
Total	\$35.803.494	\$29.447.792	82%

⁷⁷Refira-se que 2018 foi um ano de transição ao nível do CCPD em que foram finalizados projetos e iniciativas do CCPD anterior. O nível de entrega do projeto no JO em 2018, adicionando essas intervenções, totalizou \$ 5,72 milhões, como explicado anteriormente. Para a análise do CCPD 2018–2022 esses projetos não foram considerados por estarem no seu último ano de conclusão. A lista detalhada de projetos do antigo CCPD implementados em 2018 pode ser encontrada no Anexo 5.

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

No atual ciclo do CCPD (2018–2022), o Resultado 3, focado na transformação económica e no crescimento sustentável e inclusivo, recebeu a maior alocação de fundos (US \$ 16,15 milhões), representando 45% do orçamento geral, e foi o maior resultado em termos de despesas (US \$ 14,49 milhões), representando 49% das despesas gerais do Escritório Comum. Isto deve-se a dois grandes projectos: (i) Apoio à competitividade na África Ocidental – Cabo Verde (5,22 milhões de dólares em despesas) e (ii) Descentralização e desenvolvimento local (3,04 milhões de dólares em despesas). A taxa de execução do Resultado 3 sobre transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo foi a mais alta (90%) seguida pelo Resultado 1 sobre desenvolvimento sustentável do capital humano (88%).

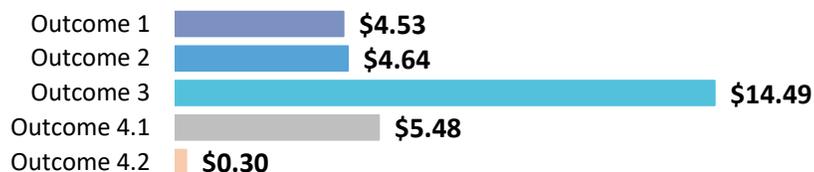
Tabela 6. Orçamento e Despesas do Programa por Agência e Resultado (2018–2021)

Resultado	PNUD		UNFPA		UNICEF		Total	
	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas
1	\$ 75.633	\$ 75.072	\$ 1.528.078	\$ 1.399.787	\$ 3.549.103	\$ 3.051.795	\$ 5.152.814	\$ 4.526.654
2	\$ 6.810.125	\$ 4.553.781	\$0	\$0	\$ 92.593	\$ 90.278	\$ 6.902.718	\$ 4.644.059
3	\$ 14.367.898	\$ 13.054.517	\$ 269.646	\$ 235.359	\$ 1.514.990	\$ 1.204.572	\$ 16.152.534	\$ 14.494.448
4.1	\$ 6.852.926	\$ 5.185.033	\$ 170.767	\$ 133.155	\$ 175.047	\$ 160.245	\$ 7.198.740	\$ 5.478.433
4.2	\$ 190.413	\$ 175.088	\$ 126.275	\$ 75.531	\$ 80.000	\$ 53.580	\$ 396.688	\$ 304.199
Total	\$ 28.296.995	\$ 23.043.490	\$ 2.094.766	\$ 1.843.832	\$ 5.411.733	\$ 4.560.470	\$ 35.803.494	\$ 29.447.792

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Ao comparar as despesas dos resultados, a análise mostra que o foco estava no **Resultado 3**, ou seja na transformação económica e no crescimento sustentável e inclusivo, conforme mencionado anteriormente, que representou 49% (\$ 14,49 milhões) das despesas totais do Escritório Comum. O **Resultado 4.1** sobre governação democrática e parcerias foi a segunda maior área do programa com 19% (US \$ 5,48 milhões) das despesas, e o **Resultado 2** sobre gestão sustentável dos recursos naturais foi a terceira maior área do programa com 16% (US \$ 4,64 milhões), seguido pelo Resultado 1 sobre desenvolvimento sustentável do capital humano com 15% (US \$ 4,53 milhões). O Resultado 4.2 sobre políticas públicas, parcerias e justiça foi a menor área do programa, representando 1% (US \$ 0,30 milhão) das despesas do programa (Figura 18).

Figura 1. Despesas do Programa CCPD por Resultado (2018–2021)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Até 15 de novembro de 2021, o Escritório Comum conseguiu mobilizar 90% (US \$ 35,80 milhões) do total de recursos financeiros planeados (US \$ 39,59 milhões) do seu CCPD para todo o ciclo do programa. A meta de mobilização de recursos do Escritório Comum ainda não foi alcançada.

Dados desagregados por resultados indicam que o Escritório Comum mobilizou 226% dos recursos planeados para o **Resultado 3** sobre transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo, indo além da meta. O Escritório Comum mobilizou 104% para o **Resultado 4.1** sobre recursos planeados para governação democrática e parcerias. No entanto, as metas de mobilização de recursos não foram alcançadas para os resultados restantes, 78% para o **Resultado 1** sobre o desenvolvimento sustentável do capital humano; 48% para o **Resultado 2** sobre a gestão sustentável dos recursos naturais; e 9% para o **Resultado 4.2** para as políticas públicas, parcerias e justiça.

Os recursos mobilizados numa agência e os níveis de resultado mostram que o **PNUD** mobilizou 262% para o **Resultado 3** sobre transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo, 128% para o **Resultado 4.1** sobre governação democrática e parcerias, 49% para o **Resultado 2** sobre gestão sustentável de recursos naturais e 6% para o **Resultado 4.2** sobre políticas públicas, parcerias e justiça. Para o **Resultado 1** sobre o desenvolvimento sustentável do capital humano, não havia recursos indicativos para o PNUD. No entanto, o PNUD alocou recursos para a resposta à COVID ao Resultado 1⁷⁸.

No que diz respeito ao UNFPA, a agência mobilizou 81% dos recursos financeiros planeados para o **Resultado 1** sobre desenvolvimento sustentável do capital humano, 33% para o **Resultado 3** sobre transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo, 19% para o **Resultado 4.1** sobre governação democrática e parcerias e 11% para o **Resultado 4.2** sobre políticas públicas, parcerias e justiça. O UNFPA não conduziu nenhum projeto sob o **Resultado 2**.

Em relação ao UNICEF, a agência mobilizou 178% dos recursos financeiros planeados para o **Resultado 3** sobre transformação económica e crescimento sustentável e inclusivo, 76% para o **Resultado 1** sobre desenvolvimento sustentável do capital humano, 27% para o **Resultado 4.1** sobre governação democrática e parcerias, 15% para o **Resultado 4.2** sobre políticas públicas, parcerias e justiça e 19% para o **Resultado 2**.

No que diz respeito ao «Apoio aos custos do programa/intersectoriais», os recursos do UNFPA e do UNICEF atribuídos anualmente a esta componente são fixos e provêm de recursos regulares (fundos de base)⁷⁹. Conforme ilustrado na Tabela 13. O UNFPA contribuiu com US \$ 0,30 milhão, e o UNICEF contribuiu com US \$ 0,80 milhão, o que corresponde a aproximadamente 80% dos recursos financeiros planeados do UNFPA e aproximadamente 73% dos recursos financeiros

⁷⁸Anexo do CCPD. Quadro de resultados e recursos para Cabo Verde (2018–2022)

⁷⁹Os custos fixos incluem custos relacionados à monitorização e avaliação do projeto, microavaliação de parceiros, auditorias, visitas de verificação local, visitas programáticas e, em alguns casos, pagamento de salários para alguns funcionários. O UNFPA contribui com US \$ 75.000 por ano e o UNICEF contribui com US \$ 200.000 por ano para cobrir esses custos fixos.

planeados do UNICEF⁸⁰. Por conseguinte, 75% dos recursos totais previstos foram mobilizados para o «Apoio aos custos do programa/intersectoriais» a partir de 2021.

Tabela 7 Orçamento do Programa de País Comum: planeado vs. real (2018–2022)

Resultados Programa	do	Resultados Programa	do	Orçamento previsto (2018-2022) ⁸¹	Orçamento real (2018-2022) ⁸²	% de Recursos Mobilizados por Resultado e Agência	% de Recursos Mobilizados por Resultado
Resultado 1		PNUD		\$0	\$ 75.633		78%
		UNFPA		\$ 1.890.000	\$ 1.528.078	81%	
		UNICEF		\$ 4.696.000	\$ 3.549.103	76%	
Resultado 2		PNUD		\$ 13.835.000	\$ 6.810.125	49%	48%
		UNFPA		\$0	\$0	0%	
		UNICEF		\$ 475.000	\$ 92.593	19%	
Resultado 3		PNUD		\$ 5.480.000	\$ 14.367.898	262%	226%
		UNFPA		\$ 825.000	\$ 269.646	33%	
		UNICEF		\$ 850.000	\$ 1.514.990	178%	
Resultado 4.1		PNUD		\$ 5.350.000	\$ 6.852.926	128%	104%
		UNFPA		\$ 900.000	\$ 170.767	19%	
		UNICEF		\$ 650.000	\$ 175.047	27%	
Resultado 4.2		PNUD		\$ 2.950.000	\$ 190.413	6%	9%
		UNFPA		\$ 1.135.000	\$ 126.275	11%	
		UNICEF		\$ 550.000	\$ 80.000	15%	
Total				\$ 39.586.000	\$35.803.494	90%	
Apoio ao programa/custos intersectoriais ⁸³		UNFPA		\$ 375.000	\$ 300.000	80%	75%
		UNICEF		\$ 1.089.800	\$ 800.000	73%	
Total Geral				\$ 41.050.800	\$36.903.494	90%	

⁸²Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 30 de setembro de 2021.

Os dados anuais mostram que o orçamento do programa para o atual ciclo do CCPD (2018–2022) aumentou progressivamente de US \$ 3,75 milhões em 2018 para US \$ 14,60 milhões em 2021. O aumento do orçamento em 2021 deve-se principalmente aos fundos atribuídos ao PNUD, aproximadamente 4,06 milhões de dólares ao “Apoio à Competitividade da África Ocidental – Cabo Verde”, 2,10 milhões de dólares aos “Fonds d'appui au processus 140 de ecentralization au Cabo Verde” e 1,45 milhões de dólares aos projetos “Integração da conservação da biodiversidade no turismo”. O projecto “Apoio à Competitividade na África Ocidental – Cabo Verde” também recebeu uma das mais elevadas dotações orçamentais de aproximadamente 1,56 milhões de dólares em 2020 do PNUD, juntamente com o projecto “Pro-PALOP TL SAI – Fase II – Consolidação do Programa Económico” com 1,29 milhões de dólares. O aumento do orçamento em 2020 deveu-se, em parte, à capacidade de mobilizar recursos durante a crise da COVID-19, principalmente da União Europeia e do Governo luxemburguês.

Dos fundos atribuídos à **UNICEF**, em 2021, aproximadamente \$ 0,70 milhões foram atribuídos ao projeto “COVID19 – Resposta de Cabo Verde” e, em 2020, \$ 0,71 milhões ao projeto “Fortalecimento da Qualidade Educacional”. Em relação à alocação de recursos do **UNFPA**, o projeto “Fortalecimento do Setor de Saúde” recebeu o maior número de fundos em 2021 e 2020 de \$ 0,38 milhão e \$ 0,60 milhão, respectivamente.

Em termos de despesas, o Escritório Comum mostrou uma tendência crescente desde 2018, atingindo seu maior valor anual de US \$ 10,75 em 2021. O “Apoio à Competitividade da África Ocidental – Cabo Verde” (projeto PNUD) representou 33%, a “resposta à COVID-19 Cabo Verde” (projeto PNUD e UNICEF) 11,00% e o “Fortalecimento do Setor de Saúde” 6,00% (projeto UNFPA e UNICEF) das despesas em 2021. A elevada despesa deve-se, em parte, à resposta imediata do Escritório Comum à pandemia da COVID-19 com o desembolso de fundos dos projectos⁸⁴ “Apoio à Competitividade da África Ocidental e “Pro-Palop”. Ambos os projectos financiados pela União Europeia foram reprogramados para responder às necessidades emergentes do país⁸⁵.

Além disso, a taxa de execução do Escritório Comum permaneceu alta desde 2018, situando-se em 91% em 2020. Esta elevada taxa de execução deve-se, em parte, à capacidade do Escritório Comum de reprogramar as atividades do projeto do Plano de Trabalho Anual para abordar a pandemia com fundos das 3 agências (**PNUD, UNFPA, UNICEF**)⁸⁶. Neste contexto, os resultados alcançados incluem: (i) no âmbito do projeto “Apoio à Competitividade da África Ocidental – Cabo Verde”, foram desembolsados fundos para apoiar os trabalhadores informais e as micro,

⁸¹Recursos indicativos do quadro de resultados e recursos do CCPD 2018–2022

⁸²Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 30 de setembro de 2021

⁸³O “Orçamento Real” para o apoio do UNFPA e da UNICEF aos custos do programa/intersectoriais não foi incluído no Quadro 5, uma vez que não existem informações sobre estes valores.

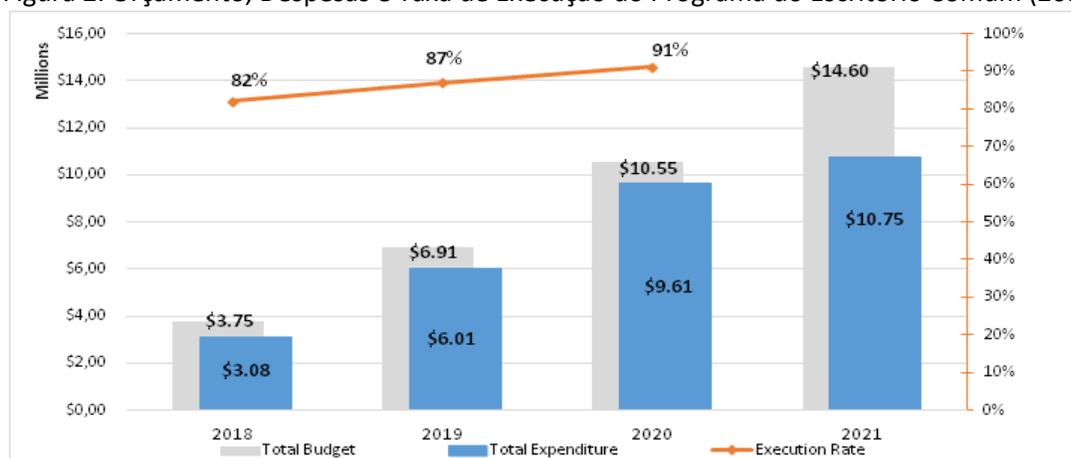
⁸⁴UNDP ROAR 2020, página 23

⁸⁵Ibid.

⁸⁶Resultados do mini-ROAR da COVID do 3º trimestre, 30 de setembro de 2020

pequenas e médias empresas através do Financiamento de um Regime de Rendimento Solidário, e (ii) no âmbito do “Pro-PALOP TL SAI – Fase II – Programa de Consolidação Económica”, o Ministério das Finanças de Cabo Verde reforçou a transparência orçamental, divulgando todos os recursos e despesas alocados para mitigar o impacto da pandemia num portal de transparência orçamental online⁸⁷.

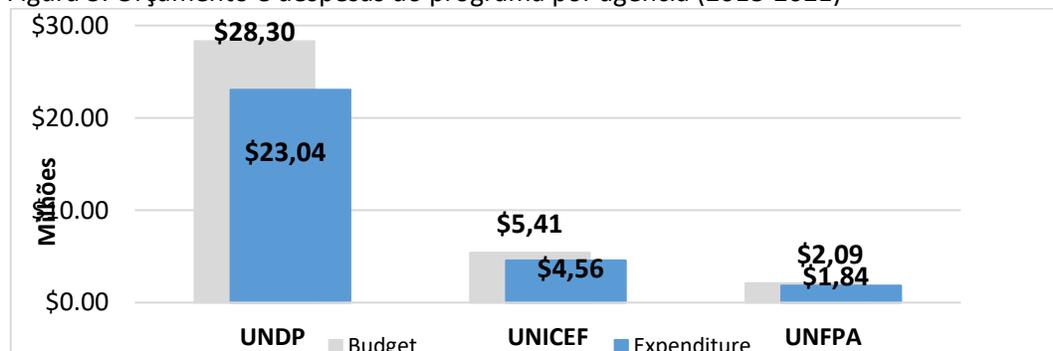
Figura 2. Orçamento, Despesas e Taxa de Execução do Programa do Escritório Comum (2018–2021)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Durante o período sob avaliação (2018-2022), o PNUD teve um orçamento de \$ 28,30 milhões, o UNICEF totalizou \$ 5,41 milhões e o UNFPA com \$ 2,09 milhões. Em termos de despesas, os dados mostram que o PNUD implementou por \$ 23,04, UNICEF \$ 4,56 milhões e UNFPA \$ 1,84.

Figura 3. Orçamento e despesas do programa por agência (2018-2021)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

No ciclo actual (2018–2020), o orçamento e as despesas do programa têm vindo a aumentar de ano para ano para o PNUD, o FNUAP e o UNICEF. De **2018 a 2019**, o orçamento do PNUD aumentou 59% e as suas despesas cresceram 66%, enquanto que de **2019 a 2020**, o orçamento do PNUD aumentou 41% e as suas despesas cresceram 55%. Em termos da sua taxa de execução,

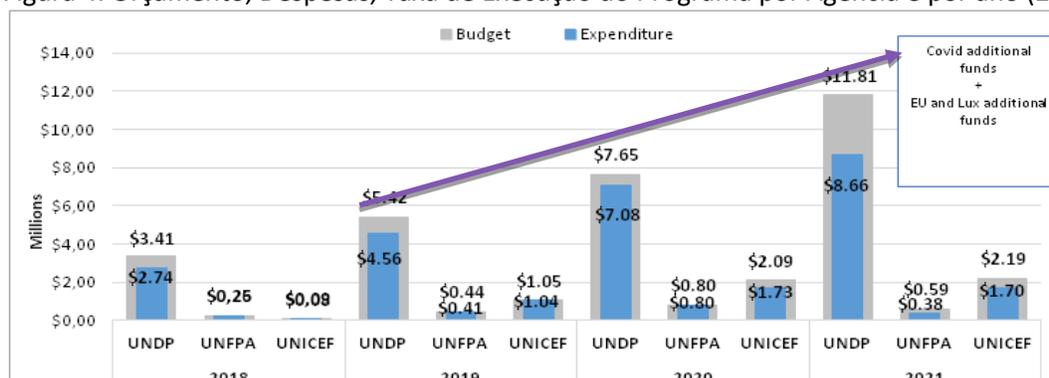
⁸⁷ Ibid.

o PNUD também registou um ligeiro aumento de 4 pontos percentuais de **2018 para 2019** e um aumento de 10 pontos percentuais de **2019 para 2020**. O aumento do orçamento e das despesas do PNUD deve-se, em parte, ao projeto “Apoio à Competitividade da África Ocidental em Cabo Verde” e ao projeto “Resposta à COVID-19 em Cabo Verde”, que estão sob o Resultado 3.

No que diz respeito ao UNFPA, de **2018 a 2019**, seu orçamento aumentou 68% e suas despesas cresceram 62%, e de **2019 a 2020**, seu orçamento aumentou 84% e suas despesas aumentaram 94%. No que tange à sua taxa de execução, o UNFPA registou uma diminuição de 3 pontos percentuais entre 2018 e 2019 e um aumento de 5 pontos percentuais entre 2019 e 2020. O aumento do orçamento e das despesas do UNFPA deve-se, em parte, ao projeto “Fortalecer o Setor de Saúde”, que está sob o Resultado 1.

Por último, de **2018 a 2019**, o orçamento e as despesas do UNICEF aumentaram acima de 100% e, de **2019 a 2020**, o seu orçamento aumentou 99% e as suas despesas 66%. Em termos de sua taxa de execução, o UNICEF não teve alteração de 2018 para 2019, e uma queda de 16 pontos percentuais de 2019 para 2020. O aumento do orçamento e das despesas do UNICEF deve-se, em parte, aos projetos “Fortalecer o Setor da Saúde” e “Fortalecer a Qualidade Educacional”, que estão no Resultado 1, e ao projeto “Resposta à COVID19 em Cabo Verde” no Resultado 3.

Figura 4. Orçamento, Despesas, Taxa de Execução do Programa por Agência e por ano (2018-2021)



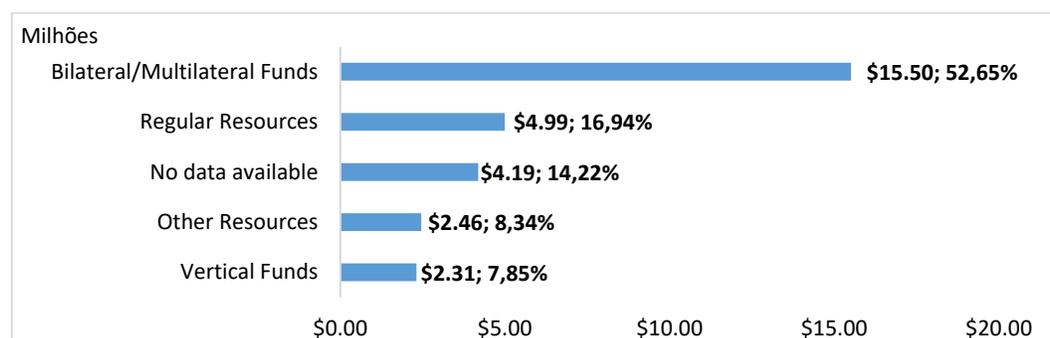
Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Mobilização de recursos

O UNDAF de Cabo Verde 2018–2022 está empenhado em catalisar e alavancar recursos públicos e privados para a realização nacional dos ODS, reforçando o esforço de financiamento de mudanças transformadoras. A Estratégia e Plano de Ação de Parcerias e Comunicações do JO (PCAP), 2019–2021 descreve como o JO da ONU Cabo Verde pretende mobilizar recursos suficientes para o seu Ciclo do Programa 2018–2022. Durante o período avaliado, verificou-se que os fundos Bilaterais e Multilaterais, que totalizaram US \$ 15,50 milhões, foram a parte mais importante do portfólio do Escritório Comum configurando 52,65%, seguidos por Recursos Regulares com US \$ 4,98 (16,94%), Outros Recursos com US \$ 2,45 (8,34%) e Fundos Verticais com US \$ 2,31 (7,85%).

Em termos de fundos bilaterais e multilaterais, o Escritório Comum mobilizou fundos principalmente da União Europeia (54,41% dos fundos bilaterais/multilaterais) e do Governo do Luxemburgo (43,49% dos fundos bilaterais/multilaterais). O Fundo de Contribuições Nacionais Determinadas (NDC) do PNUD e os Fundos dos ODS (MPTF) foram a fonte menos significativa de fundos Bilaterais e Multilaterais com 1,33% e 0,77%, respectivamente⁸⁸ (Figura 22 e Tabela 10). Em termos de recursos regulares (fundos essenciais), os projetos do Escritório Comum foram financiados por fundos essenciais das agências (PNUD, UNFPA, UNICEF).

Figure 1: *Figura 5. Despesas do Escritório Comum por Categoria de Fundo e Percentagem da Despesa Total (2018–2021)*⁸⁹



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde em 15 de novembro de 2021

Tabela 8. Fundos Bilaterais e Multilaterais do Escritório Comum (2018–2021)

Fundos Bilaterais/Multilaterais	Despesas	Percentagem
União Europeia	\$8.435.418	54,41%
Governo do Luxemburgo	\$6.742.633	43,49%
Contribuições Nacionalmente Determinadas	\$206.800	1,33%
Fundos ODS (MPTF)	\$118.671	0,77%
Total	\$15.503.522	

Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde em 15 de novembro de 2021

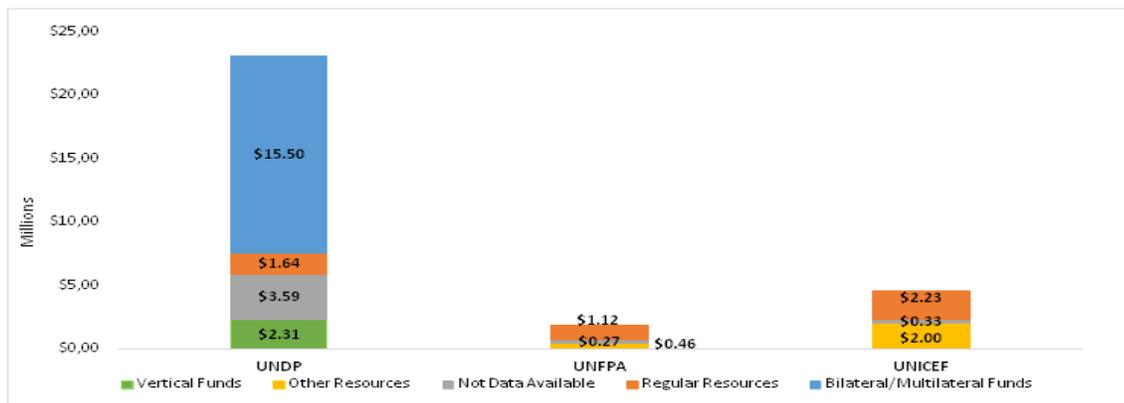
No que diz respeito às agências do Escritório Comum, o programa **do PNUD** foi financiado principalmente por Fundos Bilaterais e Multilaterais (US \$ 15,50 milhões), **UNFPA** por Recursos

⁸⁸O Fundo de Contribuições Nacionais Determinadas (NDC) do PNUD e os Fundos dos ODS (MPTF) estão incluídos na subcategoria Fundo de Partilha de Custos de Terceiros, que estão na categoria Fundos Bilaterais/Multilaterais.

⁸⁹A categoria Não aplicável inclui despesas de projetos fechados e inativos. A definição da categoria «Outros recursos» será solicitada ao Escritório Comum.

Regulares (US \$ 1,12 milhão) e **UNICEF** por Recursos Regulares (US \$ 2,23 milhões) e Outros Recursos (US \$ 2,00 milhões).

Figure 2: Figura 6. Despesas por categoria de fundos e por Agência (2018–2021)

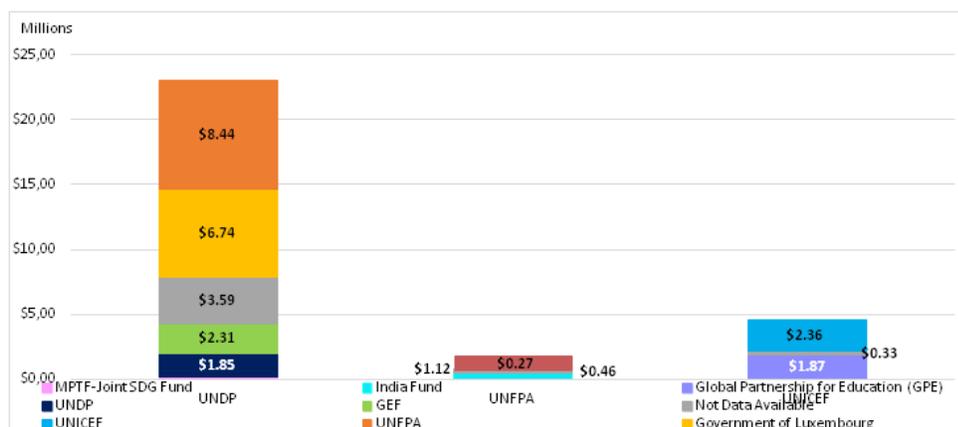


Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Análise dos fundos dos Parceiros do Escritório Comum: A análise das contribuições dos parceiros do Escritório Comum é apresentada por agência (PNUD, UNFPA, UNICEF) da seguinte forma. Em termos dos fundos das agências do Escritório Comum, o programa **do PNUD** foi financiado principalmente pela União Europeia (US \$ 8,44 milhões; 37% das despesas totais do PNUD) e pelo Governo do Luxemburgo (US \$ 6,74 milhões; 29%). O **UNFPA** por recursos essenciais do UNFPA (US \$ 1,12; 60% da despesa total do UNFPA) e o Fundo da Índia (US \$ 0,46 milhão; 25% da despesa total do UNFPA). O **UNICEF** foi financiado principalmente por recursos essenciais do UNICEF (US \$ 2,36 milhões; 52% das despesas totais da UNICEF) e pela Parceria Global para a Educação (US \$ 1,87 milhões; 41% das despesas totais do UNICEF).

A União Europeia e o Governo do Luxemburgo (recursos bilaterais/multilaterais) financiaram apenas projectos do PNUD. O Fundo da Índia financiou apenas projetos do UNFPA e a Parceria Global para a Educação financiou apenas projetos do UNICEF. O governo de Cabo Verde não forneceu fundos durante o ciclo atual do programa.

Figure 3: Figura 7. Despesa por Parceiro para cada agência da despesa total (2018–2021)



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde em 15 de novembro de 2021

Sustentabilidade das intervenções do CCPD

Um dos aspectos distintivos do trabalho do JO é a implementação nacional de fundos, ou seja, a Modalidade Nacional de Implementação (NIM) do programa CCPD. A abordagem de trabalho NIM permite, até mesmo obriga, a propriedade nacional do projeto pelos parceiros desde o primeiro dia, além de ter ajudado a promover o desenvolvimento de capacidades.

O Escritório Comum implementou 23 projetos⁹⁰, dos quais 57% (13 projetos) utilizaram a Modalidade de Implementação Nacional, e 43% (10 projetos) foram diretamente implementados pelo JO de 2018 a 2021. Em termos de despesas do programa, 51% das despesas inscrevem-se na categoria NIM e 49% das despesas na categoria DIM.

Dados desagregados por agências mostram que, dos 13 projetos NIM, 6 projetos foram financiados conjuntamente pelo PNUD, UNFPA e UNICEF, 6 projetos pelo PNUD e 1 projeto pelo UNICEF⁹¹. Dos 10 projetos DIM, 1 foi financiado conjuntamente pelo PNUD e UNICEF⁹², e 9 apenas pelo PNUD.

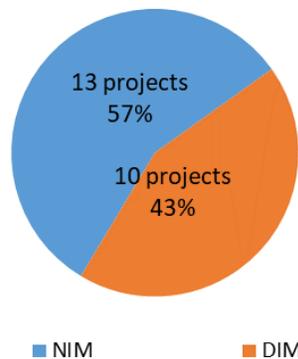
Figure 4: Número de projectos por tipo de execução (2018–2021)

⁹⁰Os projetos “Sustainable, Integrated and Inclusive Finance Framework” (Project ID 00128842) e “Integrated Sustainable and Inclusive Finance” (Project ID 00134971) foram contabilizados apenas uma vez, uma vez que ambos os projetos são iguais em termos de estratégia, atividades e equipa de gestão. A razão para a inclusão de diferentes códigos de identificação do projecto deveu-se a questões puramente administrativas.

⁹¹O projeto “Acesso a serviços de proteção infantil inclusivos e equitativos” sob o Resultado 1 foi executado pela UNICEF através da modalidade NIM.

⁹²O projecto “COVID-19 – Resposta de Cabo Verde” no âmbito do Resultado 3 foi executado pelo PNUD e pela UNICEF através da modalidade DIM.

Number of Projects: 23



Fonte de dados: Dados do Escritório Comum de Cabo Verde a 15 de novembro de 2021

Trabalhar neste quadro é um dos aspectos destacados pela grande maioria dos parceiros, que observou que era fundamental para obter uma rápida apropriação das intervenções e, em particular, continuar o trabalho após o encerramento da agência.

A natureza da colaboração financeira é uma questão fundamental, e tem sido especialmente importante para o país desde 2007, quando Cabo Verde foi retirado do grupo de países elegíveis para receber assistência oficial ao desenvolvimento devido à sua graduação ao estatuto de PBR (Países de Baixo Rendimento). Este tem sido um desafio durante a crise económica da segunda década do século e a mais recente causado pela Covid-19.



IEO Independent
Evaluation
Office
United Nations Development Programme



unicef 
for every child

Independent Evaluation Office
United Nations Development Programme
One UN Plaza, DC1-20th Floor
New York, NY 10017, USA
Tel. +1(646) 781 4200

 undp.org/evaluation

 [UNDP_Evaluation](https://twitter.com/UNDP_Evaluation)

 [/indep-evaluation-office](https://www.linkedin.com/company/indep-evaluation-office)

 [/evaluationoffice](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Evaluation Office
United Nations Population Fund
605 Third Avenue
New York, NY 10158, USA

 unfpa.org/evaluation

 [unfpa_eval](https://twitter.com/unfpa_eval)

 [/UNFPA Evaluation Office](https://www.youtube.com/channel/UC...)

 evaluation.office@unfpa.org

Evaluation Office
United Nations Children's Fund
Three United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA

 unicef.org/evaluation

 [/UNICEF-Evaluation](https://www.linkedin.com/company/unicef-evaluation)

 evalhelp@unicef.org